



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 205 - SÁBADO, 18 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 187ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 238, de 2006 (nº 950/2006, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial. 34709

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.202, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (nº 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos..... 34751

Nº 1.203, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (nº 1.393/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003..... 34752

Nº 1.204, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2006 (nº 1.423/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004..... 34753

Nº 1.205, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006 (nº 1.426/2004,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002..... 34754

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.132, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de congratulações ao jornal **O Liberal**, do Estado do Pará, pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário..... 34755

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal..... 34756

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. 34757

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA **SERYS SLHESSARENKO** – Ações do governo federal para promover o turismo no País. Potencial turístico do Estado de Mato Grosso. Registro da disponibilização, via internet, da programação da Rádio Comunitária Educativa CPA FM 105,9..... 34762

SENADOR **VALDIR RAUPP** – Propostas de redução da alíquota da CPMF e de correção na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. 34770

SENADOR **PAULO PAIM** – Reflexão sobre as últimas eleições. Homenagem ao Vice-Presidente da República, José Alencar. 34772

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro dos 60 anos de existência do jornal **O Liberal**. Comentários a respeito da proposta intitulada “novo desenvolvimento”, apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante. Crise no controle de tráfego aéreo brasileiro. Apoio à proposta do Orçamento Impositivo. 34781

SENADOR *MÃO SANTA* – Considerações sobre a reeleição do Presidente Lula e a democracia. Registro de matéria publicada no jornal **O Globo**, a respeito do número de mortes de jovens no Brasil..... 34784

SENADOR *PEDRO SIMON* – Importância da atuação parlamentar do Senador Ramez Tebet.... 34789

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Paim) – Associação às homenagens prestadas ao Senador Ramez Tebet..... 34793

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Homenagens ao Senador Ramez Tebet. Realização, em Curitiba, do 19º Congresso Nacional de Magistrados. Aumento dos casos de malária no Estado de Roraima, especialmente entre os Yanomami.... 34794

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Desmatamento na Amazônia. Precariedade da rodovia BR-174, entre os municípios de Manaus e Presidente Figueiredo, no Amazonas..... 34800

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Comentários à matéria intitulada “A exemplo de Genóio, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 29 de setembro do corrente..... 34802

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Registro da matéria intitulada “Uma ceia nada santa”, publicada na revista **Veja**, edição de 4 de outubro do corrente.... 34803

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Transcrição da matéria intitulada “Decolaram com milhões”, publicada na revista **Veja**, edição de 25 de outubro do corrente..... 34805

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Análise da matéria intitulada “Um tiro no pé às portas da eleição”, publicada na revista **Veja**, edição de 27 de setembro do corrente..... 34806

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Considerações acerca do artigo intitulado “Privatização – a verdade dos números”, de autoria da ex-diretora do BNDES e presidente da CSN, Maria Sílvia Bastos Marques, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de outubro do corrente. 34814

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 330, de 2006. 34815

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 187ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 3 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado Federal, nesta sexta-feira, dia 17 de novembro de 2006, às 9 horas e três minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 238, DE 2006

(Nº 950/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Os méritos do Senhor Agemar de Mendonça Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho

dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de novembro de 2006. – **Luiz Inácio**

Lula da Silva.

EM Nº 00422/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE-APES

Brasília, 8 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** do Senhor Agemar de Mendonça Santos que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS

CPF.: 9169512191

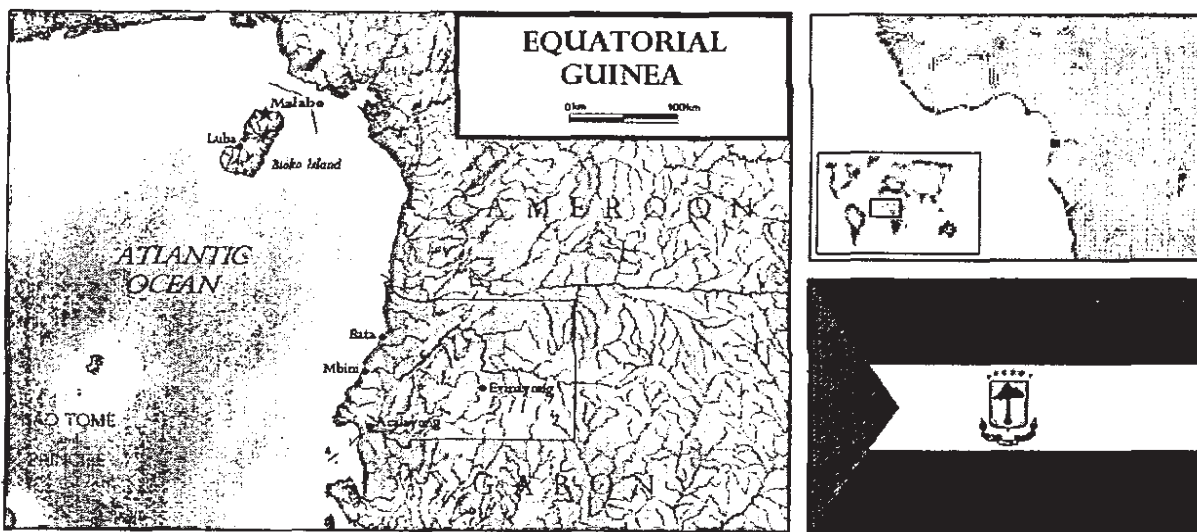
ID.: 7252 MRE/DF

15/12/1951	Filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos, nasce em 15 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
16/10/1978	Terceiro Secretário, CPCD
27/12/1978	Divisão de Passaportes, assistente
09/07/1980	Divisão de Orçamento e Programação Financeira, assistente
16/02/1982	Divisão do Patrimônio, assistente
23/06/1982	Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
15/10/1982	CAD - IRBr
30/08/1984	Divisão de Divulgação Documental, Chefe, substituto
24/09/1984	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
12/07/1985	Divisão de Processamento de Dados, Chefe, substituto
30/06/1987	Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho
18/02/1988	Embaixada em Bonn, Primeiro Secretário
10/06/1991	Embaixada em Lima, Primeiro Secretário
06/04/1992	Embaixada em Lima, Encarregado de Negócios a.i
27/04/1993	Ordem do Rio Branco, Oficial
30/09/1993	Divisão da América Meridional II, assistente
15/03/1995	Chefe de Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes
25/07/1996	Consulado-Geral em Boston, Consul-Geral Adjunto
01/08/1999	Embaixada em Quito, Conselheiro
19/02/2001	CAE - IRBr, Nova Diplomacia Consular: o Cônsul com agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América
07/02/2003	Ordem Nacional do Mérito do Equador, Comendador
20/09/2003	Departamento de Promoção Comercial, assessor


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e
Oriente Médio
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
Divisão da África I

REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL

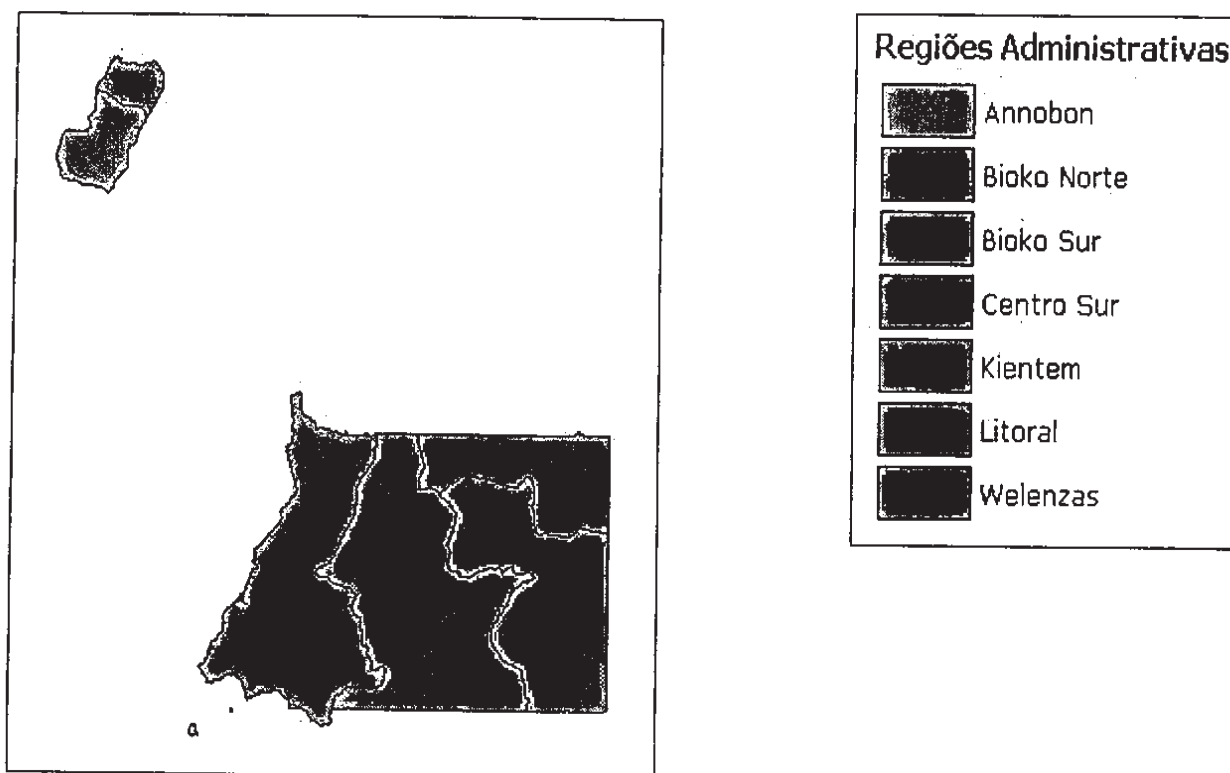


A Guiné Equatorial situa-se na África Ocidental, no Golfo da Guiné, confinando com o Oceano Atlântico, Gabão e Cameroun. O país possui extensão de apenas 28.051 km², dos quais 26.003 (a região de Rio Muni, ou Mbini) localizam-se no continente, entre o Gabão e o Cameroun, e 2.048 em duas ilhas principais: Bioko (ex-Fernando Pó), de 2.017 km², situada a 40 km em frente à costa do Cameroun (a noroeste de Rio Muni) e que abriga a capital, Malabo; e Annobon, de 18 km², a sudoeste de Bioko. Uma característica importante do território guinéu-equatoriano é a distância considerável que separa o continente das duas principais ilhas.

Guiné Equatorial : Extensão das Fronteiras (em km)	
Cameroun	189
Gabão	350
Linha costeira	296

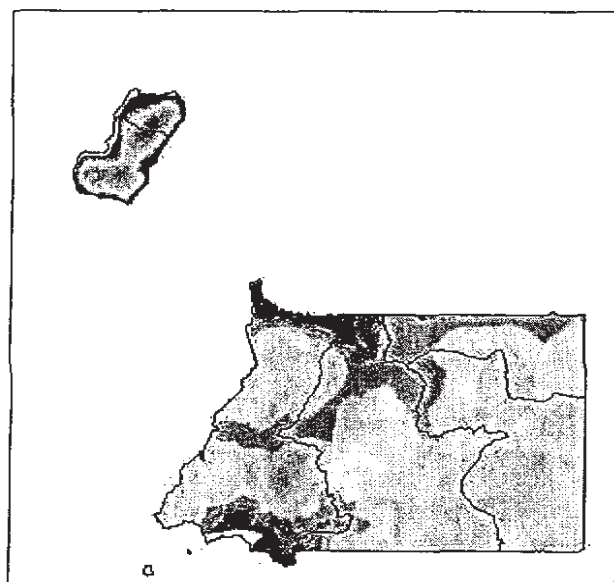
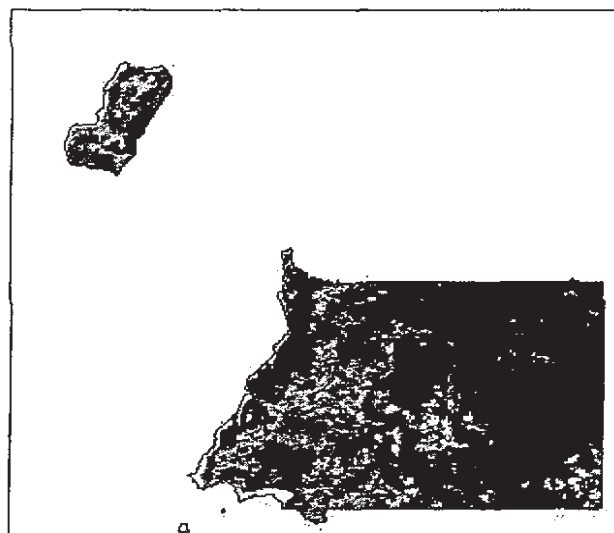
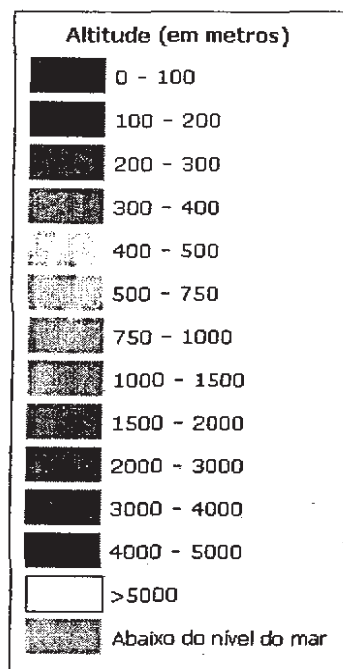
O país é dividido em 7 províncias, sendo que a ilha de Annobon constitui uma província em si. Além dessas províncias, as pequenas ilhas de Elobey e Corisco também fazem parte do território guinéu-equatoriano.

Guiné Equatorial: Províncias



Guiné Equatorial: Topografia

O solo e as formações vegetais



A ilha principal, Bioko, possui formato de bota com duas grandes formações vulcânicas separadas por um vale que atravessa a ilha em sua menor largura. A linha costeira da

ilha possui 195 quilômetros de comprimento e possui, ao sul, altitude que varia de 500 a 800 metros, de difícil acesso (nessa região localiza-se o ponto mais alto do país, o Pico Basilé - ou Pico Santa Isabel, antigo nome da ilha - a 3.008 metros); já no norte a altitude é menor e a costa é mais acessível, com os portos de Malabo e Luba, e praias turísticas entre as duas cidades. Os três vulcões da ilha são inativos.

Em sua parte continental, chamada Rio Muni, o território da Guiné Equatorial se estende por cerca de 26 mil quilômetros quadrados. A planície litorânea é seguida de uma pequena serra montanhosa denominada Niefang, que atravessa Rio Muni de norte a sul e culmina nos montes Chocolate (1.108m), Alen (1.100m) e Mitra (1.200); ao leste, destacam-se os montes Chime (1.108m) e Piedra Nzas (1.200m).

A ilha de Annobon, que recebeu esse nome devido à sua descoberta às vésperas da entrada do ano de 1472, é uma pequena ilha vulcânica de aproximadamente 18 quilômetros de extensão, cuja topografia é bastante acidentada, exceto ao norte. Um pequeno lado ao norte abastece os poucos habitantes da ilha.

Os principais rios da Guiné Equatorial são: o Mbini, o Utamboni e o Ntem, sendo que o mais extenso deles, o Mbini, também chamado de Rio Benito, corta o território continental em dois e é, na maior parte de sua extensão, inavegável, exceto por um curto trecho de 20 km em seu estuário.

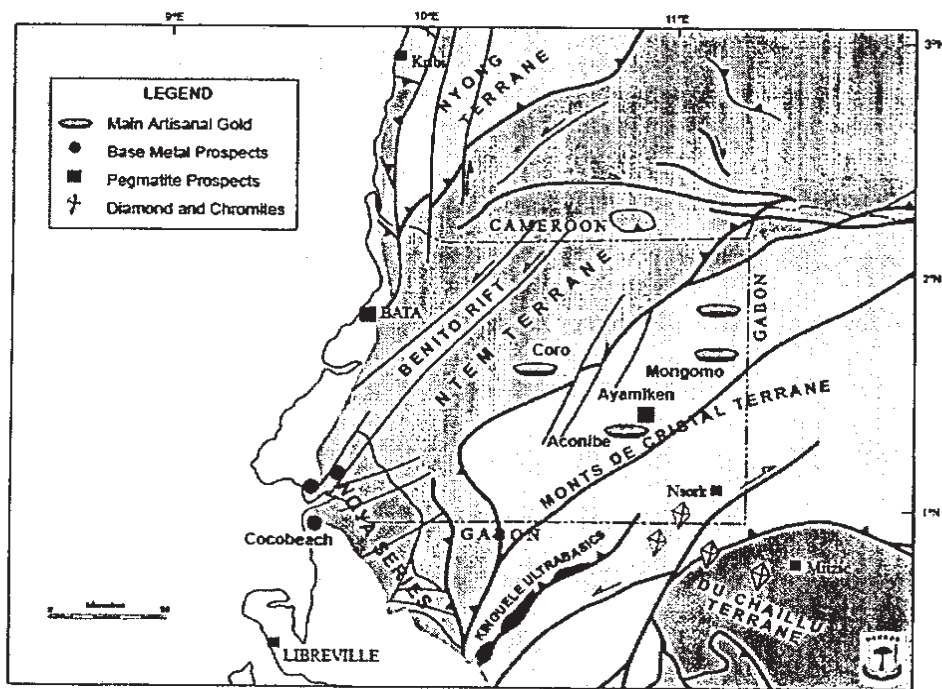
A vegetação do país é relativamente uniforme, ocupando grande parte de seu território (2.2 milhões de hectares), tanto em

sua parte insular quanto continental, e é constituída por densa floresta equatorial; em Rio Muni encontra-se também regiões de Savana, ao Centro-Oeste.

1. O subsolo e os recursos minerais

Os solos da região continental são derivados da decomposição de granito e gnaiss, lateríticos e muito argilosos, com uma grande concentração de óxido de ferro, alumínio, titânio e hidratos de magnésio. Já nas ilhas de Bioko e Annobon, verifica-se um grande homogeneidade do solo, devido à sua origem comum (vulcânica): são solos ricos em hidróxido de ferro, com aspecto terroso e PH neutro.

Rio Muni possui extenso potencial de exploração mineral ainda não aproveitado: estudos preliminares apontam a existência de reservas de ouro, diamante, bauxita, urânio e platina na região.

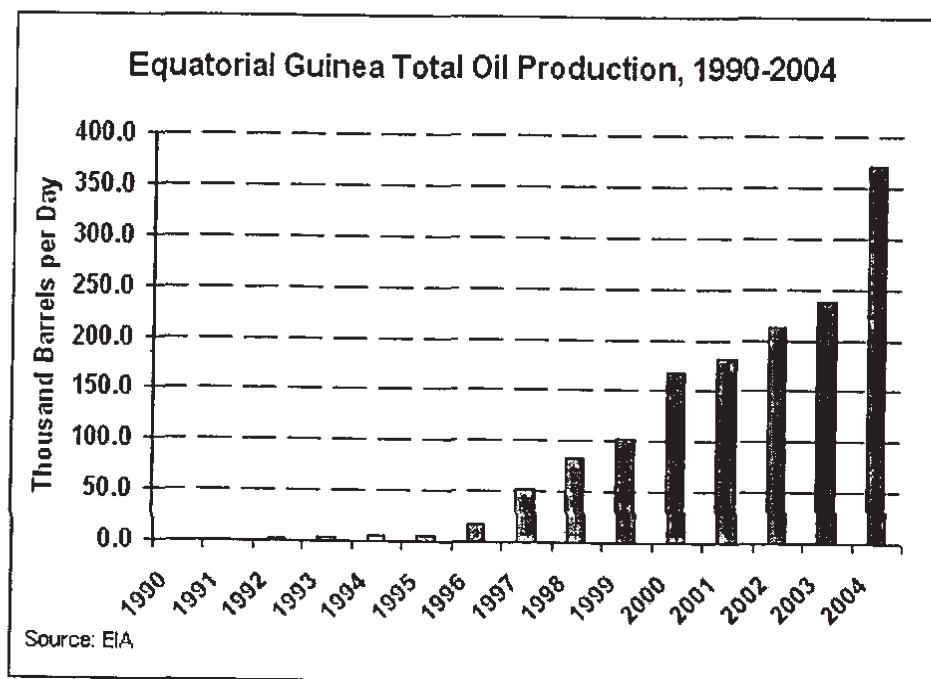


Petróleo

A descoberta de reservas petrolíferas na Guiné Equatorial alterou drasticamente a natureza de sua economia. De país dependente, quase exclusivamente, do setor agrário, passou a ser um dos maiores exportadores de petróleo da África.

O território da Guiné Equatorial atravessa duas grandes e importantes bacias petrolíferas, ambas com comprovado potencial de prospeção de hidrocarbonetos, especialmente na exploração *offshore*. As regiões mais produtivas são, em Bioko, os campos de Zafiro e Alba, que juntos produzem mais de 200 mil barris de petróleo por dia, por meio de produção *offshore*.

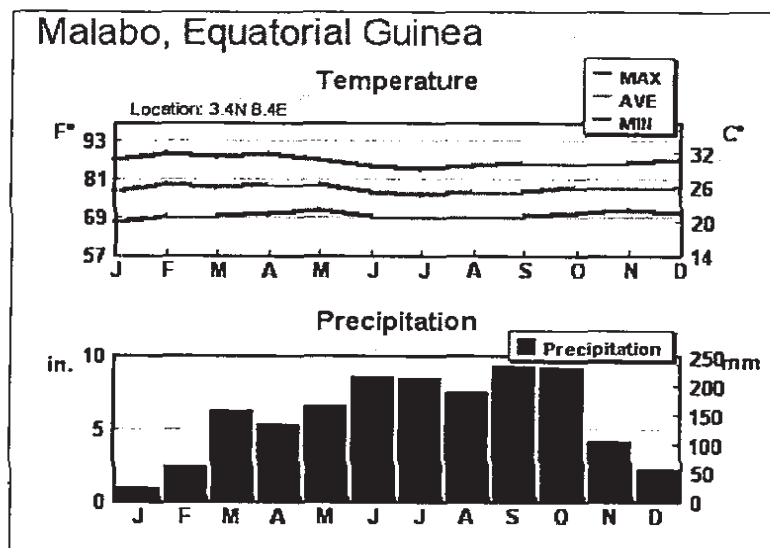
Em Rio Muni, o campo de Ceiba é o destaque, com produção média de 65 mil barris de petróleo por dia (2002).



2. O clima

O clima guinéu-equatoriano é tropical úmido, caracterizado pela alternância entre duas estações na Ilha de Bioko (uma seca e uma chuvosa), e quatro estações no continente (duas secas e duas chuvosas). A temperatura média é de 25°C tanto na capital Malabo como em Bata, principal cidade do território continental. No interior de Rio Muni, no entanto, a temperatura média em algumas estações é um pouco mais fria. O índice de umidade do ar é alto em todo o país, chegando a 92% na capital Malabo.

A precipitação no país é intensa durante a estação chuvosa, uma das maiores do continente. A confluência do anti-ciclone Santa Helena ao Sul do Equador em direção ao norte e dos ventos secos do Saara (como o *harmattan*) no território guinéu-equatoriano é a causa do fenômeno das monções acontecerem durante as estações chuvosas (particularmente no mês de outubro).

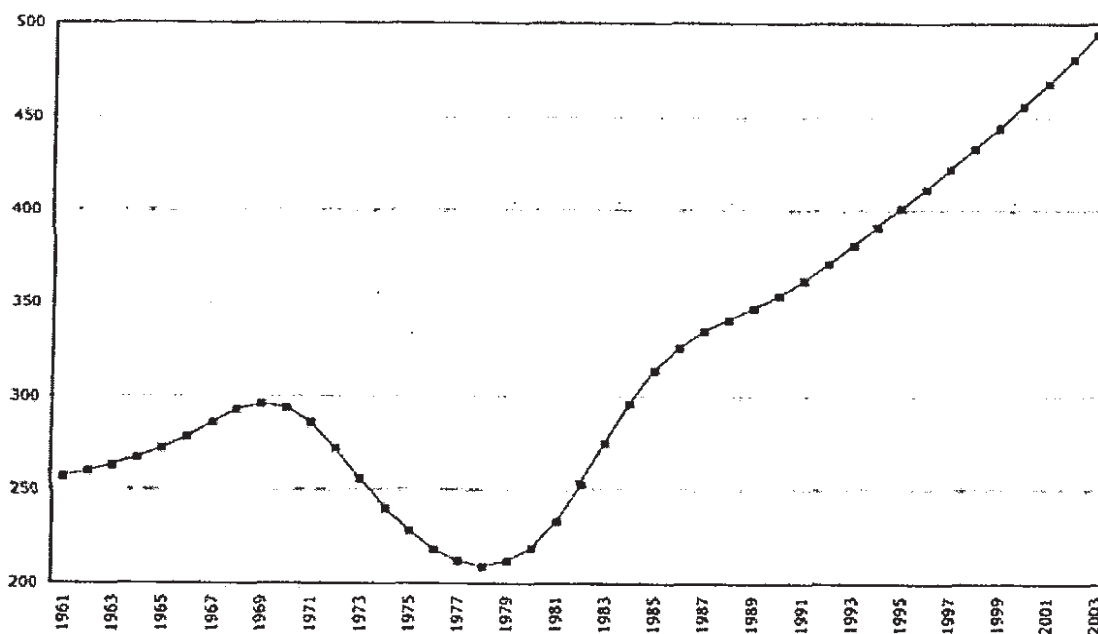


Malabo, Guiné Equatorial - Temperatura e Precipitação

3. A demografia e características da população

A população atual (2005) do país está estimada em *1,138 milhão de habitantes, com taxa anual de crescimento de 2,5%. Um terço da população vive em áreas urbanas, especialmente na capital Malabo e em Bata, principal cidade no continente. As línguas oficiais são o espanhol e o francês (desde 1998), porém o inglês "pidjin" é amplamente difundido.

*(fonte: FMI - World Economic Outlook Database- set 2006)



Guiné Equatorial 1 - Número de habitantes (1961-2003)

A nação é composta por diversas etnias: a Fang, maior delas (83% da população), é dividida em cerca de 67 clãs diferentes. Originalmente os Fang habitavam a porção continental do território guinéu-equatoriano, porém a migração para a Ilha de Bioko resultou na superioridade numérica do grupo também em sua porção insular. Os Fang possuem mais de um dialeto, que varia de acordo com sua

posição geográfica: ao norte de Rio Muni fala-se o Fang-Ntumu, enquanto ao Sul desse território fala-se o Fang-Okah; é interessante notar que os dois dialetos são ininteligíveis entre si.

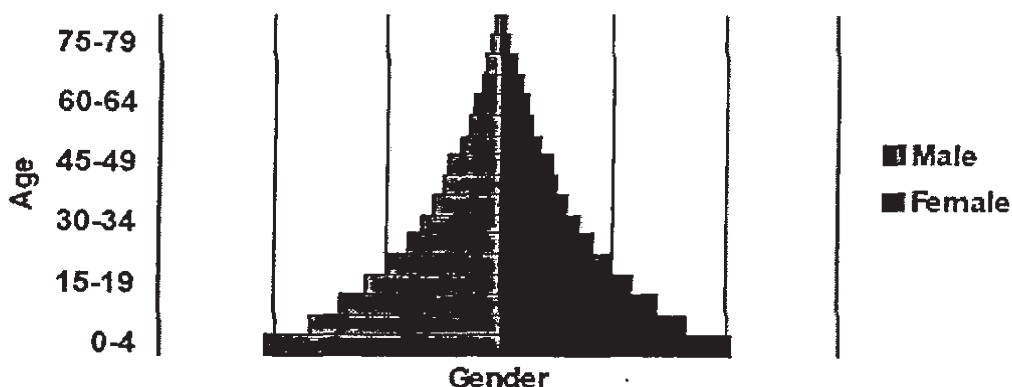
Os Bubi, que constituem cerca de 15% da população, são nativos da Ilha de Bioko. Além disso, outras etnias, como os Ndowes, os Bujebas, os Balengues e os Bengas habitam outras partes de Rio Muni e constituem, juntos, cerca de 5% da população. Recentemente, devido ao acelerado crescimento econômico do país, vem crescendo o número de estrangeiros residentes na Guiné Equatorial, principalmente dos países vizinhos como o Cameroun, Nigéria e Gabão.

A religião predominante da Guiné Equatorial é a católica, herança da colonização espanhola. O animismo também está entre as religiões tradicionais cuja prática permanece em algumas regiões do país.

Dados básicos:

- Estrutura etária: 0-14 anos: 41.7% (112,326 homens e 111,244 mulheres)
 - 15-64 anos: 54.5% (140,568 homens e 151,500 mulheres)
 - Mais de 65 anos: 3.8% (8,900 homens e 11,343 mulheres)
- Proporção média entre homens e mulheres: 0.96 homens/mulher (dado de 2005);
- Taxa de mortalidade infantil: 85,13 mortes/1.000 nascimentos;

- Expectativa de vida ao nascer: Homens : 53,38 anos;
Mulheres: 57,8 anos;
- Taxa de fertilidade: 4,62 nascimentos/mulher;
- Taxa de contaminação com o HIV/AIDS na população adulta:
3.4% (dados de 2001);
- Taxa de alfabetização: Homens: 93.3% ; Mulheres 78.4%
(dados de 2003);



Guiné Equatorial - Pirâmide etária (2003)

4. O sistema de transportes

Devido à distância que separa os três principais centros populacionais do país (dois dos quais insulares), a rede de transportes da Guiné Equatorial é bastante dinâmica em suas vertentes aérea e marítima. Existem dois aeroportos internacionais no país: o de Malabo (Bioko) e o de Bata (Rio Muni). Além disso, aeroportos domésticos de pequena escala também funcionam nas cidades de Luba e Palé.

Existem quatro grandes portos em funcionamento no país: Bata e Mbini, em Rio Muni, Malabo e Luba em Bioko. Atualmente, o porto mais importante é o "Freeport Luba", na costa oeste do

país, pois serve como escoadouro para grande parte da produção petrolífera guinéu-equatoriana. Sua construção começou em 2000, e é um dos mais modernos da região: possui serviço de imigração e alfândega 24 horas por dia, além de *status* de Zona Franca. Um grande porto para escoamento da produção petrolífera do campo de Alba está sendo construído em Malabo, sob a administração da empresa holandesa Pils, que deterá os direitos sobre a usina durante 15 anos.

O sistema de transporte terrestre é menos desenvolvido, constituído por cerca de 3.000 quilômetros de estradas que, até o boom petrolífero de 1997, não eram asfaltadas. Nos últimos anos, porém, o Governo da Guiné Equatorial tem investido na modernização de vários trechos de rodovias, que vêm sendo recuperados e asfaltados, principalmente na Ilha de Bioko, onde a situação era pior. No continente, as principais cidades são interconectadas por rodovias.

5. O sistema de energia

Apesar da significativa produção de petróleo no país, o sistema energético da Guiné Equatorial, tanto em Bioko quanto em Rio Muni, ainda depende, em grande parte, da combinação entre as produções de usinas termais e hidroelétricas. A empresa estatal SEGESA é responsável pela manutenção das duas pequenas redes de transmissão de eletricidade no país, com apenas 129 quilômetros de extensão, que atendem as regiões de Malabo, Luba e Bata. Devido à precariedade das instalações da empresa e decorrentes *blackouts*, o uso de pequenos geradores a diesel ou gasolina são bastante comuns em todo o país. No entanto, diversas obras de modernização da estrutura de

distribuição energética estão sendo consolidadas nos últimos anos.

A recente expansão da produção de gás natural no campo de Alba tem, no entanto, constituído uma nova e eficiente fonte de energia no país. O complexo de Punta Europa, ao norte de Bioko, é formado por: uma usina de produção de gás metano, construída pela *Atlantic Methanol Production Company* (AMPCO - um consórcio entre as empresas Marathon Oil, Samedan e o governo da Guiné Equatorial) e uma usina de produção de energia elétrica com capacidade produtiva inicial de 10,4 MW. Em janeiro de 2005, um decreto presidencial criou a Songaz (*Société Nationale de Gaz*), responsável pelo gerenciamento, comercialização e distribuição de gás natural, tanto para o mercado doméstico, quanto para o exterior. Calcula-se que o uso do gás natural como fonte energética tenha aumentado cerca de 45 vezes no período de 2000 a 2002.

Finalmente, cabe destacar a construção, em Bioko, de uma instalação para a produção de gás liquefeito de petróleo (GLP), desenvolvida pelas empresas *Marathon Oil* e *GE Petrol*, cujo investimento é de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão. O término da construção está previsto para o segundo semestre de 2007, data a partir da qual iniciar-se-á a produção de cerca de 3,4 milhões de toneladas de GLP anuais, cuja compra será exclusiva pela empresa *British Gas* por período de 17 anos.

6. A agricultura e a pecuária

A agricultura é responsável pelo emprego de metade da população economicamente ativa da Guiné Equatorial, apesar do fato de que apenas 5% das terras do país são aráveis. Antes da Independência, a economia do país era dependente da produção de cacau, café e madeira. A deterioração da economia rural do país forçou o governo independente a expandir a produção rural para incluir plantações de arroz, inhame, mandioca, e óleo de dendê.

O desenvolvimento do setor petrolífero a partir de 1997, no entanto, mudou drasticamente a situação do setor agrícola no país. Hoje, representa menos de 5% do PIB, porcentagem que tende a diminuir ainda mais nos próximos anos. A crise do setor agrícola guinéu-equatoriano acabou por tornar o país dependente da importação de alimentos, inclusive aqueles tradicionais da dieta de sua população. A situação ainda é agravada pelo êxodo rural, estimulado pelo crescimento da indústria petrolífera. Cálculos da FAO estimam que somente 25% da população do país consomem plenamente sua dieta diária.

O problema da produção rural na Guiné Equatorial é de difícil solução. Primeiramente, o solo do país não é adequado à agricultura em larga escala, pois a floresta equatorial que cobre grande parte do país é pobre em minerais e fertilidade. Em segundo lugar, a topografia do país, associada ao alto índice pluviométrico, torna o uso de produtos químicos e fertilizantes uma ameaça ao meio-ambiente, especialmente aos rios e mananciais. Finalmente, a concorrência com os produtos dos países vizinhos diminui os ganhos do setor rural, que se

torna cada vez mais direcionado à subsistência. Somente uma modernização focada em técnicas adequadas ao solo do país permitiriam o desenvolvimento do setor.

É provável, pois, que o setor agrícola guinéu-equatoriano permaneça estagnado pelos próximos anos. Vários programas de assistência ao setor rural, financiados pelos ganhos petrolíferos, estão em estudo pelo governo, inclusive a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Agrário.

Pecuária e Pesca

A pecuária na Guiné Equatorial é pouco representativa, constituindo-se basicamente de criações esparsas ao longo do território, sendo que nas regiões de maior altitude compõe-se basicamente de rebanhos ovinos e caprinos. Já a pesca constitui atividade mais desenvolvida, sendo uma das principais econômicas da região costeira de Rio Muni. O potencial de expansão da pesca em escala industrial é possível devido à riqueza de peixes para exportação presentes nos mares territoriais do país.

7. A indústria

O indústria é, hoje, o principal vetor econômico da Guiné Equatorial, concentrando-se quase exclusivamente nos setores petrolífero e de gás natural, já analisados no item 6, e representa cerca de 95% do PIB. O setor pesqueiro também tem participação na composição da indústria do país, e tem-se profissionalizado nos últimos anos, com o estabelecimento de regulamentações da atividade e combate à pesca ilegal. Sua

participação no PIB do país é, no entanto, pouco significativa.

8. O sistema financeiro

A Guiné Equatorial é membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), que inclui também o Cameroun, a República Centro-Africana, Chade, República do Congo e Gabão. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, a inflação guinéu-equatoriana manteve-se na média de 9,81% entre os anos de 1993 e 2002 e a estabilidade financeira no mesmo período deveu-se em muito à adoção, em 1985, do franco CFA, de paridade fixa com o euro, como moeda oficial, e do *Banque Centrale des Etats de l'Afrique Centrale* como banco central do país. O setor bancário do país é supervisionado pela *Commission Bancaire de l'Afrique Centrale* (COBAC), com sede em Libreville, Gabão.

9. O desenvolvimento científico

e

10. O desenvolvimento tecnológico

O desenvolvimento científico e tecnológico na Guiné Equatorial é pouco significativo. No entanto, devido ao "boom" petrolífero da década de 1990, são cada vez mais disseminadas as tecnologias de exploração do petróleo e do gás natural, ainda que essas mantenham-se, em grande parte, restritas às empresas transnacionais em atividade no país.

11. Os investimentos estrangeiros/empresas

O governo da Guiné Equatorial tem, nos últimos anos, tomado medidas administrativas e legais no sentido de liberalizar a economia do país. Um programa de ações governamentais foi implementado com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, incentivar a criação de empregos e o treinamento de funcionários, principalmente nos setores não-tradicionais de exportação. O incentivo nominal ao investimento estrangeiro é complementado pela legislação do país que, entre outras medidas, assegura repatriação de lucros para os países de origem.

As empresas estrangeiras presentes no país são, principalmente, as do ramo de exploração petrolífera como: Mobil, Marathon Oil, Pils, Chevron, Petronas, entre outras. Além dos acordos comerciais de exploração, muitas dessas empresas também possuem programas de assistência em educação e saúde à população guinéu-equatoriana.

Os setores mais promissores para o investimento estrangeiro, além do petróleo e do gás natural, são: a agricultura, cujo grande potencial está condicionado a uma ampla e eficiente modernização do setor; e a mineração, cuja exploração, principalmente no interior de Rio Muni, encontra-se muito aquém de sua potencialidade.

12. As exportações**13. As importações**

Hoje o motor do desenvolvimento econômico da Guiné Equatorial é, sem dúvida, a exportação de petróleo e gás natural, e a tendência é que a importância desse produto na balança comercial do país continue a preponderar pelos próximos anos. De uma produção de cerca de 6.000 barris de petróleo por dia em 1995, a Guiné Equatorial hoje produz mais de 350.000 barris, o que a coloca atrás somente de Nigéria e Angola entre os maiores exportadores africanos no setor. Outros produtos exportados incluem madeiras de lei, pescados e cacau: juntos, porém, não chegam a representar nem mesmo 10% do total das exportações.

O incrível desenvolvimento da indústria petroleira também teve grande impacto sobre as importações do país. Por um lado, o país passou a importar grande número de máquinas e equipamentos mecânicos destinados ou à própria indústria, seja para a extração, armazenamento ou distribuição do produto, ou às inúmeras obras de infra-estrutura que estão sendo promovidas pelo país nos setores de energia, transportes e construção civil em geral. Por outro, as divisas provenientes das exportações também tiveram impacto positivo sobre a demanda interna, embora esta seja, por enquanto, ainda pouco expressiva.

14. A dívida externa

A dívida externa do país era, até 2000, de US\$ 248 milhões, o que até então representava uma significativa porcentagem do

PIB da Guiné Equatorial. Após o rápido crescimento econômico advindo do petróleo, no entanto, a dívida externa não só passou a representar parcela cada vez menor do PIB do país, como também diminuiu, efetivamente, por meio dos pagamentos feitos a credores nos últimos anos. Os dados estatísticos estimados do FMI apontam que, de 2000 a 2004, o total da dívida externa da Guiné Equatorial teria caído pela metade.

15. A história: até 1945

Descoberta em 1445 pelo navegador português Dionísio Dias, a porção continental da atual Guiné Equatorial foi, durante muitos anos, entreposto importante para o tráfico de escravos na África, exercido tanto pela Companhia das Índias Orientais (durante curto período de dominação holandesa entre 1642 e 1648), quanto pela Companhia Portuguesa de Corisco. As ilhas de Annobon e Bioko (Fernando Pó) também foram descobertas por navegadores portugueses, no ano de 1471. A colonização esparsa dos territórios iniciou-se em 1474, sem grandes evoluções pelos três séculos seguintes. Em 11 de março de 1778, os territórios portugueses do Golfo da Guiné passam ao domínio espanhol, por meio de acordo entre Carlos III da Espanha e Maria I de Portugal, em troca de territórios na América. Em 1827, chega o capitão inglês Fitz William Owen em Fernando Pó, que ali estabelece uma base de operações com o intuito de combater o tráfico de escravos, chamada Saint Clarence (mais tarde Santa Isabel e, finalmente, Malabo). Em 1841, a Inglaterra propõe à Espanha a compra das ilhas de Fernando Pó e Annobon pela quantia de 60.000 libras esterlinas, proposta rejeitada pelos espanhóis que, dois anos depois, voltarão a reafirmar sua soberania sobre as ilhas, inclusive a cidade de Saint Clarence. Em 1885, o território

de Rio Muni, até então de pouco interesse aos espanhóis, adquire status de protetorado e, em 1900, após a resolução dos conflitos pelo controle da região por meio da assinatura do Tratado de Paris, torna-se colônia espanhola. A partir de 1926, as ilhas de Annobon, Fernando Pó e a região de Rio Muni serão administradas conjuntamente pelos espanhóis sob o nome de Guiné Espanhola.

16. A história: até hoje

Em 1958, os guinéu-equatorianos obtiveram a cidadania espanhola e o direito de representação no parlamento em Madri. Em 1963, a província passou a denominar-se Guiné Equatorial, com um governo local que dispunha de autonomia limitada. Por pressão da ONU, em 1968, a Espanha concedeu a independência à nação, assumindo a Presidência Francisco Macias Nguema.

Estabeleceu-se um regime ditatorial de partido único, que se alinhou ao bloco socialista e rompeu os vínculos com o Ocidente. Macias declarou-se "presidente vitalício" e, durante sua gestão, mergulhou o país em caos econômico, atingindo níveis de miséria sem precedente. Cerca de um terço da população exilou-se ou foi morta devido às condições sociais e à repressão vigentes.

Em 3 de agosto de 1979, Macias foi deposto, havendo sido executado, por um golpe militar liderado por seu sobrinho, o então tenente-coronel Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, com o apoio da Espanha e do Marrocos. Desde então, Obiang tem-se mantido na presidência do país, sob um regime que, a partir de 1991, denominou-se democrático. O Governo de Obiang será melhor detalhado no item 21 deste documento.

17. A sociedade

A sociedade guinéu-equatoriana encontra-se, presentemente, em transformação. Os diversos anos de crescimento econômico praticamente nulo e o isolamento diplomático tornaram o país um dos mais pobres da África, e de menores índices de desenvolvimento social. Após o "boom" petrolífero de 1997, a impressionante taxa de crescimento do PIB de 30% ao ano começa, finalmente, a provocar impacto positivo, ainda que modesto, nos índices de desenvolvimento humano guinéu-equatoriano. A população, antes preponderantemente rural, tem imigrado para as cidades, onde as oportunidades de trabalho avolumam-se em razão da indústria petrolífera e da construção civil. Além disso, o índice de crescimento vegetativo também cresceu, não só devido à imigração proveniente de países vizinhos, mas também à pequena melhoria das condições sociais do país.

No entanto, ainda são vários os problemas que acometem a sociedade guinéu-equatoriana, e que, em sua maioria, se assemelham bastante àqueles dos países vizinhos: violência urbana, pobreza, fome, desemprego (30% em 2004), aguda desigualdade social e alta concentração de renda. A riqueza do país, concentrada nas mãos de uma cúpula do governo associada ao partido do Presidente Obiang e à sua família, ainda não conseguiu reverter o quadro social crítico do país.

- **Índice de Desenvolvimento Humano** (*): 110 °

(*) PNUD: Brasil ocupa o 69° lugar

- **Taxa de Crescimento Demográfico:** 2,46% ao ano (2001 estim.)
- **Expectativa de vida:** 55 anos
- **Taxa de fertilidade:** 4,62 crianças/mulher
- **Mort. Infantil:** 85 em cada mil nascimentos (2000)
- **Pop. Urbana:** 48% (2000)
- **Religião principal:** Católica (84%)
- **Alfabetização:** Mulheres: 78,4%; Homens: 93,3%

Média da população: 85%

A questão do direito das mulheres, cuja taxa de escolaridade e de participação na sociedade civil ainda são bastante inferiores às masculinas, também é objeto de vários programas governamentais e das Nações Unidas na Guiné Equatorial, assim como na maior parte dos países do Golfo da Guiné.

Questões étnicas

A Guiné Equatorial não possui graves problemas étnicos, já que a grande parte da população pertence à etnia fang, cuja arte, principalmente a escultura, é bastante rica. No entanto, a contribuição das demais etnias para o folclore e cultura do país é bastante variada: as danças das etnias *ndowes* (Ivanga) e *bubi* (Cachá), por exemplo, além do Mokom, típica dos *fang*, são manifestações célebres do espírito festivo do povo guinéu-equatoriano.

18. Estado: organização

A Constituição promulgada em 1992 adotou o regime democrático multipartidário e um sistema de governo baseado em três poderes independentes. Na prática, o poder se concentra nas mãos do Presidente Teodoro Obiang, no cargo desde 1979, e que

renovou o seu mandato setenal em 2002. O Presidente da República é responsável pela indicação do Chefe de Governo e Ministros de Estado.

O Poder Legislativo é unicameral: a Assembléia Legislativa (*Cámara de Representantes del Pueblo*), cujos deputados possuem mandato de 5 anos, foi renovada em 2004, eleição na qual 98 dos 100 deputados eleitos pertenciam ao partido do presidente ou a seus coligados. Os governadores das sete províncias são indicados diretamente pelo Presidente da República. O Poder Judiciário, cujo principal órgão é a Suprema Corte, também é controlado pelo Executivo.

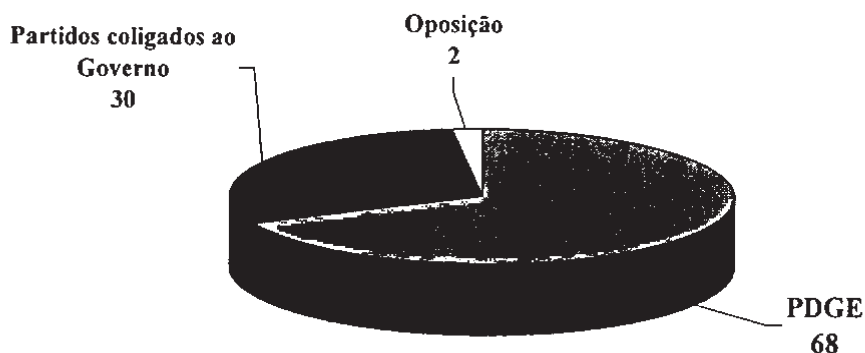
19. O sistema político: partidos

O sistema partidário da Guiné Equatorial é pouco diversificado e representativo. O *Partido Democrático de Guinea Ecuatorial* (PDGE), antigo partido único do país, é liderado pelo Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo e possui esmagadora maioria na Assembléia Legislativa do país. Além disso, oito pequenos partidos, como o Partido para o Progresso da Guiné Equatorial (PPGE), a Ação Popular da Guiné Equatorial (APGE), a Aliança Democrática Progressista (ADP), fazem parte de uma coligação de apoio ao Governo, conhecida, ironicamente, como "Oposição Democrática". Juntos, possuem 98% dos assentos da Assembléia. Já a Convergência pela Democracia Social (CPDS) e a União Popular (UP) são os dois partidos de real oposição ao Governo. Cabe notar, ainda, a existência de vários partidos de oposição não-reconhecidos oficialmente, inclusive cinco exilados em Madri conhecidos como RENAGE (Resistência Nacional da Guiné Equatorial), e que

até pouco tempo contava com o apoio do governo espanhol. No entanto, no contexto da reaproximação da Espanha com sua antiga colônia, a RENAGE passou a acusar também esse país de defender o regime autoritário do Presidente Obiang.

O fenômeno de adesão dos partidos de oposição ao governo relaciona-se diretamente com a riqueza crescente do país proveniente da exploração petrolífera, cujos lucros e direitos de exploração são controlados diretamente pela cúpula do PDGE e pela família do Presidente Obiang. Esse controle, aliás, estende-se também às repartições públicas e empresas do país, o que torna, muitas vezes, até o emprego e estabilidade dos opositores do governo uma questão de difícil manutenção. Além disso, as dissensões internas entre os pequenos partidos não conseguem fazer frente ao poder do PDGE, que foi, durante muito tempo, o único partido do país e que controla a máquina estatal.

**Guiné Equatorial - Número de Assentos na Assembléia Legislativa em 2005
(por partido)**



20. O Governo

Ao assumir o poder em 1979, Teodoro Obiang deu início a um programa de reconstrução nacional e, no plano externo, alinhou-se ao Ocidente, desenvolvendo boas relações sobretudo com a França. Em 1982, foi promulgada nova Constituição, aprovada por plebiscito, e Obiang foi eleito como candidato único com mandato de 7 anos.

Em 1987 o Presidente Obiang criou o "Partido Democrático de Guiné Ecuatorial - PDGE", em regime de partido único. Obiang foi reeleito nas eleições presidenciais de junho de 1989, consideradas pouco transparentes por observadores internacionais. Em 1991, o Governo aprovou uma lei permitindo a criação de novos partidos políticos.

Não obstante o estabelecimento do multipartidarismo, o PDGE continuou sendo a agremiação política amplamente majoritária e a oposição logo se fragmentou em vários pequenos partidos. O PDGE obteve 68 dos então 80 assentos da Assembléia nas eleições de 1993, que foram boicotadas pela maioria dos partidos opositores e marcadas por sérias irregularidades, o que motivou a suspensão da cooperação financeira por parte dos principais doadores.

Nas eleições presidenciais de 1996, igualmente boicotadas pela oposição e consideradas pouco confiáveis, Obiang reelegeu-se com 98,6% dos votos. Nas eleições parlamentares de março de 1999, o PDGE obteve 75 cadeiras das 80 disponíveis. Em dezembro de 2002, o presidente foi reeleito por mais um setenato com 97,1% dos votos e, em abril de 2004, realizaram-se as eleições legislativas e municipais, havendo o PDGE obtido 68 das agora 100 cadeiras da Assembléia

Nacional, os partidos coligados 30 assentos e a oposição representada pela "Convergencia para la Democracia Social - CPDS", 2 cadeiras, uma a mais que no pleito anterior.

Não obstante a progressiva, embora ainda incipiente, melhoria das condições de vida da população, a estabilidade do regime parece basear-se essencialmente na dura repressão dos opositores. Grande número de guinéu-equatorianos vive no exílio por razões políticas e econômicas. Nos últimos anos, verificaram-se tensões étnicas na ilha de Bioko entre a minoria autóctone dos bubi e os fang, sendo que o "Movimiento para la Autodeterminación de la Isla de Bioko" foi acusado de tentar um golpe de estado em 1997 e de atentados a instalações governamentais no ano seguinte.

Em março de 2002 o governo anunciou haver prendido dezenas de conspiradores que estariam preparando um golpe de estado. Entre estes, destacam-se Felipe Ondo Obiang e Guillermo Nguema Ela, fundadores da "Frente Democrática Republicana - FDR" (oposição não reconhecida legalmente). Felipe Ondo Obiang é político de projeção nacional, tendo sido Secretário-Geral da Presidência no governo de Macias. Posteriormente, entre 1979 e 1984, presidiu a Assembléia Nacional, afastando-se para fundar o FDR, que abriga elementos civis e militares que serviram o Governo Macias. Cabe mencionar que tanto os elementos mais influentes do regime de Teodoro Obiang, quanto os do seu falecido tio provêm da cidade de Mongomo (onde teriam transcorrido as reuniões de caráter conspiratório), e muitos são aparentados, o que relativiza a estabilidade dos alinhamentos políticos.

No mesmo contexto, foi igualmente preso Emilio Ndong, da "Unión Popular - UP" (partido reconhecido), e pouco antes fora preso Fabián Nsue Nguema, Secretário-Seral da UP, por injúrias ao Chefe de Estado.

Dos sete partidos de oposição existentes no país, o único que goza atualmente de credibilidade é a CPDS, que designou como candidato à presidência nas últimas eleições o seu co-fundador, Celestino Bonifacio Bacale, engenheiro de minas formado na Espanha. O candidato natural do partido, Placido Mico Abogo, seu Secretário-Geral, não tinha ainda os 40 anos exigidos pela Constituição para postular a presidência.

O adversário mais atuante do regime é Severo Moto, antigo jornalista com breve passagem pelo governo e que em 1986 se exilou na Espanha, de onde dirige o "Partido para el Progreso de Guinea Ecuatorial - PPGE" e um "governo no exílio". Em março de 2004 ocorreu uma importante tentativa de golpe de estado que seria executada mediante a invasão da capital por mercenários. Os julgamentos dos mercenários capturados na África do Sul, no Zimbábue e na Guiné Equatorial deixaram forte indício de que Severo Moto seria colocado na presidência de seu país se o golpe houvesse sido vitorioso.

Outrossim, tem sido objeto de ocasionais especulações a possível intenção do filho mais velho do Presidente, Teodoro ("Teodorino") Obiang Nguema, atualmente Ministro da Agricultura e Florestas, de suceder a seu pai, o que seria contestado por dois de seus tios, que ocupam posições importantes nas Forças Armadas e no serviço de segurança do país.

21. A política econômica

Em 2005, o ¹PIB da Guiné Equatorial ultrapassou a marca dos US\$ 7 bilhões. A renda per capita estimada para 2005 teria sido de US\$ 6.205, para uma população de 1,13 milhão de habitantes. O PIB é composto em cerca de 90% pela indústria (petrolífera, essencialmente), em menos de 3% pela agricultura e em 5% pelos serviços. A taxa de crescimento médio do PIB entre 2000 e 2004 foi de quase 30% e a inflação média foi de 6,5%. Devido ao aumento acelerado das exportações e aos crescentes excedentes no balanço de pagamentos, o país não possui dívida interna e a dívida externa é inferior a seus haveres no exterior.

A economia do país gira principalmente em torno do petróleo, cuja produção alcançou 350 mil barris por dia em 2004, com reservas provadas de 1.1 bilhão de barris, tornando-se o terceiro exportador africano, após a Nigéria e Angola. O petróleo representa mais de 90% das receitas fiscais e de exportação, e é explorado por empresas estrangeiras, quase todas norte-americanas. Em 2001, uma empresa estatal, GEPETROL, foi criada com a finalidade de gerir a parcela do Estado nos contratos de exploração e participar de atividades de distribuição e processamento do produto. A partir do mesmo ano, iniciou-se a exploração de gás natural, cujas reservas são estimadas em 68.5 bilhões de metros cúbicos, com a inauguração de uma usina de metanol produzindo 1.3 milhão de toneladas/ano. A empresa *Marathon Oil* e a GEPETROL estão construindo uma usina para produção de gás natural liqüefeito, a ser inaugurada em 2007, ao custo de US\$ 1.4

¹ Dados de PIB, renda per capita e população do FMI (World Economic Outlook Database 2006)

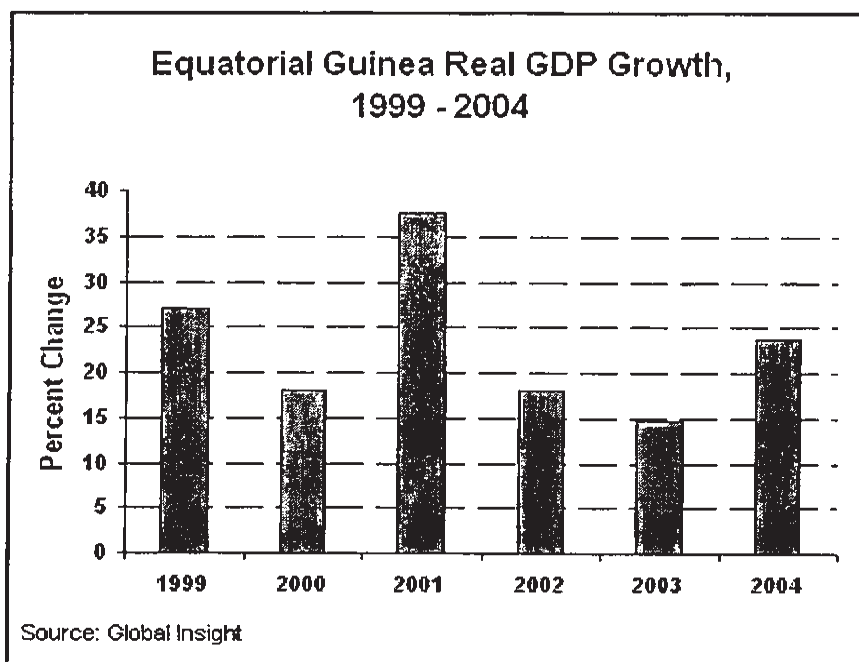
bilhão. O consumo local vem aumentando progressivamente, inclusive para suplementar o deficiente abastecimento de energia elétrica.

No ano de 2004, a agricultura representou apenas 3% da economia do país (contra 5% em 2001 e 16% em 1999). A colheita do cacau, tradicionalmente a principal cultura comercial, alcançou apenas 2.4 mil toneladas na safra 2003-2004, contra 10 mil nos anos 1980. Embora ainda produza café (100 ton), arroz, mandioca, banana, noz de palma e gado, o êxodo rural acelerado pela exploração do petróleo e as obras públicas vem ocasionando estagnação ou quedas de produção e o conseqüente aumento das importações de países vizinhos, notadamente do Cameroun, e da Europa (Espanha e França) para alimentos processados.

A exploração da madeira, concentrada sobretudo na espécie okumé, utilizada na fabricação de condensados e aglomerados, atingiu 714,9 mil de metros cúbicos em 2000, caindo progressivamente até alcançar 517 mil metros cúbicos em 2004. O governo obriga, atualmente, as empresas a processar 80% das exportações de madeira e a exploração, processamento e exportação desse recurso natural está cada vez mais concentrada em empresas estrangeiras, destacando-se as da Espanha e da Malásia.

O crescente número de obras públicas refletem a disponibilidade de recursos para investimentos na Guiné Equatorial. A infra-estrutura do país está sendo progressivamente modernizada por empresas estrangeiras, sobretudo européias; inicia-se, também, a participação chinesa nesse mercado, que inclui a recuperação de estradas,

construção civil, aeroportos, estádios de futebol, etc.



22. A política social

Apesar de ter sido, por diversos anos, um dos países mais pobres do mundo, e com os menores índices de desenvolvimento humano, o governo da Guiné Equatorial tenta, hoje, reverter uma parcela, ainda que pequena, dos lucros advindos da indústria petrolífera, para os investimentos nas áreas sociais (conforme dados do FMI, abaixo). As áreas prioritárias dos programas de desenvolvimento social do governo guinéu-equatoriano são a educação, a saúde pública, as questões de gênero, e a melhoria das condições estruturais de vida da sociedade, com a modernização dos transportes, sistema energético e inclusão de imigrantes vindos das zonas rurais para economia industrial e de serviços.

Os resultados dessa política social ainda são bastante modestos, porém já representam uma significativa evolução em relação ao quadro de 20 anos atrás. Nesse contexto, tem aumentado a cooperação entre o Governo da Guiné Equatorial e as instituições internacionais de desenvolvimento social, além dos acordos com outros países, principalmente os Estados Unidos, a França e a Espanha.

Table 8. Equatorial Guinea: Public Investment Program, 2000-04 (concluded)

	2000	2001	2002	2003	2004
(In percent of total investment expenditure)					
Expenditure by sector					
Agriculture, forestry, and fishing	2.0	2.5	10.4	10.5	7.1
Administrative development	17.3	12.7	20.0	19.0	22.8
Education	19.8	9.0	12.4	12.3	27.2
Energy	1.2	4.3	3.2	3.1	9.2
Industry	0.3	1.4	1.9	2.0	1.4
Information, tourism, and culture	2.3	1.7	5.1	5.2	3.0
Social development	8.2	7.8	11.9	20.5	18.5
Health	11.8	9.9	11.3	9.9	6.9
Transport and communications	0.3	5.7	16.1	16.9	3.5
Other	36.7	45.0	7.6	0.5	0.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

23. As forças armadas

Após o golpe militar de 1979 liderado pelo Presidente Obiang, as forças armadas do país foram reorganizadas. Até então, grande parte do equipamento militar do país era de origem soviética, devido à ligação do antigo governo ao bloco

socialista. Hoje, as Forças Armadas são compostas por aproximadamente 2.500 pessoas, divididas entre o Exército, Marinha, Aeronáutica. Além disso, recentemente uma nova divisão das forças armada do país foi criada: a *Gendarmerie*, cujo treinamento e educação são apoiados por acordo de cooperação militar com a França.

O crescimento dos investimentos na área militar acompanha aquele do PIB: assim, a proporção de cerca de 5% do Produto Interno Bruto desde 2000 fez com que o investimento bruto nesse setor atingisse mais de US\$ 120 milhões em 2004. Parte desse total foi gasto na compra de itens de artilharia, da China, e barcos de patrulha ucranianos.

24. A política exterior: fundamentos e objetivos

Ao assumir o poder, em 1979, o Presidente Obiang começou a reverter o alinhamento anti-ocidental de seu país, tendência que se consolidou após o desmantelamento do bloco socialista. Em termos gerais, a política externa da Guiné Equatorial apresenta limitações políticas, consequência do longo período de auto-isolamento durante o governo Macias, da falta de interesse por um país desprovido de recursos, (situação que somente começou a se reverter com o substancial aumento da produção petrolífera nos últimos 3 anos), da escassez de recursos humanos preparados para interagir com o mundo exterior e dos problemas relacionados com a imagem do país em matéria de democracia e direitos humanos.

Desde a independência, as relações com a Espanha tiveram avanços e recuos, em particular devido à presença naquele

país de grande número de exilados políticos guinéu-equatorianos, que organizaram partidos e manifestações freqüentes de crítica aos regimes Macias e Obiang, e contando, ademais, com o apoio de políticos espanhóis. Em 2001, o relacionamento começou a melhorar, tendo o Presidente Obiang efetuado visita oficial a Madri após 10 anos de ausência. No mesmo ano, duas missões oficiais espanholas foram a Malabo oferecer cooperação em matéria de modernização do Estado, e o partido político de Obiang (PDGE) enviou, pela primeira vez, representantes à Espanha. A chanceler de então, Senhora Ana Palácio, esteve em Malabo em 2003, ocasião em que foi assinado acordo de reconversão da dívida da Guiné Equatorial, no qual destinou-se US\$ 31,5 milhões a programas de assistência social, e US\$ 17 milhões para a promoção de investimentos espanhóis no país.

Após a tentativa de golpe de estado de março de 2004, o governo de Malabo exigiu providências contra Severo Moto e, não tendo sido atendido, retirou seu embaixador em Madri. Com a mudança de governo na Espanha, o diálogo foi retomado e o embaixador da Guiné Equatorial reassumiu suas funções. Em fevereiro de 2005, o chanceler espanhol Miguel Angel Moratinos foi encontrar o Presidente Obiang em Bata, prevendo-se, nessa ocasião, a troca de visitas entre Zapatero e Obiang, e a convocação de Comissão Mista bilateral. No documento oficial emanado do encontro, a Espanha declara rejeitar qualquer ação de desestabilização ou tomada do poder na Guiné Equatorial por vias não-democráticas, numa referência à citada tentativa de golpe de estado, e a Guiné Equatorial reconhece que a luta contra a pobreza e o respeito e a promoção dos direitos humanos são temas indissociáveis do desenvolvimento econômico.

Em outubro de 2006, o chanceler espanhol, acompanhado de do ministro da justiça e de outro interlocutores espanhóis, visitou Malabo levando convite de Zapatero para que o mandatário equato-guineano visitasse oficialmente a Espanha até o final do ano de 2006. Foi firmada declaração conjunta de cooperação no plano político, um memorando de entendimento para colaboração jurídica em matéria civil e penal e um plano de ação para a formação de juízes e promotores.

Moratinos manteve também encontros com as principais lideranças dos partidos de oposição legais. No plano das relações econômico-comerciais, as empresas espanholas pretendem não só participar da extração e refino dos cerca de 360 mil barris diários de petróleo - cifra que deve alcançar 500 mil barris em 2008 -, mas também aproveitar a bonança econômica resultante da exportação de hidrocarbonetos para se lançarem em setores básicos de infra-estruturas e serviços da Guiné Equatorial.

Outra senha da boa disposição espanhola de elevar o nível de seu relacionamento com o parceiro africano é a **intenção de Moncloa em propor, durante a Cúpula de Montevideu, em novembro de 2006, a associação da Guiné Equatorial à comunidade de países ibero-americanos.** (*Fonte: Telegrama 1150 de Brasemb Madri*)

A França, muito atuante na África Central, obteve a adesão da Guiné Equatorial à zona do franco CFA, em 1985, e à Organização Internacional da Francofonia, em 1989. Além disso, ocorre, em 1998, a adoção do **francês como segunda língua oficial**. O Presidente Obiang tem efetuado visitas ao Presidente Chirac, a quem definiu como "amigo seguro", em

agosto de 2004, e outros contatos são realizados a nível ministerial. As empresas francesas têm atuação importante no país, sendo dominantes no setor de obras públicas e telefonia.

A Ucrânia desenvolveu uma ofensiva diplomática em outubro de 2004, enviando uma delegação de 15 altos funcionários de diferentes ministérios a Malabo, sob a chefia do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Vladimir Makua, em sequência a uma visita oficial do Presidente Obiang a Kiev. A Ucrânia já havia fornecido armas, inclusive helicópteros de combate, à Guiné Equatorial, e, nessa oportunidade, manifestou o interesse em cooperar nas áreas de extração e refino de petróleo.

Na África, a Guiné Equatorial integra a União Africana e as duas entidades de integração de sua sub-região, a CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central) e a CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central), tendo manifestado o interesse de vir a ser **observador na CPLP**, que, por ora, não prevê essa categoria de associado.

O país resolveu, satisfatoriamente, a delimitação de suas fronteiras marítimas com a Nigéria, São Tomé e Príncipe e o Cameroun. Por ocasião da tentativa de golpe de estado de março de 2004, a Guiné Equatorial contou com o firme apoio da África do Sul e do Zimbábue, que prenderam os mercenários que se encontravam em seus territórios e os processaram judicialmente. Os presidentes do Gabão e da República do Congo, então titulares das presidências da CEMAC e da CEEAC,

deslocaram-se conjuntamente a Malabo, no final daquele mês, para manifestar sua solidariedade ao Governo Obiang.

As relações com a Nigéria foram igualmente afetadas por esse motivo até 2001, quando ocorreu uma grande aproximação entre os dois países, refletida na visita de Obasanjo a Malabo em setembro, quando a Nigéria passou a prestar cooperação ao país sob forma de bolsas de estudo, doação de veículos e construção de um hospital em Anizok (centro-leste da parte continental). A Nigéria também auxiliou, decisivamente, a Guiné Equatorial a livrar-se de uma supervisão permanente (por um relator especial) da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Na África do Norte, são sólidas as relações com o Marrocos, que, entre 1980 e 1990, manteve 500 soldados e mais de 100 policiais na Guiné Equatorial, para assegurar a defesa pessoal do seu Presidente. Foi criada a "Agência guiné-marroquina de Desenvolvimento" para promover investimentos e exportações do Marrocos, havendo-se suscitado em 2003 projetos de construção de um porto em Bata e o fornecimento de medicamentos, sendo que em janeiro de 2004 Obiang visitou mais uma vez Rabat, inclusive para motivar os empresários locais a investir em seu país. A Líbia, que fechou sua embaixada em Malabo em 1980, manifestou a disposição de reabri-la oportunamente, ademais de oferecer-se para custear a metade das despesas que viria a ter uma representação diplomática guinéu-equatoriana em Trípoli. Com a Argélia as relações seriam mais tênues, mas o Presidente Obiang doou quase uma tonelada de víveres em maio de 2003 para ajudar as vítimas do terremoto que atingira o citado país.

Dentre os países asiáticos, predominam, desde 1970, as relações com a China, que mantém embaixada residente e "cooperantes" na Guiné Equatorial e tem atuado nas áreas de agricultura, saúde, telecomunicações, construção de estradas e treinamento militar, sendo que, em 2002, o filho mais velho do Presidente, Teodoro Obiang Nguema, que é também oficial do exército, fez um curso de comando de 4 meses na China. Beijing recebeu visita oficial do Presidente Obiang em 2001, assinando-se acordos de cooperação em informática e obras de infra-estrutura e outras missões de ambos os lados se sucedem em vários níveis.

Na América Latina, o relacionamento se limita essencialmente a Cuba, que está presente no país nos setores de educação, agricultura e saúde e ofereceu para 2002 cooperação em técnicas de pesca, sua conservação e comercialização, em manutenção dos barcos, assim como a construção de uma fábrica de processamento de alimento. A embaixada cubana, fechada em 1990 por razões orçamentárias, foi reaberta em abril de 2001. Em 2003, a Petróleo de Venezuela (PDVSA) enviou missão técnica a Malabo para oferecer cooperação, procurando retomar uma atividade que exerceu nos anos 80 e que não teve seguimento, valendo recordar que a partir do início da década seguinte as empresas norte-americanas chegaram ao país para promover o início efetivo da exploração petrolífera. Em maio de 2005 o Chanceler visitou o México para propor acordos de cooperação nos campos da energia (petróleo), educação, agricultura e luta contra a pobreza.

25. As relações com o principal vizinho: Cameroun

Durante a maior parte de sua existência como nação independente, a Guiné Equatorial expatriou seus cidadãos, geralmente sem formação, para os países próximos que ofereciam melhores condições de vida, sobretudo o Gabão. Com o grande aumento da demanda por mão-de-obra um pouco mais qualificada, resultante do "boom" petrolífero a partir de 2000, inverteu-se a tendência e o país passou a receber imigrantes clandestinos, sobretudo da Nigéria e do Cameroun, o que gera situação potencialmente conflitiva. Em 2004, após a citada tentativa de golpe de Estado, o Governo Obiang procedeu a "razzias" policiais contra africanos em situação ilegal no país, concentrando-se sobre os camerouneses, dos quais cerca de 1000 teriam sido expulsos, além de sofrerem violências e extorsões. Em sinal de protesto, o Cameroun retirou seu embaixador e foi necessário uma viagem de Obiang a Iaundê para encerrar o incidente.

Comercialmente, o comércio entre os dois países tem aumentado, sobretudo no que concerne à importação de gêneros alimentícios por parte da Guiné Equatorial.

26. As relações com o segundo principal vizinho: Gabão

O Gabão foi um dos países vizinhos à Guiné Equatorial que mais recebeu imigrantes vindos daquele país durante o período anterior à descoberta de reservas petrolíferas. Persiste uma divergência entre os dois países em torno da soberania sobre a ilha de **Mbagnié** desde a década de 1972, e que ressurgiu com a visita do Ministro da Defesa do Gabão, Ali Bongo Ondimba, àquele local em 26 de fevereiro de 2003, quando

relançou a reivindicação gabonesa. A questão é determinante para a fixação das fronteiras marítimas numa região rica em petróleo e, em 6 de julho de 2004, à margem de uma reunião da UA em Adis Abeba, os dois presidentes assinaram um protocolo de acordo que compromete as duas partes a encontrar um acordo negociado, em função do que o Secretário-Geral da ONU indicou um mediador, cuja missão ainda não apresentou resultados.

27. As relações com o Brasil: políticas

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1974, com representações cumulativas. A brasileira com a Embaixada em Libreville, ultimamente, e a guinéu-equatoriana em Cuba, e, mais tarde, em Washington. O relacionamento foi pouco expressivo até passado recente, devido aos mesmos motivos que inibiram sua política externa em geral. O Presidente Obiang tomou a iniciativa de participar como convidado especial da V Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se realizou em julho de 2004 em São Tomé e Príncipe, onde manteve contato com o Presidente Lula. Em agosto, anunciou-se a intenção da Guiné Equatorial de abrir embaixada em Brasília, o que se concretizou em 2005. O Brasil também abriu Embaixada residente em Malabo, em 2006. No plano multilateral, os 2 países participam da ZOPACAS e tem havido algum apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

a) Visitas de Autoridades

- Maio de 1988 - Ministro dos Esportes e da Educação, Fortunato Nzambi Maachinde;

- setembro de 1994 - Chefe do Estado-maior das Forças Armadas, Tenente Coronel Inocencio Ngomo Ondo;
- setembro de 1998 - Ministro das Minas e Energia, Juan Olo Mba, para participar de seminário da PETROBRAS;
- setembro de 2002 - Ministro das Minas e Energia, Cristobla Mañana Ela e funcionários da GEPETRPL para participar do *World Petroleum Congress* no Rio de Janeiro;
- maio de 2005 - Embaixador da Guiné, acreditado no Brasil e residente em Washington, Teodoro Biyogo Nsue e o Inspetor-Geral da Chancelaria guinéu-equatoriana, Simeon Oyono Esono, para tratar da abertura da embaixada em Brasília.

Nos últimos 3 anos ocorreram, ainda, visitas privadas do Ministro da Agricultura e Florestas, Teodoro Nguema Obiang Nchama, filho do Presidente da República.

28. As relações com o Brasil: militares

Não há registro de relações militares entre os dois países.

29. As relações com o Brasil: econômicas

O intercâmbio comercial com a Guiné Equatorial tem sido, nos últimos anos, francamente favorável àquele país, em decorrência das importações brasileiras de "óleos brutos de petróleo". Exceção feita ao ano de 2003, quando houve modesto superávit brasileiro. Segundo os dados da SECEX (Secretaria do Comércio Exterior - MDIC), indicando uma tendência de

maior participação no mercado local, embora ainda modesta, iniciada em 2002, as exportações brasileiras passaram de US\$ 3.491 mil, em 2002, para US\$ 2.649 mil, em 2003, US\$ 3.577 mil, em 2004, e US\$ 6.860 mil, em 2005. Contudo, de 2002 até 2005 (4 anos), a balança comercial brasileira acumula um déficit de mais de US\$ 286 milhões, em razão, como mencionado, das compras de brasileiras de produtos petrolíferos.

As principais exportações brasileiras são de carnes congeladas de aves e de origem bovina, em valores que alcançaram em 2005 cerca de US\$ 3 milhões. Registram-se ademais grande variedade de alimentos industrializados, material de construção, pneus para ônibus e caminhões, estando ausentes os bens de capital, para os quais haveria um mercado na área de equipamentos petrolíferos.

Vale assinalar que o relacionamento comercial apresenta potencial de crescimento, sobretudo pelo lado brasileiro, o que, se explorado, poderia vir a atenuar o desequilíbrio no intercâmbio que hoje se verifica. A Guiné Equatorial apresenta demandas em praticamente todos os setores da sua economia e tem disponibilidade de recursos públicos, refletida no excedente de balança comercial de US\$ 1, 5 bilhão em 2004 e nas receitas fiscais de um país sem endividamento líquido. Em matéria de obras públicas, há margem para a proposição de projetos e o acesso a esse mercado poderia fazer-se mediante negociações bilaterais com o governo local, sem concorrência internacional.

Aviso nº 1.273 – C. Civil

Em 9 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Agemar de Mendonça Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A mensagem lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.202, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (nº 1.062/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**
Relator **ad hoc**: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006 (PDC nº 1.062, de 2001, na origem), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais, aberta a assinaturas na cidade de Guatemala, em 7 de junho de 1999, por ocasião do Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de setembro de 2006, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões Constituição e Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a Proposição a Mensagem nº 1.678, de 2000, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00277/MRE, de 29 de agosto de 2000, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

A celebração do instrumento ocorre no final de uma década em que a transparência nas transferências internacionais de armas convencionais se consagrou como importante fator de fortalecimento da confiança entre os Estados. Foi em 1991, que a Resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas criou o Registro de Armas Convencionais da ONU, um banco de dados abono à participação voluntária de todos os Estados membros da Organização, sobre exportações e importações de sete categorias de armas convencionais. (...) O instrumento (...) reflete a posição concertada dos países membros da OEA e representa, sobretudo, um exemplo de convergência de interesses no continente. (...) a Convenção estabelece o compromisso de que os Estados-Partes elaborem relatórios anuais de informações sobre importações e exportações e intercambiem informações (...) sobre a aquisição de armas convencionais, seja importação, seja produção nacional.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que se trata de diploma de caráter inovador que conduz seus signatários a novo patamar no tratamento transparente desejado a assuntos militares no âmbito da OEA. Registra, também, que a referida Convenção teve Brasil e Estados Unidos da América como importantes patrocinadores. Finalmente, convém destacar que a Exposição de Motivos é subscrita pelo então Ministro da Defesa.

II – Análise

No cenário hemisférico, a segurança coletiva tem sido componente de grande relevância nas relações entre os Estados americanos. Nesse sentido, a Convenção em apreço traz importante contribuição ao

promover a transparência nas aquisições de armas convencionais, com destaque para tanques de guerra, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grande calibre, aeronaves de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra e mísseis e plataformas de lançamentos de mísseis.

Convém destacar o papel do Brasil ao patrocinar a Convenção que vai ao encontro não só dos interesses regionais, mas da busca pela transparência defendida pela Organização das Nações Unidas. Assim, a Convenção sem dúvida contribui para a paz em nosso continente e no mundo e é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator *ad hoc* – **Marcelo Crivella** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Serys Silhessarenko** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.203, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (nº 1393/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006 (PDC nº 1393, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, celebrado em Nova Delhi, em 1º de dezembro de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 5 de setembro de 2006, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 271, de 2004, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00088 DAOCI/DAI/MRE, de 7 de abril de 2004, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O presente Acordo dispõe sobre a cooperação em defesa e segurança, em particular nos campos de pesquisa e desenvolvimento; aquisição e apoio logístico; intercâmbio de experiências em matéria de equipamento, operações internacionais de manutenção de paz e ciência e tecnologia; aquisição de equipamento e treinamento conjunto, dentre outras. (...) Trata-se de importante instrumento de aproximação entre o Brasil e a Índia (...) em um dos campos mais promissores do relacionamento bilateral. A cooperação objeto do presente acordo poderá ter também bons reflexos na área econômico-comercial, mediante a participação de empresas brasileiras nos programas de aquisições do Governo da Índia, país em cujo orçamento nacional os gastos militares figuram com grande destaque.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que a cooperação deverá ser gerenciada por uma unidade conjunta, o Comitê de Defesa Brasil-Índia e que o acordo dispõe sobre a proteção das informações confidenciais obtidas a seu abrigo.

II – Análise

Em um cenário de crescente preocupação com a segurança no sistema internacional, um acordo entre países da relevância de Brasil e Índia, particularmente no campo da defesa e da ciência e tecnologia, deve ser acolhido com entusiasmo. Afinal, a cooperação entre essas duas grandes democracias contribui para a promoção da paz não só regional como globalmente.

Ademais, a Índia vem-se destacando não só como potência militar regional, mas como economia ascendente e um pólo na área de ciência e tecnologia. Nesse sentido, os brasileiros têm a ganhar com uma maior aproximação com o país asiático.

O exemplo dos investimentos indianos nas áreas de defesa e de ciência e tecnologia também serve de paradigma para qualquer país que deseje ocupar um

lugar de destaque no concerto das nações. Assim, o presente acordo é instrumento benéfico para as boas relações internacionais do Brasil.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Heráclito Fortes** – **Sery Shlessarenko** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.204, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 415 de 2006 (nº 1.423/2004, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem á Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 415, de 2006. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 453, de 30 de julho de 2004, solicitando apreciação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília, em 19 de janeiro de 2004.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em 10 de novembro de 2006, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após a apreciação das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

A renovação da política brasileira de Ciência e Tecnologia (...), aliada ao adensamento de um espaço europeu de pesquisa, constituído a partir de Programa Quadro comunitário para o fomento e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, que conta com recursos da ordem de 20 bilhões de euros em três anos, constituíram o pano de fundo sobre o qual se desenvolveu a negociação de um dos mais importantes e promissores acordos de cooperação bilateral jamais assinados pelo Brasil com parceiro de cooperação internacional.

O documento assinado entre Brasil e União Européia incorpora as posições e preocupações suscitadas pela parte brasileira durante o processo de negociação. A definição das áreas de cooperação foi estabelecida por cláusula geral que insere no âmbito do Acordo todas as áreas comuns à política brasileira e comunitária de CAT, e explícita, como desejava o Brasil, treze campos específicos. São eles: (i) biotecnologia; (ii) tecnologias da informação e das comunicações; (iii) bioinformática; (iv) espaço; (v) microtecnologias e nanotecnologias; (vi) investigação de materiais; (vii) tecnologias limpas; (viii) gestão e uso sustentável dos recursos ambientais; (ix) biossegurança; (x) saúde e medicina; (xi) aeronáutica; (xii) metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e (xiii) ciências humanas.

(...)

O Anexo sobre Propriedade Intelectual constituiu tópico de debate extenso e aprofundado, não somente entre os dois lados, mas também entre diversos órgãos brasileiros envolvidos na matéria. Dessa forma, o referido Anexo trata de forma mutuamente aceitável, e com relativo detalhamento, a relação entre questões de Direitos de Propriedade Intelectual (DPIs) e a cooperação bilateral, sem estipular padrões de proteção diferentes daqueles previstos na legislação de cada Parte.

(...)

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia buscarão criar infra-estrutura específica, por meio das agências CNPq e FINEP e da Missão do Brasil junto à UE, para aproveitar ao máximo as oportunidades que decorrerão do Acordo para comunidade científica brasileira e para o desenvolvimento tecnológico nacional, inclusive no campo da aproximação entre o meio acadêmico e a indústria, com benefícios para

o incremento da competitividade do setor produtivo nacional.

II – Análise

O Acordo ora apreciado, composto de um instrumento principal e um anexo, objetiva fomentar, promover e facilitar as ações de cooperação na área científica e tecnológica. Concebidas no sentido de proporcionar benefício mútuo às partes contratantes, o instrumento prevê intercâmbio de informações e proteção de direitos de propriedade intelectual.

Prevê, ademais, o Acordo sob exame, treze áreas de conhecimento a serem beneficiadas pelas iniciativas comuns, incluindo setores de grande interesse estratégico, como a biotecnologia e a bioinformática, biossegurança, saúde e medicina, além de aeronáutica e ciências humanas.

São designados, também, nos termos do ajuste, os chamados “Agentes Coordenadores”, a saber, a Comissão das Comunidades Europeias e o Ministério de Relações Exteriores, pelo lado brasileiro.

Permitindo a denúncia a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com seis meses de antecedência, o instrumento internacional tem validade por cinco anos, sempre renovável por igual período, a critério das partes.

No que concerne ao Anexo que acompanha o Acordo, trata-se de instrumento regulador das questões referentes à adequada e efetiva proteção da propriedade intelectual gerada no âmbito da cooperação, conforme os parâmetros comumente utilizados internacionalmente. Sem omitir questões das mais relevantes, como fruição e partilha de eventuais rendimentos autorais e fluxo de informações interpartes, ainda que de natureza sigilosa, a matéria nos parece adequadamente tratada.

Resta mencionar ser a União Europeia valiosa parceira para o Brasil, mormente no campo a que se refere o Acordo examinado, motivo pelo qual consideramos sua aprovação de vital importância para os interesses nacionais.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2006, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Sery Slhessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Romeu Tuma** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.205, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006 (nº 1.426/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.

Relator: Senador **Marco Maciel**

Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas legislativas a Mensagem nº 230, de 13 de maio de 2004, solicitando a apreciação para o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 11 de novembro de 2002.

Na Câmara dos Deputados a Mensagem foi aprovada em Plenário, em 5 de setembro de 2006, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a apreciação das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, de Finanças e Tributação e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi recebida em 15 de setembro de 2006, sendo distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 19 de setembro seguinte, e ao Relator que subscreve no dia três de outubro subsequente, após o prazo regimental, no qual não recebeu emendas.

II – Análise

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes: o estabelecimento do regime de liberdades entre os dois países e o tratamento de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações.

Esse caráter do acordo está bem delineado na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, preparada pelo Ministério das Relações Exteriores, onde se registra, **verbis**:

O instrumento em tela tem por objetivo atualizar o Acordo sobre Serviços Aéreos assinado em 5 de setembro de 2001 – cujo texto não chegou a ser encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação – e ganhou nova redação em seu artigo 11, que dispõe sobre

conversão o e transferência de lucros e receitas. A modificação contempla o interesse das empresas aéreas brasileiras e portuguesas que operam nos territórios dos dois países, na medida em que concede a remissão de débitos relativos a contribuições sociais e outros ônus tributários específicos.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível entre representantes dos Governos do Brasil e de Portugal e encontrou, por meio do presente acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a intensidade do intercâmbio turístico, refletida no grande número de rotas aéreas estabelecidas entre os dois países.

O Acordo estabelece, em seus primeiros dispositivos, o regime da quarta liberdade no intercâmbio aéreo entre os dois países. A organização mundial dos serviços aéreos data de 1944, quando foi realizada a Convenção Civil internacional (Convenção de Chicago). Como resultado dessa convenção foi firmado, entre outros, o Acordo de Transporte Aéreo Internacional, que estipula que, os países podem, soberanamente, estabelecer entre si acordos de navegação aérea que contemplem as chamadas “cinco liberdades”. As duas primeiras liberdades são de natureza técnica: liberdade de sobrevôo e de escala técnica. A terceira liberdade proporciona a faculdade de levar e trazer passageiros e cargas entre os territórios dos dois países. A quarta, a faculdade de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países passageiros e cargas.

O Acordo define a possibilidade de designação de até duas empresas aéreas para operar no território da outra parte, o que deverá ser efetuado por meio de comunicação diplomática.

Estabelece ainda que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No instrumento são prescritas as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (no caso do Brasil) e do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares e coletivas (no caso de Portugal), em consonância com Tratado para evitar a bitributação e evasão fiscal, assinado pelas mesmas Partes em 2000.

O Acordo não implica em concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

O Termo está vazado em 24 Artigos e um Anexo, se aperfeiçoa com as cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. Prevê sua vigência por prazo indeterminado, ressalvado o direito de renúncia, e estabelece a arbitragem como mecanismo para solução de eventuais controvérsias decorrentes do acordo, caso a negociação direta não seja bem sucedida.

III – Voto

Pelo exposto, consoante a boa técnica legislativa e a perfeita conveniência deste acordo firmado pelo Governo brasileiro, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2006, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator *ad hoc* – **Marcelo Crivella** – **Serys Sihessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **Ney Suassuna** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, o requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.132, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado um voto de congratulações ao jornal **O Liberal** do Estado do Pará pelo transcurso do seu sexagésimo aniversário. O jornal **O Liberal** tem sido parte indispensável do cotidiano dos paraenses, como testemunha e cronista fiel dos acontecimentos que marcaram a história do Pará ao longo desse tempo. Conquistou credibilidade invejável, fruto do trabalho sério de seus proprietários e profissionais que emprestaram seus esforços e talentos para consolidação do empreendimento.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.
– Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2006**Acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para regulamentar o adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo nº 5.452, de 1º de maio de 1943 passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 197-A Consideram-se atividades ou operações penosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou na forma acordada entre empregados e empregadores, por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à fadiga física ou psicológica.

Art. 197-B O exercício de trabalho em condições penosas, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assegura a percepção de adicional de respectivamente quarenta por cento, vinte por cento e dez por cento da remuneração do empregado, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Parágrafo único. A caracterização e a classificação da atividade penosa far-se-ão por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, que observará os seguintes critérios:

I – o número de horas a que o trabalhador é submetido ao trabalho dessa natureza;

II – a repetição de tarefa ou atribuição profissional considerada fatigante;

III – as condições de salubridade do ambiente do trabalho;

IV – o risco à saúde do trabalhador;

V – os equipamentos de proteção individual adotados e os processos e meios utilizados como atenuantes da fadiga física e mental;

VI – a existência ou não de períodos de descanso e de divisão do trabalho, que possibilite a rotatividade interna da mão-de-obra;

V – o local de trabalho.

Art. 197-C O trabalho penoso obriga o empregador ou tomador do serviço, independentemente do pagamento do adicional respectivo, a observar os períodos de descanso recomendados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.”

Art. 2º Até que seja regulamentada a presente Lei, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os pedidos de pagamento de indenização pelo exercício de trabalho penoso, exceto se norma de índole coletiva dispor sobre o pagamento do adicional de penosidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Passados dezoito anos da promulgação da Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência trabalhistas consideram o direito ao adicional de penosidade uma norma constitucional de eficácia limitada.

Na nova postura adotada pela doutrina e jurisprudência, de proteção à dignidade humana, tal entendimento não mais se justifica, pois se pode a jurisprudência conferir direitos trabalhistas a quem não é empregado, com muito mais razão poderá ela conferir eficácia plena aos direitos já consagrados aos empregados, até porque não é difícil definir o que seja um trabalho penoso.

Penosa é a atividade que não apresenta riscos imediatos à saúde física ou mental, mas que, pelas suas condições adversas ao físico, ou ao psíquico, acaba minando as forças e a auto-estima do trabalhador, semelhantemente ao assédio moral. Aliás, ainda que não definido em lei, ninguém hoje dirá que não cabe ao trabalhador uma indenização por assédio moral.

Assim, as próprias partes envolvidas poderão dispor sobre o assunto no âmbito do acordo ou convenção coletiva de trabalho, independentemente da norma a ser editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dando efetividade a um direito de ordem constitucional que chega neste ano de 2006 à sua maioridade.

Por esse motivo, solicito o apoio dos meus nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.
– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,
Decreta:

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006

Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 45 da Lei nº 8.212, de 25 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 45.

§ 7º A multa a que se refere o § 4º deste artigo não se aplica ao tempo de atividade rural exercido pelos segurados mencionados na alínea **a** do inciso I ou no inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 25 de julho de 1991, em período anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social. (NR)”

Art. 2º O art. 96 da Lei nº 8.212, de 25 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 96.

Parágrafo único. A multa a que se refere o inciso IV deste artigo não se aplica ao tempo de serviço anterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A edição das Leis gêmeas da Previdência Social – Leis nºs 8.212 e 8.213, de 25 de julho de 1991 – representou um marco na história do sistema previdenciário brasileiro, ao eliminar (salvo quanto ao serviço público) os últimos resquícios dos antigos regimes particulares de previdência e criar um efetivo Regime Geral de Previdência Social (designado pela sigla RGPS). Do ponto de vista social, essa unificação acarretou a extensão de todos os direitos previdenciários à enorme massa de trabalhadores rurais que, até então, eram tratados como cidadãos de segunda categoria.

Naturalmente, uma modificação tão profunda não poderia ocorrer sem percalços. Muitas situações não antecipadas advieram da implantação do novo regime previdenciário e continuam a ocorrer, a despeito de todas modificações já havidas nas duas normas e na própria Constituição Federal.

Ao Poder Legislativo compete, também, observar o funcionamento das normas, suas eventuais falhas ou

lacunas – que podem ocorrer, vez que, como todas as instituições humanas, também o Parlamento é falível – e, se necessário, promover as correções e atualizações necessárias.

A presente proposição busca sanar uma injustiça decorrente da incorporação dos trabalhadores rurais ao RGPS. Trata-se da multa imposta aos segurados que pretendam efetuar a contagem recíproca do tempo de serviço, para fins de recebimento de benefícios em regime particular de previdência.

Efetivamente, a legislação brasileira, na esteira da Constituição Federal, estabelece que a migração de um regime previdenciário para outro é condicionada à indenização do tempo de serviço, para ajudar a manter o equilíbrio financeiro dos regimes previdenciários distintos.

Essa hipótese é muito comum: trabalhadores que ingressem no serviço público ou dele se retirem ou que transitem entre as esferas administrativas do Poder Público alteram, em decorrência, o regime previdenciário a que se vinculam, sendo necessárias normas que regulamentem tal migração.

No caso dos trabalhadores rurais, contudo, particularmente aqueles que exerceram suas atividades no seio de regime de trabalho familiar, o responsável único pela indenização da Previdência é o próprio trabalhador. Isso ocorre por sua desvinculação anterior do RGPS, sendo o trabalhador rural familiar unicamente um segurado facultativo antes de 1991.

Ocorre que, para o reconhecimento do tempo de trabalho rural, para fim de contagem recíproca, o INSS exige o pagamento, pelo trabalhador, da indenização calculada pelo valor do atual salário-de-contribuição, pelo período pretendido, atualizado monetariamente e acrescido de juros e multa.

Tal multa, no entanto, é injusta para o trabalhador. Efetivamente, tendo sido desvinculado do regime geral de previdência, a contagem desse tempo é operação que depende, necessariamente, de sua vontade. Somente a partir de sua manifestação é que passa a existir a obrigação de recolher o valor da indenização. Não existe, no caso, a quebra de uma obrigação legal ou contratual que determine a imposição da multa: o trabalhador reconhece a dívida porque quer, não era obrigado a efetuar a contagem daquele tempo de serviço, e só o faz por seu exclusivo interesse.

Assim, injustificada a cobrança de penalidade em relação a esse período. A proposição que ora apresentamos busca sanar essa injustiça, suprimindo a multa em relação ao período anterior à obrigatoriedade de filiação ao RGPS.

Conto, portanto, com o apoio de meus Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2006.
– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Texto compilado

Regulamento

Atualizações decorrentes de
normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, DETERMINADA PELO ART. 12 DA LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 45. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

~~§ 1º No caso de segurado empresário ou autônomo e equiparados, o direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos, para fins de comprovação de exercício de atividade, para obtenção de benefícios, extingue-se em 30 (trinta) anos. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)~~

§ 1º Para comprovar o exercício de atividade remunerada, com vistas à concessão de benefícios, será exigido do contribuinte individual, a qualquer tempo, o recolhimento das correspondentes contribuições. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo anterior, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição do segurado. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

§ 3º No caso de indenização para fins da contagem recíproca de que tratam os arts. 94 a 99 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a base de incidência será a remuneração sobre a qual incidem as contribuições para o regime específico de previdência social a que estiver filiado o interessado, conforme dispuser o regulamento, observado o limite máximo previsto no art. 28 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 28.4.95)

~~§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de um por cento ao mês e multa de dez por cento. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)~~

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º incidirão juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 5º O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue-se com o decurso do prazo de 180 dias, contado da intimação da referida decisão. (Incluído pela Lei nº 9.639, de 25.5.98)

§ 6º O disposto no § 4º não se aplica aos casos de contribuições em atraso a partir da competência abril de 1995, obedecendo-se, a partir de então, às disposições aplicadas às empresas em geral. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

Art. 96. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, anualmente, acompanhando a Proposta Orçamentária da Seguridade Social, projeções atuariais relativas à Seguridade Social, abrangendo um horizonte temporal de, no mínimo, 20 (vinte) anos, considerando hipóteses alternativas quanto às variáveis demográficas, econômicas e institucionais relevantes.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Regulamento

Vide texto compilado

Normas de hierarquia inferior

Mensagem de veto

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

I - como empregado: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;

c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;

e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais. (Incluída pela Lei nº 8.647, de 1993)

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.506, de 1997)

i) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Incluída pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;

~~III - como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro do conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural; (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

~~IV ————— como ————— trabalhador ————— autônomo:~~

~~a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;~~

~~b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

~~V — como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;~~

~~b) o ministro de confissão religiosa e o membro do instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;~~

~~c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;~~

~~d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o~~

~~Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país de domicílio;~~

~~a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~b) pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~d) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

~~e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país de domicílio. (Incluída pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

V - como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, quando mantidos pela entidade a que pertencem, salvo se filiados obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade ou a outro regime previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativos; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; (Redação dada pela Lei nº 10.403, de 8.1.2002)

~~d) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social; (Alínea realinhada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97) (Revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)~~

e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

f) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

g) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

h) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

VII - como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente

ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. *(O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91).*

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.

§ 3º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fins de custeio da Seguridade Social. (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 4º O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 5º Aplica-se o disposto na alínea g do inciso I do *caput* ao ocupante de cargo de Ministro de Estado, de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, sem vínculo efetivo com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, ainda que em regime especial, e fundações. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

~~Art. 12. O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta lei, desde que esteja sujeito a sistema próprio de previdência social.~~

~~Parágrafo único. Caso este servidor venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-á segurado obrigatório em relação a essas atividades.~~

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com muita satisfação e honra que convido para usar a tribuna a Professora e Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, por 20 minutos.

Com certeza, V. Exª terá a maior audiência do sistema de comunicação do Senado.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, por ocasião da sessão especial sobre a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, oportunidade em que esteve aqui presente uma significativa representação do turismo no Brasil, temas extremamente interligados, fizemos um pronunciamento a respeito do assunto. Hoje retomo a questão para falar

mais especificamente sobre a importância do turismo em nosso País e, eu diria, no mundo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas comemorou, no último mês de setembro, o Dia Mundial do Turismo. Essa data foi instituída em reconhecimento ao fato de que essa atividade constitui, nos dias que correm, um dos principais meios de levar progresso, desenvolvimento e riqueza para as nações mais pobres do nosso planeta. Tanto isso é verdade que, ano após ano, aumenta o número de países que abandonam a lista das nações em desenvolvimento, graças aos benefícios proporcionados pelo turismo. Eles não passam para a categoria de nações em desenvolvimento, mas para a categoria de nações desenvolvidas.

Não por acaso, portanto, Sr. Presidente, o lema do Dia Mundial do Turismo deste ano foi “O Turismo Enriquece”. Esse enriquecimento, contudo, não se dá apenas no plano econômico. Ele acontece também

sob o ponto de vista ambiental e cultural, na medida em que as receitas geradas pela atividade turística são utilizadas pelos governos para restaurar monumentos, abrir museus e instituir parques naturais para a preservação do meio ambiente.

No Brasil, como não poderia deixar de ser, o Governo do Presidente Lula encontra-se plenamente afinado com esse entendimento das Nações Unidas, que percebe o turismo como uma importante ferramenta de redução das desigualdades sociais e de construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Foi justamente o compromisso inarredável com a construção de um Brasil mais justo e mais inclusivo que conduziu à criação do Ministério do Turismo, ainda no início do Governo do Presidente Lula, a fim de priorizar a atividade turística como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico nacional.

Sob a competente orientação do Ministro Walfrido dos Mares Guia, o Ministério do Turismo vem implementando, desde abril de 2003, o Plano Nacional de Turismo, cujas principais premissas são: desconcentrar a renda por meio da regionalização e da interiorização da atividade turística; diversificar mercados e promover o turismo como fator de construção da cidadania e da integração social.

Como podemos ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são objetivos grandes, não são objetivos preliminares ou intermediários; são objetivos grandes a serem conquistados.

Para dar cumprimento a essas grandes diretrizes e após amplo debate com a sociedade, foi concebido o Programa de Regionalização do Turismo, cujo foco principal é incrementar o aproveitamento sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais dos Municípios do interior do Brasil.

É importante destacar, nesta oportunidade, que o Programa de Regionalização do Turismo não é única e exclusivamente uma ação do Governo. Ele é, sobretudo, uma rede de parcerias com os segmentos envolvidos na atividade turística, buscando em especial dar qualidade ao produto turístico, ampliar e qualificar o mercado de trabalho e diversificar a oferta turística. Com isso, o que se espera é que o turismo possa contribuir de modo mais efetivo para a redução das desigualdades regionais e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a geração de empregos e para a distribuição de renda.

Srs. Senadores, Sr. Senador que preside esta sessão, ontem mesmo V. Ex^a falava da importância – com o que todos concordamos – da geração de emprego. E o turismo, que costumo chamar de “indústria do turismo”, eu diria que é um dos maiores potenciais possíveis de geração de emprego, direta e indiretamente.

É uma “cadeia produtiva”, digamos assim, de geração de emprego, imensa neste País e ainda extremamente inexplorada. E nós, brasileiros, como um todo, nós do Congresso Nacional e o nosso Governo, que vem prestando muita atenção a esse tema e desempenhando um papel importante e com competência, precisamos realmente fazer com que o turismo no Brasil deslanche, porque não é difícil esse procedimento, que costumamos chamar de “indústria limpa”. É possível e fácil promover a preservação do meio ambiente para gerar desenvolvimento e uma grande quantidade de empregos. Todos sempre discutimos a importância, a necessidade de que realmente haja propostas, proposituras que encontrem a tão sonhada geração de emprego, de um modo geral, em nosso País.

Em razão desses objetivos que aqui já citamos – geração de empregos, distribuição de renda e outros –, tão nobres e tão significativos para o povo brasileiro, fico feliz, Sr. Presidente, ao poder dizer que os resultados desse Programa já se fazem visíveis, e não são poucos. Apenas a título de exemplo: nos dois primeiros anos do Governo Lula, foram gerados mais de 100 mil novos empregos relacionados ao turismo; em 2005, tivemos 250 mil novos postos de trabalho criados pela atividade turística – dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho –, sendo o turismo o setor que mais contratou naquele ano; para 2006, a previsão é que encerremos o ano com o total de 310 mil novos empregos oriundos da indústria do turismo. Além disso, a receita decorrente dos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil mais que duplicou, passando de um US\$1,8 bilhão em 2002 para US\$3,8 bilhões em 2005. Finalmente, para 2007, o turismo no Brasil deverá produzir uma receita cambial de US\$7 bilhões e atrair nove milhões de turistas estrangeiros.

É claro que esses indicadores resultam de todo o conjunto das políticas governamentais consistentes adotadas para o setor. Contudo, Sr. Presidente, é inegável que o Programa de Regionalização do Turismo deu uma contribuição fundamental ao identificar 219 regiões turísticas em todo o Brasil – entre elas certamente se encontra o tão falado Delta do Parnaíba –, que envolvem mais de três mil Municípios. Com base nesse mapeamento, o Programa realizou duas edições do Salão do Turismo, nas quais foram apresentados 451 roteiros turísticos, 87 deles com padrão internacional de qualidade. Sempre é bom frisar que este foi um projeto conjunto entre Governo e iniciativa privada, para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras das agências e das operadoras de turismo. O resultado de todo esse processo foi a mudança de patamar do mercado de turismo no Brasil, com a abertura de no-

vas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões do nosso País.

Além desse importantíssimo programa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério do Turismo também está executando uma outra iniciativa de igual pioneirismo e impacto para a indústria turística nacional. Refiro-me ao Programa Vai Brasil, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e com a Associação Brasileira dos Agentes de Viagem (Abav).

O Vai Brasil foi criado com o objetivo de incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação de hotéis, vôos e demais componentes da cadeia turística. Por intermédio de um *site* na Internet, o Programa disponibiliza uma bolsa de negócios permanente, em tempo real, entre todos os fornecedores do segmento, agilizando a formatação dos produtos turísticos. Além disso, são ofertadas promoções que atingem, em média, 30% de desconto nos pacotes de viagem, com inegável benefício para os consumidores brasileiros. É importante destacar, também, que já existe cerca 342 mil pacotes publicados no âmbito do Programa, originados em 52 Municípios de 26 Unidades da Federação. Para tanto, a capacidade dos servidores de Internet foi ampliada, a fim de permitir entre 200 e 300 mil acessos mensais ao *site* do Vai Brasil.

O fundamental é perceber que tanto o Programa de Regionalização do Turismo quanto o Vai Brasil constituem iniciativas pioneiras do Governo Federal para otimizar o uso do parque turístico brasileiro e promover o turismo como uma atividade inclusiva, capaz de desconcentrar a renda e gerar empregos de uma forma sustentável. Trata-se da primeira vez em que se consegue mobilizar toda a cadeia produtiva da indústria turística nacional para dinamizar a produção e a comercialização de produtos turísticos, levando-se em conta os interesses de todos os envolvidos no processo, sem alterar as relações de mercado.

Além desse pioneirismo, cumpre ressaltar a complementaridade entre ambos os Programas, que preenchem nichos de mercado até então inexplorados pelos governos passados. Afinal, enquanto o Programa de Regionalização do Turismo atua no sentido de desconcentrar as pressões sobre as grandes cidades e de interiorizar a oferta turística, o Vai Brasil focaliza os períodos em que o parque turístico nacional é subutilizado, para gerar novos produtos a preços competitivos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, houve uma época em que o turismo era considerado uma atividade supérflua e de pouca importância na vida das pessoas. A modernidade, os meios de comuni-

cação e de transporte transformaram o turismo numa das principais atividades econômicas dos nossos dias. Apenas no Brasil, esse segmento envolve diretamente 52 setores da economia, responde por cerca de 5,5% do PIB e movimenta, anualmente, por volta de US\$55 bilhões no mundo. Hoje, o turismo é visto como um direito básico do ser humano, agregando cultura, lazer e entretenimento às vidas de milhões de pessoas em todo o mundo e contribuindo para a preservação de monumentos históricos e de parques ambientais.

Contudo, o grande desafio do momento é transformar o turismo numa atividade inclusiva, capaz de auxiliar na superação das imensas desigualdades sociais existentes em nosso planeta. Por outro lado, há o desafio de explorar todo o potencial turístico regional, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em respeito ao meio ambiente e à diversidade dos povos.

Por isso, ao concluir meu pronunciamento, saúdo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela coragem e pela determinação de fazer do turismo no Brasil uma atividade inclusiva e promotora da redução das desigualdades regionais; saúdo efusivamente também o Ministro Walfrido dos Mares Guia pela competência, pelo dinamismo e pelo desprendimento com que conduz a Pasta do Turismo, que tantos e tão bons resultados tem trazido ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, com a determinação do Presidente Lula em criar o Ministério do Turismo, em enfatizar a competência, a determinação e o compromisso político, não político-partidário, com a inclusão dos mais desfavorecidos deste País, buscando a redução das desigualdades sociais, o que é, repito, uma determinação do nosso Presidente e, por conseguinte – e com muito acerto –, do nosso Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, temos a oportunidade de ver o quanto o setor de turismo no Brasil cresceu nesses últimos quatro anos e o gigantesco potencial que ainda existe para ser explorado.

Sabemos que o turismo está interligado a outros fatores. Já disse eu aqui que a inclusão social e a redução das desigualdades regionais estão diretamente ligadas ao turismo, bem como a promoção da indústria hoteleira. Temos consciência de que o turismo gera empregos diretos e indiretos das mais variadas formas. É uma das maneiras mais fáceis de se ampliar a geração de empregos. Essa interligação é decisiva, determinante, para que se possa realmente fazer aquilo que é necessário ao Brasil: aumentar o número de empregos. Esse é um veio importante, um dos mais relevantes e precisa ser considerado.

Precisamos de infra-estrutura para o turismo? Precisamos com certeza – e não de pouca. O turismo

já é significativamente organizado em centros maiores, em regiões com maior tradição turística. Mas existem regiões, existem Estados em que o turismo ainda deixa muito a desejar. É o caso do meu Estado, o Mato Grosso. O potencial turístico do Mato Grosso é gigantesco.

Eu conversava, dias atrás, por ocasião da sessão solene ocorrida no Senado, com representantes da indústria hoteleira e também do turismo, especialmente com o Sr. Luís Verdun, que representa a associação dos hoteleiros do meu Estado de Mato Grosso. Realmente, o potencial turístico do meu Estado é algo muito significativo. Aqueles que querem ver algo diferente – e existe para ser visto – têm de ir ao meu Estado. Com certeza, o mesmo ocorre em outros tantos Estados deste País, mas eu não os citaria, porque muitos já estão bem organizados.

Tanto brasileiros quanto estrangeiros têm conseguido encontrar em Mato Grosso não só belezas naturais como outras formas de turismo.

Eu dizia neste plenário que lá há muito do diferente, como, por exemplo, o Pantanal e a Chapada dos Guimarães. São regiões muito, muito, muito diferentes! Deve-se passar pela Transpantaneira, Senador Paulo Paim – e não sei se V. Ex^a já visitou nosso Pantanal –, e pedir licença ao número gigantesco de jacarés que se acomodam na estrada. É como se dissessem: “Aqui, vão devagar”! É algo em que não se acredita!

Nas madrugadas, vêem-se árvores de longe e se indaga: “É uma árvore cor-de-rosa? Não; é uma árvore branca!” Ela é branca, mas está cor-de-rosa porque coberta de garças cor-de-rosa, que fazem revoada altas horas da madrugada. E assim sucessivamente.

A história da Chapada dos Guimarães só quem a conhece, quem lá já foi e viu pode acreditar. É inacreditável o que lá existe em termos de cachoeiras, de pedras históricas, e é interessante saber o porquê de estarem lá, o que aconteceu através dos tempos para a Chapada estar a 70 km de Cuiabá. Ontem, em Cuiabá, fez mais de 40°C, ao passo que, na Chapada, geralmente a temperatura é 10°C inferior à de Cuiabá. Podemos ir lá e ver tudo isso de perto, conhecer, saber por que esses fenômenos acontecem.

Eu dizia ainda: Mato Grosso do Sul tem Bonito – é muito bonito! –, não sei se V. Ex^{as} conhecem. A cidade está organizada, está se mostrando ao Brasil, está se mostrando ao mundo. Porém, em Mato Grosso, da nossa Cuiabá, há muitos Bonitos, muitos! Só que ainda não estão organizados. Precisamos que se organizem para que, realmente, por meio desse potencial, haja possibilidade de melhorar a qualidade de vida do povo mato-grossense.

Dizia também dos acidentes naturais, os mais belos: as cachoeiras maiores, mais bonitas; há o Centro Geodésico da América Latina, localizado no centro da cidade da nossa histórica Cuiabá; os prédios centenários, alguns dos quais bem conservados, outros ainda precisando de proteção pelo Instituto do Patrimônio Histórico.

Eu dizia também que, em Mato Grosso, há potencial para se fazer um turismo totalmente diferenciado, Senador Paulo Paim. Eu perguntava aqui – não sei se V. Ex^a estava presente naquela sessão: quem conhece algodão **in natura** colorido? Senador Valdir Raupp, Senador Mão Santa, com certeza V. Ex^{as} conhecem lavouras de algodão branco, mas não conhecem lavouras de algodão colorido, a não ser que já tenham visitado o Mato Grosso, onde já há lavouras com cinco cores de algodão. V. Ex^{as} já imaginaram o que significa isso? Hoje ainda é muito difícil de produzir, porque, como sabemos, é caro. Há preço diferenciado para se produzir **in natura** o algodão colorido, mas, daqui a pouco, com certeza, haverá uma tecnologia avançada, e ele poderá ser produzido em grande quantidade. Imaginem o que significa para o turista visitar uma lavoura imensa de algodão colorido! É algo fantástico!

Imaginem o que significa isso para a saúde, por exemplo! Senador Mão Santa, médico, que preside esta sessão, V. Ex^a deve saber muito mais do que eu, com certeza, o que significa não precisar mais de tinta para tingir um produto hospitalar. O produto virá colorido **in natura**, porque o algodão já é colorido.

Temos de começar a perceber o potencial de desenvolvimento do País; para dentro e para fora dele.

Sei que o turismo e a indústria hoteleira, que estão extremamente interligados, precisam ser melhorados em uma série de fatores, até por meio de uma melhor legislação. No turismo, por exemplo, precisam ser equacionadas as questões concernentes à concessão de vistos, e estamos aqui para isso. Há outras questões de legislação que também temos de resolver.

Precisamos fazer essa ponte, ligar o nosso Congresso, o nosso Senado, em especial, àqueles que participam da feitura do jogo, ou seja, àqueles que fazem a coisa acontecer no dia-a-dia no Brasil. Ontem eu dizia aqui que precisamos ter uma relação direta com eles, com as suas representações, para discutir seus problemas. Eles têm de trazer seus problemas para cá, e aqui poderemos fazê-los avançar, para que, cada vez mais, o Brasil deslanche, a fim de que haja melhores condições de vida para o povo brasileiro.

O meu Mato Grosso é eminentemente produtor de matéria prima – eu sempre o digo aqui e vou dizer sempre –, mas tem dificuldades, porque, com a Lei Kandir, exporta-se o imposto juntamente com o produto.

Por conseguinte, fica pouco para aqueles que produziram, que trabalharam, que suaram, que calejaram a mão e que exportam. Sobra muito pouco para eles em virtude da Lei Kandir, que tem de ser subsidiada pelo Governo Federal. Aquele dinheiro que podia ser usado pelo Governo Federal em benefício de outras ações no próprio Estado tem de ser usado para cobrir o imposto dos produtos exportados **in natura**.

É importante exportar? É. É necessário que se continue exportando? Sim. Mas é necessário dizer mais uma vez – e vou dizê-lo desta tribuna todos os dias, se eu tiver possibilidade – que precisamos agregar valor à parte desses produtos **in natura**. Todos os Estados que produzem matéria-prima **in natura** praticamente só para a exportação têm realmente de mudar de mentalidade, isto é, têm de continuar produzindo para a exportação, sim, para trazer divisas, mas também têm de agregar valor a esses produtos, porque, só assim, tem-se, realmente, a possibilidades de gerar empregos e fazer com que os impostos fiquem no Estado de origem da produção de matéria-prima. As duas coisas são importantes: geração de emprego, com mais gente trabalhando para a conquista do pão nosso de cada dia com dignidade, como bem disse o Presidente desta sessão ontem, quando asseverou que mais e mais pessoas precisam ter condições para, com dignidade, ganhar o pão de cada dia. Repito: impostos devem ser arrecadados no Estado de origem da produção da matéria-prima para que, a partir daí, possam ser gerados novos empregos em outros setores.

Outra questão importante para a qual devemos atentar é fazer a previsão para os milhões de turistas que chegarão ao Brasil em 2007, que são aproximadamente 9 milhões – e que, em 2008, sejam mais! Todavia, para isso, temos de melhorar toda a nossa infraestrutura: estradas, hotéis, vôos. Aliás, no particular, a questão dos controladores de vôo, que, à primeira vista, parece-nos sem importância, pelo contrário, tem tudo a ver com o turismo, porque os atrasos dos vôos já têm reflexo no exterior. Portanto, trata-se de questão importantíssima, que deve ser resolvida com urgência. Precisamos retornar à normalidade.

Temos, pois, de antever todos esses problemas para evitarmos transtornos futuros. Vejam V. Ex^{as} a questão da greve dos médicos residentes – área de saúde. Temos de antever todas essas questões. Mas, caso não consigamos antevê-las, já que é difícil antever todas as dificuldades existentes neste País, devemos buscar, dentro das nossas possibilidades, com certa urgência, a solução de problemas emergenciais, tanto na área de saúde quanto na dos controladores de vôo, o que, no particular, está diretamente relacionado ao turismo, Senador Valdir Ralph.

O PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, constrange-me adverti-la, mas V. Ex^a já ocupa a tribuna há mais de trinta minutos. Contudo, prorrogo por mais cinco minutos o tempo destinado a V. Ex^a. Assim procedo em obediência ao Partido de V. Ex^a, de vez que a mudança ocorreu em função do Senador Tião Viana. No passado, antes do Senador Tião Viana, Paulo Brossard encantava o Brasil e lhe dava esperanças com pronunciamentos de mais de duas horas. Naquele tempo, Petrônio Portella reduziu o tempo para uma hora. Quando aqui chegamos, contávamos com quarenta minutos. Não obstante isso, o Senador Tião Viana o reduziu para trinta minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a age com correção. Tenho por princípio respeitar o tempo determinado pela Mesa e registrado no painel; portanto, não tenho o hábito de extrapolá-lo. Ocorre que V. Ex^a não o determinou. Creio que, por isso, excedi os trinta minutos a mim concedidos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concederei cinco minutos a mais para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

A SR^a. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, gostaria de registrar desta tribuna – e o faço com satisfação e orgulho – a vitória alcançada pela Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, que, a partir de outubro, passou a disponibilizar, via Internet, para a cidade de Cuiabá, para o Estado de Mato Grosso e por que não dizer para todo o mundo, a sua programação, emissora que é comunitária e independente e traduz um esforço de expressão social de todos os valorosos moradores e moradoras da região do CPA, lá na nossa Cuiabá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro – repito – com muita satisfação e orgulho, porque, ainda que modestamente, tive o prazer de, antes como Deputada estadual e agora como Senadora da República, haver contribuído para que essa importante conquista para o processo de democratização da informação em Mato Grosso se tornasse uma realidade.

Por diversas vezes, tanto nesta Casa como na Câmara dos Deputados, as rádios comunitárias têm dado motivo para muitos pronunciamentos, mobilizações e lutas. Todos nós sabemos o quanto já se reclamou, o quanto já se protestou contra a concentração de poder de alguns poucos grupos no setor da radiocomunicação no Brasil. Foi exatamente para lutar contra essa dura realidade que surgiram as rádios comunitárias. Paulatinamente, graças ao esforço hercúleo de valen-

tes como o nosso companheiro Geremias dos Santos, atual dirigente da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, já se pode dizer que alguma coisa está mudando em meio a essa realidade de tanta concentração de poder.

Nos primeiro mandato do Presidente Lula, as rádios comunitárias receberam grande apoio, por isso avançaram bastante em sua estruturação.

Parabéns a todos que, direta e indiretamente, participaram da construção dessa conquista!

Espero que a gente boa e trabalhadora do CPA de Cuiabá e deste imenso Brasil possa sempre contar com o som amigo e companheiro desta rádio comunitária CPA FM, constantemente a zelar pela boa informação, pelo lazer, pela divulgação cultural, pela integração de nossas comunidades e pelas liberdades democráticas.

Sr. Presidente, ontem, desta tribuna, disse que a democracia está assentada em um tripé, onde um dos pilares é o acesso irrestrito à informação. Não podemos obter informação parcial sobre determinado assunto; ela tem de ser total e absoluta. Portanto, quanto mais meios de comunicação houver, mais a democracia avançará. Quanto mais rádios, TVs, jornais e outros meios de comunicação existirem em ação neste País mais a democracia avançará. Assim sendo, com certeza, os meios de comunicação serão cada vez mais aperfeiçoados no seu mister.

Congratulo-me com aqueles que lutaram e lutam pelo avanço da comunicação, em todos os seus segmentos, inclusive os comerciais, mas principalmente com as rádios comunitárias, que têm maiores dificuldades.

Muito obrigada.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DA SRª SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas comemorou, no último dia 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo. Essa data foi instituída em reconhecimento ao fato de que essa atividade constitui, nos dias que correm, um dos principais meios de levar progresso, desenvolvimento e riqueza para as nações mais pobres do nosso planeta. Tanto isso é verdade que, ano após ano, aumenta o número de países que abandonam a lista das nações em desenvolvimento, graças aos benefícios proporcionados pelo turismo. Não por acaso, portanto, Sr. Presidente, o lema do Dia Mundial do Turismo deste ano foi “O Turismo enriquece”. Esse enriquecimento, contudo, não se dá apenas

no plano econômico. Ele acontece também sob o ponto de vista ambiental e cultural, na medida em que as receitas geradas pela atividade turística sejam utilizadas pelos governos para restaurar monumentos, abrir museus e instituir parques naturais para a preservação do meio ambiente.

Aqui no Brasil, como não poderia deixar de ser, o Governo do Presidente Lula encontra-se plenamente afinado com esse entendimento das Nações Unidas, que percebe o turismo como uma importante ferramenta de redução das desigualdades sociais e de construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais inclusiva.

Foi justamente o compromisso inarredável com a construção de um Brasil mais justo e mais inclusivo que conduziu à criação do Ministério do Turismo, ainda no início do Governo do Presidente Lula, a fim de priorizar a atividade turística como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico nacional. Sob a competente orientação do Ministro Walfrido dos Mares Guia, o Ministério do Turismo vem implementando, desde abril de 2003, o Plano Nacional de Turismo, cujas principais premissas são: desconcentrar a renda por meio da regionalização e da interiorização da atividade turística, diversificar mercados e promover o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social.

Para dar cumprimento a essas diretrizes, e após amplo debate com a sociedade, foi concebido o Programa de Regionalização do Turismo, cujo foco principal é incrementar o aproveitamento sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais dos municípios do interior do Brasil.

É importante destacar, nesta oportunidade, que o Programa de Regionalização do Turismo não é, única e exclusivamente, uma ação do Governo. Ele é, sobretudo, uma rede de parcerias com os segmentos envolvidos na atividade turística, buscando, em especial, dar qualidade ao produto turístico, ampliar e qualificar o mercado de trabalho e diversificar a oferta turística. Com isso, o que se espera é que o turismo possa contribuir de modo mais efetivo para a redução das desigualdades regionais e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para a geração de empregos e para a distribuição de renda.

Em razão desses objetivos tão nobres e tão significativos para o povo brasileiro, fico imensamente feliz, Sr. Presidente, ao poder dizer que os resultados desse Programa já se fazem visíveis, e não são poucos. Apenas a título de exemplo, nos dois primeiros anos do Governo Lula, foram gerados mais de 100 mil novos empregos relacionados ao turismo; em 2005, tivemos 250 mil novos postos de trabalho criados pela

atividade turística, sendo o turismo o setor que mais contratou naquele ano; para 2006, a previsão é que encerremos o ano com o total de 310 mil novos empregos oriundos da indústria do turismo. Além disso, a receita decorrente dos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil quase duplicou, passando de US\$1.800 bilhão de dólares, em 2002, para US\$3.800 bilhões, em 2005. Finalmente, para 2007, o turismo no Brasil deverá produzir uma receita cambial de US\$7 bilhões e atrair 9 milhões de turistas estrangeiros.

É claro que esses indicadores resultam de todo o conjunto das políticas governamentais consistentes adotadas para o Setor. Contudo, Sr. Presidente, é inegável que o Programa de Regionalização do Turismo deu uma contribuição fundamental, ao identificar 219 regiões turísticas em todo o Brasil, que envolvem mais de 3 mil municípios. Com base nesse mapeamento, o Programa realizou duas edições do Salão do Turismo, nas quais foram apresentados 451 roteiros turísticos, 87 deles com padrão internacional de qualidade. Sempre é bom frisar que esse foi um projeto conjunto entre Governo e iniciativa privada, para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras das agências e das operadoras de turismo. O resultado de todo esse processo foi a mudança de patamar do mercado de turismo no Brasil, com a abertura de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diferentes regiões do nosso País.

Além desse importantíssimo programa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério do Turismo também está executando uma outra iniciativa de igual pioneirismo e impacto para a indústria turística nacional. Refiro-me ao Programa Vai Brasil, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e com a Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (Abav).

O Vai Brasil foi criado com o objetivo de incentivar as viagens dos brasileiros dentro do País em períodos de baixa ocupação de hotéis, vôos e demais componentes da cadeia turística. Por intermédio de um *site* na Internet, o Programa disponibiliza uma bolsa de negócios permanente, em tempo real, entre todos os fornecedores do segmento, agilizando a formatação dos produtos turísticos. Além disso, são ofertadas promoções que atingem, em média, a 30% de desconto nos pacotes de viagem, com inegável benefício para os consumidores brasileiros. É importante destacar, também, que já existem cerca de 342 mil pacotes publicados no âmbito do programa, originados em 52 municípios, de 26 unidades da Federação. Para tanto, a capacidade dos servidores de Internet foi ampliada, a fim de permitir entre 200 e 300 mil acessos mensais ao *site* do Vai Brasil.

O fundamental é perceber que tanto o Programa de Regionalização do Turismo quanto o Vai Brasil constituem iniciativas pioneiras do Governo Federal para otimizar o uso do parque turístico brasileiro e promover o turismo como uma atividade inclusiva, capaz de desconcentrar a renda e gerar empregos de uma forma sustentável. Trata-se da primeira vez em que se consegue mobilizar toda a cadeia produtiva da indústria turística nacional para dinamizar a produção e a comercialização de produtos turísticos, levando-se em conta os interesses de todos os envolvidos no processo, sem alterar as relações de mercado.

Além desse pioneirismo, cumpre ressaltar a complementaridade entre ambos os programas, que preenchem nichos de mercado até então inexplorados pelos governos passados. Afinal, enquanto o Programa de Regionalização do Turismo atua no sentido de desconcentrar as pressões sobre as grandes cidades e de interiorizar a oferta turística, o Vai Brasil focaliza os períodos em que o parque turístico nacional é subutilizado, para gerar novos produtos a preços competitivos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, houve uma época em que o turismo era considerado uma atividade supérflua e de pouca importância na vida das pessoas. A modernidade, os meios de comunicação e de transporte transformaram o turismo numa das principais atividades econômicas dos nossos dias. Apenas no Brasil, esse segmento envolve diretamente 52 setores da economia, responde por cerca de 5,5% do PIB e movimenta, anualmente, por volta de US\$55 bilhões. Hoje, o turismo é visto como um direito básico do ser humano, agregando cultura, lazer e entretenimento às vidas de milhões de pessoas em todo o mundo, e contribuindo para a preservação de monumentos históricos e de parques ambientais.

Contudo, o grande desafio do momento é transformar o turismo numa atividade inclusiva, capaz de auxiliar na superação das imensas desigualdades sociais existentes em nosso planeta. Por outro lado, há o desafio de explorar todo o potencial turístico regional, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em respeito ao meio ambiente e à diversidade dos povos.

Por isso, ao concluir meu pronunciamento, saúdo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela coragem e pela determinação de fazer do turismo no Brasil uma atividade inclusiva e promotora da redução das desigualdades regionais; saúdo também o Ministro Walfrido dos Mares Guia pela competência, pelo dinamismo e pelo desprendimento com que conduz a Pasta do Turismo, que tantos e tão bons resultados tem trazido ao povo brasileiro.

Muito obrigada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, registro hoje, nesta tribuna do Senado, com muita satisfação e com muito orgulho, a grande vitória alcançada pela Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá – FM, entidade mantenedora da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, que, a partir de outubro, passou a disponibilizar, via Internet, para toda a cidade de Cuiabá, para todo o Estado de Mato Grosso, e por que não dizer, para todo o mundo, a programação desta emissora que é comunitária e independente e traduz um esforço de expressão social de todos os valorosos moradores e moradoras da região do CPA, lá em Cuiabá.

Faço este registro com muita satisfação e muito orgulho porque, ainda que modestamente, tive o prazer de, antes como deputada estadual e, agora, como Senadora da República, de ter contribuído para que esta importante conquista para o processo de democratização da informação em Mato Grosso se tornasse uma realidade.

Por diversas vezes, tanto aqui quanto na Câmara Federal, as rádios comunitárias tem dado motivo para muitos pronunciamentos, para muitas mobilizações, para muita luta.

Todos nós sabemos o quanto já se reclamou, o quanto já se protestou contra a concentração de poder, contra a hegemonia de algumas poucas famílias, e de alguns poucos grupos políticos no setor da radiocomunicação no Brasil.

Foi para lutar contra esta realidade que surgiram as rádios comunitárias – e, lentamente, paulatinamente, graças ao esforço hercúleo de valentes como o nosso companheiro Jeremias dos Santos, que é o atual dirigente da Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, já se pode dizer que alguma coisa está mudando em meio a esta realidade de tanta concentração de poder.

No primeiro Governo do Presidente Lula, as rádios comunitárias receberam muito apoio e avançaram muito em sua estruturação. Um dos melhores motivos para se lutar pela reeleição do companheiro Lula é para que esse processo não sofra solução de continuidade e para que as rádios comunitárias continuem avançando, ampliando suas áreas de abrangência, servindo a um contingente cada vez maior de brasileiros, nos diferentes rincões deste País.

A rádio comunitária surgiu para ser veículo da expressão social dos membros de uma comunidade. Uma comunidade é uma população local que partilha interesses comuns. A rádio comunitária é gerida por uma associação comunitária sem fins lucrativos, tem

baixa potência e é fiscalizada por um Conselho Comunitário. Os moradores na comunidade onde está instalada a rádio, se assim o desejarem, podem associar-se e contribuir para sua manutenção.

Hoje, graças ao progresso que se conseguiu nessa área, durante o primeiro Governo do Presidente Lula, já se pode dizer que, após séculos de censura, alternados com momentos de liberdade, o Brasil inteiro se prepara para a Terceira Onda da Comunicação, que virá certamente com a multiplicação das emissoras de Rádio e Tevês Comunitárias.

Já são cerca de 3 mil rádios comunitárias espalhadas por todo o Brasil e nós, de Cuiabá, nós de Mato Grosso, temos muito orgulho de poder contar com a Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9, 24 horas no ar, não só via ondas de rádio, mas agora também na internet, no endereço www.radiocomunitariacpafm.org.

Baseada em tecnologia fácil, barata e inovadora, a radiodifusão comunitária, disseminada inicialmente por pessoas da população pobre e desassistida, mostra imediatamente aspectos de um achado que hoje todos aplaudem. Onde se instala, a rádio comunitária mostra rapidamente sua força transformadora, na base das relações sociais. Ela não toma o lugar de ninguém, não fere os interesses econômicos das rádios comerciais, embora receba patrocínios culturais de caldo de cana, cachorro quente, farmácias, açougues, pequenos mercados etc.

Mas cabe à rádio comunitária cuidar de temas que não têm espaço em outros meios: a cultura, a educação, as festas, a saúde, a segurança da comunidade, que é o lugar onde as pessoas vivem, constroem relações de sangue e de espírito e fazem as opções definitivas. Logo a comunidade retribui. Muitos ajudam fazendo a programação. A comunidade tem seu veículo, faz sua própria comunicação; comunicação não formal, mas concreta e real. Todos podem falar, há diálogo no plano público, produção de consensos para a resolução das dificuldades individuais e coletivas. Diminui a criminalidade, aumenta a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania, a democracia. Concretiza-se a liberdade de expressão.

Criada em dia 31 de janeiro 1998, a Associação Movimento Rádio Comunitária Educativa Cuiabá FM é motivo de orgulho para todos nós que vivemos em Cuiabá, que sabemos das lutas que Jeremias dos Santos e seus companheiros e companheiras tiveram que travar até a concretização deste projeto. A Rádio Comunitária Educativa CPA FM – 105,9 está no ar desde o dia 8 de abril de 2000. São mais de 6 anos de atividades que só foram interrompidas quando a Polícia Federal por lá apareceu para agir ainda segundo os

ditames do período ditatorial e tirar a emissora do ar. Hoje, que vivemos tempos de democracia, a CPA FM é uma realidade concreta, uma conquista do povo trabalhador do CPA. A população que é alcançada pelas ondas amigas da CPA FM esta estimada, atualmente, em mais de 100 mil habitantes.

Decididamente, a CPA FM merece nossas homenagens e nossos aplausos.

E convém aqui destacar, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a rádio comunitária CPA FM foi fundada graças à participação e apoios importantes do SINDPD, o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de Mato Grosso, da CUT, do Sintep, do Sindicato dos Rodoviários, dos Bancários, do Sintrae e de militantes do movimento social. Depois de muitos anos de luta, a emissora teve o seu processo de legalização aprovado pelo Congresso Nacional e está definitivamente licenciada graças a uma portaria do Ministério das Comunicações por meio do Ministro Hélio Costa.

A partir desta mês de outubro a rádio CPA FM, acompanhando o avanço das novas tecnologias está também na rede mundial de computadores e assim todos aqueles que não moram na região de abrangência da emissora também podem acompanhar a sua programação.

Parabéns a todos que, direta e indiretamente, participaram da construção desta conquista. Que a gente boa e trabalhadora do CPA, de Cuiabá e deste imenso Brasil possa sempre contar com o som amigo e companheiro da Rádio Comunitária CPA FM, sempre a zelar pela boa informação, pelo lazer, pela divulgação cultural, pela integração de nossas comunidades e pelas liberdades democráticas.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, de acordo com a lista de inscrição, ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia. V. Ex^a, de acordo com o Regimento, terá 20 minutos para o seu pronunciamento. No entanto, prorrogarei o tempo destinado a V. Ex^a nos mesmos moldes em que o fiz para a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espero que 20 minutos sejam suficientes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os temas e as questões a serem discutidos pela Nação nos próximos anos um tema me inquieta. Vejo aqui e acolá manifestações que me atormentam, como algumas relativas à reforma tributária, que, com certeza será retomada na próxima Legislatura.

Enquanto a sociedade se mostra estivada, sacrificada de tanto pagar impostos, há quem defenda

a eternização da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a famosa CPMF, no patamar em que se encontra – o que é pior. Infelizmente, há algum tempo nós, brasileiros, temos de conviver com esse estorvo tributário. Mas não deveríamos, Sr. Presidente. Na colcha de retalhos que é nosso sistema de impostos, que já ultrapassa 38%, a CPMF é uma das piores emendas.

A história da CPMF nós conhecemos. No começo, o tributo deveria ter caráter provisório, mas, como sabemos, no Brasil o provisório tem o costume de se tornar permanente.

A primeira experiência se iniciou em 1993, ainda sob o Governo Itamar Franco, quando, chamado de Imposto sobre Movimentação Financeira, passou a abocanhar 0,25% dos débitos em nossas contas correntes. As autoridades prometeram que o imposto iria durar apenas um ano, o que hoje soa como escárnio, doze anos depois. Logo o dinheiro fácil despertou os interesses do Governo Federal, que descobriu na CPMF uma mina de ouro para arrecadar recursos.

Anos depois, o mestre Adib Jatene, na época Ministro da Saúde, defendeu que o dinheiro arrecadado financiasse despesas e gastos na área de saúde. Sob esse canto da sereia, já com o nome de CPMF, o imposto foi definitivamente instituído, mas as boas intenções do Ministro Jatene foram subvertidas. O apetite do Leão rugiu mais alto, muito pouco da CPMF acabou sendo destinado, Sr. Presidente, para a área de saúde. Em vez disso, o dinheiro passou a reforçar o caixa para o pagamento de juros da dívida pública.

De lá para cá, a CPMF foi prorrogada seguidas vezes. Sua alíquota foi crescendo, crescendo, até sufocar os brasileiros, e hoje se encontra no patamar de 0,38%, o que rende à União R\$32 bilhões por ano, nobre Senador Paulo Paim. Não por outra razão, o ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, do Governo anterior, era um apaixonado pela CPMF. O Dr. Everardo exaltava o custo de administração do tributo e o volume de recursos que ele proporcionava. “Imposto bom é imposto simples”, costumava dizer.

Se a CPMF representa dinheiro fácil para o Leão, para o bolso do contribuinte é um verdadeiro fardo. Poucos tributos são tão nocivos à atividade produtiva quanto a CPMF. É um imposto cumulativo: pune com rigor as cadeias que reúnem maior valor agregado e que desenvolvem produtos sofisticados com várias etapas de produção. Aqueles que exportam a matéria-prima bruta, sem qualquer melhoramento, pagam menos CPMF. Além disso, também não há progressividade no tributo: ricos e pobres recolhem a mesma alíquota. Até o assalariado, Sr. Presidente, quando vai descontar um cheque no banco paga CPMF.

Os prejuízos não se resumem à atividade produtiva, já que toda e qualquer movimentação financeira sofre com a mordida da CPMF. Isso dificulta a gestão dos recursos, o manuseio do patrimônio e inibe a cultura poupadora do nosso País.

Os paliativos criados para minorar o problema, como a conta movimento, criada pelo atual Governo, não são uma solução e não passam de remendos para contornar o problema. O correto seria, simplesmente, banir esse imposto tão prejudicial à economia nacional.

É fato, Sr. Presidente, que a CPMF carrega consigo virtudes, como a de facilitar a fiscalização e coibir a sonegação fiscal. Desde 2000, a Receita Federal pode cruzar as informações provenientes da CPMF com as declarações do Imposto de Renda. Isso realmente facilita o combate à sonegação. A medida permite identificar a movimentação financeira de dezenas e dezenas de sonegadores, que se declaram isentos do Imposto de Renda, mas movimentam milhões em suas contas bancárias. Isso facilita a separação do joio do trigo: os contribuintes honestos se diferenciam daqueles que não recolhem os impostos da maneira adequada.

Na reforma tributária que virá, evidentemente – já está sendo muito comentada –, essa vantagem fiscalizatória da CPMF pode ser preservada. Há também outras qualidades que devem ser consideradas, como a importante contribuição do imposto para a redução da dívida social. Portanto, seria salutar manter para a CPMF o piso de 0,08% – apenas 0,08% –, que hoje corresponde aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, instrumento essencial para a redução da desigualdade e da miséria de milhões de brasileiros.

O bom seria, Sr. Presidente, que não se precisasse de fundo de combate à pobreza, nem deixar o 0,08% dos 0,38%, vigentes hoje, e o nosso País pudesse gerar emprego e renda para os nossos cidadãos brasileiros. Mas, enquanto isso não acontece, penso que é salutar se deixar apenas 0,08% para esse Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Não há razão, entretanto, para manter indefinidamente a alíquota do imposto no elevadíssimo nível em que se encontra, prejudicando a saúde econômica do Brasil. Não podemos manter o hábito de elevar a alíquota do tributo como saída fácil para compensar as crescentes necessidades fiscais. No período de dificuldades, a CPMF contribuiu para o ajuste fiscal, mas, agora, é hora de pensar na eficiência e na saúde econômica do País. Não podemos nos curvar, mais uma vez, ao imediatismo fiscalista e aumentar impostos que prejudicam nossos negócios e empregos.

Para continuar com o próprio Dr. Everardo Maciel, Sr. Presidente: “Se só existe no Brasil e não é jaboti-

caba, boa coisa não deve ser”. Tal frase era proferida pelo ex-Secretário da Receita Federal toda vez que lhe apresentavam uma novidade ou idéia mirabolante para solucionar o sistema tributário nacional. Ironicamente, a CPMF não tem o sabor da nossa gostosa jabuticaba e, no contexto mundial, está banida – não existe outro país com CPMF: Afinal, competitividade é a palavra de ordem, e a CPMF não combina com ela.

Por isso, venho propor – e já estamos colhendo assinaturas, Sr. Presidente, uma PEC para a redução da CPMF de 0,38% para 0,08%, que é o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de 2008 a 2015, com redução gradativa – uma redução de 0,375%. Essa redução, em oito anos, chegará ao percentual de 0,08%, o que já ajudaria muito. O Governo tem falado em dez anos. Estou propondo oito. Seriam dois mandatos presidenciais. Creio que é justo e suficiente para reduzir esse imposto tão danoso à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que ainda me resta, quero abordar outro assunto que está causando muito polêmica. A proposta, inclusive, surgiu na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, da qual sou Relator, tem saído na mídia com uma certa frequência e gerado alguns desencontros, inclusive com a equipe econômica do Governo. Não quero polemizar, de forma alguma, com a equipe econômica do Governo. Pelo contrário, temos de afinar o discurso.

Devo conversar, no início da próxima semana, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo – com quem já falei há duas semanas –, para discutir alguns pontos desse pacote de redução de despesas, de redução de impostos, a fim de que o crescimento do País possa ser acelerado.

Estou lançando uma proposta – que considero possível, porque o impacto dela não é tão grande – de correção na tabela do Imposto de Renda. Por que estou fazendo isso? Porque penso que é necessário. A classe média tem pagado a conta pela distribuição de renda no País.

O Governo Fernando Henrique Cardoso já afirmava isso há mais de dez anos. Ouvi, pessoalmente, frente a frente, Fernando Henrique dizer que a classe média ia sofrer um pouco pela distribuição de renda no País, ou seja, que ela ia pagar a conta. E está pagando até hoje. A defasagem é de mais de 260%, nesses últimos doze anos. Também ouvi dos presidentiáveis, nesta campanha passada, a vontade de corrigir a tabela do Imposto de Renda. Muitos deles falaram, inclusive o Presidente Lula.

Então, estou propondo uma correção de 10%, em dois anos, em duas vezes. O impacto seria de R\$1,5

bilhão para a União e de R\$1,2 bilhão para os Estados e Municípios. Mas, dividido em duas vezes, não vejo em que esse impacto possa prejudicar tanto as contas da União, quanto dos Estados e Municípios, diante do benefício que vai trazer à sociedade brasileira.

Devo conversar, se possível, até com o Presidente da República, na próxima semana, mas, em primeira instância, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para afinarmos o discurso e discutirmos esse ponto, tendo em vista que qualquer decisão que S. Ex^{as} tomem lá traz impacto aqui, no Orçamento que estamos relatando, que a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, está discutindo. E qualquer medida que tomarmos aqui, sem conversarmos com o Governo, poderá também causar impacto nas contas públicas.

Portanto, essa discussão é salutar. Vamos continuar com estas propostas: redução da CPMF e correção da tabela do Imposto de Renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Economizamos sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Realmente, V. Ex^a pronunciou um discurso de alta valia e importância para a economia do nosso País e, com sua inteligência privilegiada, usou a capacidade de síntese.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Paulo Paim, como orador inscrito. Está premiado no art. 17. Isso é uma medalha e significa dizer que S. Ex^a usou a tribuna em defesa do Brasil e, principalmente, das classes menos favorecidas.

Quero prestar uma homenagem ao Senador Paulo Paim, de quem recebi ontem mais um livro: **O Rufar dos Tambores**. Eu já li outro livro de sua autoria, **Cumplicidade**, em que S. Ex^a, com sua inspiração poética, descreve sua luta. O Senador, que estudou na Escola Municipal Alberto Pasqualini, é, sem dúvida nenhuma, um dos mais bravos políticos da história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É sinal de que V. Ex^a leu o livro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Isso já o abençoa, para caminhar rumo à defesa do trabalho e do trabalhador. Isso nos tem aproximado e feito com que eu o reconheça como o nosso Líder nesta Casa.

Ontem, li parte do livro **O Rufar dos Tambores**. Realmente, sua vida política é extraordinária. Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a, que é do PT puro, não entendendo certas coisas, como o fato de o PT ter em seu quadro alguém como Paim e de S. Ex^a não ser lembrado

para estar ao lado do Presidente da República, S. Ex^a que representa a história de dignidade, de grandeza, de trabalho e de luta.

Agradeço a oportunidade de ganhar o livro ontem à noite. Aprendi muito. Com **O Rufar dos Tambores**, além de ser reconhecido no Brasil como um grande político, S. Ex^a iguala-se a grandes escritores do Rio Grande do Sul, como Erico Veríssimo – **Olhai os Lírios do Campo** ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço referência a ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...e o professor Mário Quintana. Eu é que tenho de agradecer o muito que aprendi. Estou exatamente na pagina 76 e vou entrar no capítulo “Sonho”.

Também agradeço, porque, nas primeiras páginas, fui um Senador citado como seu cireneu, na página mais bela das conquistas do trabalhador do Brasil.

Eu só queria isso, porque sou do PMDB de vergonha, de Ulysses...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Falo também de Ulysses...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... de Teotônio Vilela, de Tancredo, de Juscelino. Então, podemos e até devemos apoiar a governabilidade, a Pátria. Eu começaria apoiando e lembrando ao Presidente Lula que ele não precisa buscar companheiros em outros partidos: há V. Ex^a, que, aliás, vejo aqui, foi companheiro dele das primeiras horas.

Os nossos cumprimentos e o nosso respeito, já como homenagem à comemoração que V. Ex^a vai prestar à raça negra na próxima terça-feira. Eu até estranhava, quando V. Ex^a se exaltava, porque eu, particularmente, tenho uma admiração especial por V. Ex^a. Aliás, meu maior amigo, lá em Parnaíba, é assim, da sua cor; é Paulo também, Paulo Evangelista de Carvalho, que foi Presidente da Câmara, Presidente do meu Partido. Então, eu não via razão... Mas, quando peguei o jornal e vi que o Brasil é o terceiro país do mundo em violência, que se mata mais em nosso País do que naquelas guerrilhas do Iraque e de Israel e que 90% dos assassinatos são de negros, percebi que sua luta tem sentido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso está nos jornais de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não sei se está citado aí, acho que foi uma inspiração e um reconhecimento do Brasil, mas eu o comparei com Martin Luther King.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Mão Santa. Quero lembrar que quem ler o livro deve buscar a crônica de Décio de Freitas.

Décio de Freitas é um historiador, um escritor, é branco. Quando me elegi para o Senado, ele fez uma bela crônica com o título: “Teremos Zumbi no Senado da República”. Eu o menciono, não porque ele fala de mim, mas porque faz uma reflexão da chegada dos negros ao Brasil até o momento em que, em sua avaliação, Zumbi chegava ao Senado, referindo-se à minha chegada a esta Casa após a disputa eleitoral.

Faço essa reflexão como homenagem a Décio de Freitas, que já faleceu, mas que foi um lutador, um homem que tem uma história de vida belíssima. Décio de Freitas mereceria um livro somente para contar sua vida.

Senador Mão Santa, faço um pronunciamento hoje, da tribuna, que muitos vão achar um pouco diferente e que, na verdade, vai refletir o processo eleitoral por que passamos e a jornada, a verdadeira cruzada que fiz pelo Rio Grande. Senador Mão Santa, eu o faço – grande parte do Brasil, que está assistindo à TV Senado, talvez entenda –, porque recebi alguns *e-mails* em que me perguntam como foi minha participação nas eleições, já que não apareci tanto quanto entendiam necessário, na televisão.

Eu explico: não mando nos programas de televisão. Quem articula, quem discute, quem encaminha isso é a equipe da coordenação. Então, faço um relato aqui, para que não fique nenhuma dúvida sobre essa caminhada em relação ao processo eleitoral.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o período eleitoral é sempre o momento de confrontar as idéias, de fazer afirmações de projetos ou de mudanças de rumos. O povo é soberano e, com a mesma convicção que nos elege, Sr^{as} e Srs. Senadores, também nos afasta. Isso é a democracia, pela qual sou um apaixonado.

Tive a grande oportunidade de viajar pelo meu Estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular em nível nacional e estadual.

Senador Mão Santa, foi muito bom andar pelo meu querido Rio Grande, como V. Ex^a andou pelo seu querido Piauí, poder conversar com os meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores como diz a canção, também ouvir suas queixas e as suas frustrações. Fiz isso e foi muito bom.

Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer por nossa gente. Eles diziam: “Paim, nós queremos muito mais”. E eles estão certos.

Participei, Sr. Presidente Mão Santa, do Congresso Nacional da Cobap, que convidou todos os candidatos à Presidência da República para que falassem de seus projetos em relação aos aposentados, aos trabalhadores, ao nosso povo. Apresentei lá o relatório

da Comissão Mista do Salário Mínimo como reivindicação dos trabalhadores e aposentados: principalmente o fim do Fator do Previdenciário, que o salário mínimo seja reajustado no ano que vem e alcance R\$ 400,00 e, daí para frente, seja reajustado uma vez por ano, no mínimo conforme a inflação e o dobro do PIB e que se estenda o mesmo índice de reajuste do salário mínimo a todos os aposentados e pensionistas.

Srs. Senadores e Senadoras, tal qual as águas dos rios que terminam no oceano, as límpidas fontes dos anseios populares vêm desaguar em nós. Temos de regar nossas idéias todos os dias com as águas das fontes da decência do bem comum.

A nossa gente não quer mais ouvir a velha e surrada frase de que seremos um grande país no futuro. Os brasileiros querem viver no grande e fraterno país do presente. Este gigante chamado Brasil precisa oferecer melhores dias para o nosso querido povo.

Senhoras e senhores, viajei, como já disse anteriormente, por oitenta cidades de todas as regiões do Rio Grande. Nesse andar, eu vi toda a essência da decência, civilidade e gestos de fraternidade do povo do meu Estado.

Foi lá no planalto médio, Senador Mão Santa, na cidade de Passo Fundo, que me falou um aposentado: “Senador Paim, continue assim, lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto do Idoso, eu já não sofro mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade ou o meu neto, em Monlevade”.

Soledade, meus caros, é uma cidade que fica na divisa da Serra com o Planalto. Há uma música que diz assim: “Soledade, terra de gaúcho forte, se precisar enfrenta a morte. Não liga pra tempo feio...”

Monlevade fica em Minas Gerais, terra do nosso Vice-Presidente José Alencar.

A visita a Cruz Alta, Senador Mão Santa, para mim foi muito importante. Lá estava o Prefeito Vilson Roberto, que disse que jamais esqueceria um pronunciamento que fiz no comício de sua vitória.

Na ocasião, eu falava dirigindo-me ao povo, e ele repetiu: “A noite é de chuva, e não há nenhuma estrela no céu, porque as estrelas que brilham com a chama da justiça e da liberdade estão aqui na Terra: são vocês”.

Foi lá em Cruz Alta também, terra de Erico Veríssimo, que um gaúcho, trajado a rigor, me falou com muito ardor: “Senador, continue rebelde e não abra mão de seus projetos, porque eles são justos, e o povo, a qualquer custo, vai cavalgar a seu lado até que eles sejam aprovados”. É bom ouvir isso. A equipe que me acompanhava gravou, e eu faço aqui essa citação.

Outro gaúcho, que disse conhecer muito a história, me falou o seguinte: “Senador Paim, a obra **O tempo e**

o vento, de Erico Verissimo, retrata com fidelidade por que o gaúcho não reeleger governador. No diálogo, o personagem Rodrigo Cambará diz que governo existe para ser derrubado. Outro personagem, Pedro Terra, rebate: “Mas se o governo estiver certo?” Rodrigo Cambará responde: “O governo nunca está certo!”.

Outro me falou o seguinte: “Os estudiosos dizem que não reeleger governador é coisa que os gaúchos aprenderam com nossos vizinhos uruguaios”.

Já outro gaudério, um desses gaúchos de quatro costados, gritou lá do canto: “Só sei dizer que hoje a história se repetiu, e o atual Governador já está derrotado”.

O Rio Grande tem uma história de tradição, que aqui reproduzi, de não reeleger governador.

Nos campos de cima da Serra, onde prevalecem a pecuária e a agricultura, visitei Lagoa Vermelha, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito em exercício, Getúlio Cerioli. Cheguei lá em meio à cerimônia em que ele estava sendo empossado. Foram fotos e entrevistas para todos os lados. Foi uma festa, Senador Mão Santa.

Andei na serra gaúcha, nas cidades de Farroupilha, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, minha terra natal. Nos campos de cima da serra, fui também a Vacaria. Mas o que ouvi todos os dias, em todos os lugares, foi: “Continue assim, Senador, trabalhando com humanidade, pois todos os estatutos de sua autoria são obras de fraternidade e só querem o bem comum, paz, amor e felicidade”.

Fui a São Lourenço do Sul, caminhei com o Prefeito Zé da Gaita, o grande Zé da Gaita! Depois fui a Pelotas e Rio Grande. Passei pela linda reserva ecológica do Taim, local onde a natureza resiste e preserva os animais que vivem em seu território natal.

Em Santa Vitória do Palmar, no extremo sul, no Chuí, onde o Brasil Florão da América termina e começa o Uruguai, vieram gaúchos a cavalo para assistir ao nosso palavreado. Santa Vitória nos recebeu com fogos de artifício e com churrasco assado na lenha: ovelha assada inteira, feijão e arroz de carreteiro, cardápio típico da nossa gente querida lá da fronteira.

Foi ali, num grande comício, que falei ao lado do Prefeito Batata, que me recebeu com grande carinho: “Na mesma praça, no mesmo banco, as mesmas flores, os mesmos jardins, estou feliz porque hoje vejo a cidade sorrir para eleger Olívio Governador e Lula Presidente do Brasil”. Foi o momento em que fui mais aplaudido – claro que fui buscar inspiração na canção muito bonita “Na mesma praça”.

Lá também, Senador Mão Santa, que é cidade de fronteira, um doble chapa me falou em seu portunhol: “Contiue assim, Senador, fiel ao seu povo e ao seu

trabalho. O senhor é um dos tribunos do Rio Grande, dos trabalhadores, dos aposentados, o Senador do salário mínimo! Senadores são quase cem e convencer homens de bem é uma tarefa fascinante. O senhor há de conduzir entre seus pares um novo tempo de progresso que vai alcançar todos os lares”.

Senhoras e Senhores, os “doble chapa” são cidadãos que têm dupla cidadania. São filhos de brasileiros e uruguaios. Eles exercem o seu direito de votar nos dois países. São ardorosos militantes nas campanhas políticas tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Também fui ao Litoral Norte para fazer campanha em Osório, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito Romildo, do PDT, que declarou apoio à Frente Popular. Mas, quando entrei na *Freeway*, lembrei-me de que, ainda Deputado, apresentei um projeto para que se chamasse Rodovia Luiz Carlos Prestes, mas os conservadores não deixaram e o projeto foi reprovado. Prestes foi o lutador das causas populares. Prestes foi um revolucionário. Prestes foi um homem do bem. Da rodovia, palco dessa discussão que enfrentei e não me arrependo, vi o parque eólico em pleno funcionamento. São muitos cata-ventos gerando eletricidade com as forças do vento. É uma obra de grande dimensão. Espero que muitos parques como esse se espalhem pela Nação, gerando energia limpa sem causar poluição.

Estive em Imbé, com o Prefeito Jadir que, com muito carinho, me recebeu e manifestou também o apoio à Frente Popular. Ele, do PMDB. Passei por Capão da Canoa, Tramandaí e Torres, onde visitei um CTG com os gaúchos de bombacha e as prendas de vestido longo. Lá tinha um chimarrão bem servido. É a nossa tradição! Lá, mais uma vez, ouvi: “*Continue assim, Senador, com as suas convicções, porque a gauchada que não se curva, lhe estende a mão! Viva Zumbi dos Palmares! Viva Sepé Tiarajú! Leve daqui um abraço do tamanho do Rio Grande, mas que eu sei – disse ele – que é do Brasil, do Oiapoque ao Chuí*”.

Estive em Maquiné com o Prefeito Pedro Nicolau, com quem tive um bom diálogo. Lá pude mais uma vez colocar meus olhos naquela linda região da Mata Atlântica. Não há quem não se encante frente a tamanha beleza! Mantê-la viva, Sr. Presidente, é a nossa maior façanha.

Mas foi em Santo Antonio da Patrulha, com o Prefeito José Francisco, que é da Oposição, em um encontro com homens e mulheres de cabelos brancos, que fiquei muito impressionado com as demonstrações de carinho dos idosos, aposentados ou não. Foram mais de 2.000 mil pessoas no salão! Os idosos não querem compaixão. Eles têm consciência que construíram esta Nação. Querem os seus direitos e com toda a razão. Querem ser tratados com respeito por

tudo que fizeram. Eles querem o fim do fator previdenciário e a manutenção, Senador Mão Santa, do valor de compra dos seus salários. É um direito da nossa gente. Eles também me disseram: *“Continue assim, Senador”*. Ali, Senador Mão Santa, fui abraçado por lutadores do Partido dos Trabalhadores, mas também pelos adversários.

Em Venâncio Aires, lá, Zezinho, eu falei com o Nestor, Sindicalista, Vereador, Líder do PDT, que declarou – e fez questão na minha presença: *“Senador Paulo Paim, eu apóio Lula Presidente e Olívio Governador”*.

Em Santa Cruz do Sul, fiz palestras para os vigilantes em congresso estadual, apoiando projeto original do Chico Vigilante, hoje Deputado Distrital; aqui no Senado, o Relator foi o Senador Romeu Tuma, e já está aprovado.

Também fui na região carbonífera, pois o Rio Grande tem a maior reserva de carvão do País. Estive em Arroio dos Ratos e nas Minas do Leão. A região quer melhores condições, pois sabe que seu carvão é uma grande solução para resolver os problemas de energia da Nação.

Também fui a Butiá, Charqueadas e São Jerônimo, onde o povo gritou com a maior tranquilidade: *“É isto aí, Senador Paim, continue assim!”*

Lembro-me do Jaime, Prefeito, agora independente, porque saiu do PT, dizendo: *“Senador e Valdeci – Valdeci foi o coordenador da campanha do Lula no nosso Estado – vou com a Frente Popular porque aqui é meu lugar”*.

Grande Jaime, Senador Mão Santa.

Na região metropolitana, tive atividades e em Porto Alegre participei do Encontro Estadual dos Profissionais em Segurança Pública, apoiando o seu direito a ter aposentadoria especial, já que estão sendo discriminados em relação aos outros Estados.

Fui no Parque da Harmonia, na Semana Farroupilha, de que V. Ex^a fala tanto aqui, encontrar-me com a minha gente nessa linda festa cívica que comemora a Revolução dos Farrapos: 10 anos de luta nas coxilhas, foram muitos os nossos heróis que tombaram na luta contra o poder imperial. Lembramos aqui muitas vezes dos lanceiros negros, morreram, mas não se entregaram. Mas lembremos também que muitos homens e mulheres, brancos e negros, tombaram, mas ficaram até o fim, lado a lado. Como diz o Hino do Rio Grande: *“Sirvam as nossas façanhas de modelo a toda a terra”*.

O fato mais triste dessa campanha foi – e já comentei aqui – andar à beira do querido rio dos Sinos. É um retrato dantesco ver o rio pedindo socorro e os pei-

xes agonizando por falta de oxigênio. É a mãe natureza chamando e dizendo: ajudem, eles estão morrendo.

Se nós, homens, temos a capacidade de assassinar um rio e toda vida que vive nele, tenho certeza de que podemos salvá-lo não somente com medidas punitivas, mas educativas.

Com o apoio desta Casa, tenho certeza, caminharemos juntos para salvar o rio dos Sinos, o rio da nossa mocidade. Há uma canção original gaúcha que diz assim, em defesa das águas: *“Não deixe morrer meu rio, me ajude, por favor... O Biguá que mergulhava já morreu, o Aguapé não dá mais flor (...)”*

Sr. Presidente, depois dessa passagem pelo rio, estive em Esteio, Sapucaia, Igrejinha, Estância Velha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Portão, São Sebastião do Caí.

Em São Leopoldo, estive inúmeras vezes. Fiz comícios e palestras para os trabalhadores empregados e desempregados, para os negros, brancos, deficientes, sindicalistas e aposentados.

Visitei também Alvorada. Estive com o ex-Prefeito Ridi e o atual Prefeito Alex. Em Cachoeirinha, estive com Stédile, do PSB; em Gravataí, com o ex-Prefeito Bordion e com o atual Prefeito Sérgio. Fui depois a Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba, terra do Marcão, que além de nosso assessor é nosso motorista. Que Deus o ajude muito pela importância do trabalho que exerce para todos nós.

Participei de muitas atividades com Olívio, Jusara, Bernadete, Rossetto e Lula. Foram comícios, palestras e caminhadas.

Cumpri a orientação partidária, Senador Mão Santa. No primeiro turno, fui dar todo o apoio a Rossetto. Fizemos, inclusive, uma carta pessoal de apoio ao nosso candidato a Senador. No segundo turno, dobramos os esforços para Lula Presidente e Olívio Governador.

No comício de Porto Alegre, o povo chorou quando Lula falou. No de Alvorada e Caxias a emoção tomou conta de todo o povo, com o refrão: *“Lula veio para ficar e o Olívio para o governo vai voltar”*.

O de Canoas superou a tudo, não tinha explicação. Eram cerca de quarenta mil pessoas gritando: *“É Lula lá, Olívio aqui”*. Era um mar de bandeiras vermelhas, azuis, amarelas, brancas, roxas, era pura paixão.

Estive também, Sr. Presidente, em Novo Hamburgo, onde recebi, na Escola Fundamental Sagrado Coração de Jesus, um poema declamado pelo aluno Jackson Nander de Almeida Zanuni, de autoria do mesmo, que é deficiente visual, e deixo-o aqui registrado.

Com o Deputado Tarciso...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha*). – Senador, o vosso tempo regimental acabou, mas prorrogo por mais cinco minutos. Mas depois, V. Ex^a desejando, terá mais tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero concluir, Sr. Presidente, para que não fique nenhuma dúvida da minha responsabilidade nessa caminhada.

Com o Deputado Tarcisio Zirmmermann e o Ronaldo Zulke, estive em Novo Hamburgo e fiz uma visita à Fazenda Renascer, que trabalha para curar as pessoas dependentes de bebidas e de drogas.

Foi um momento muito educativo, pois falamos do mal causado pelas bebidas e pelas drogas. Sempre achamos que isso não vai acontecer conosco, construímos um escudo protetor invisível para nossos familiares. É um grande engano, quando percebemos, já será tarde, eles já entraram em nossas casas e levaram nossos filhos.

Na Fazenda Renascer, as pessoas buscam a internação por vontade própria. A fazenda, Senador Mão Santa, só recebe pacientes que queiram efetivamente se internar por livre e espontânea vontade.

Esta Casa tem de trabalhar muito para que nossas fronteiras não sejam um paraíso onde o narcotráfico passe com sua mercadoria, que só traz morte e desgraça.

Fui a Santa Maria, Lajeado, Teutônia.

Na cidade de Montenegro, visitei a Escola Estadual de Ensino Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema lindo de sua autoria:

Para o amigo Paulo Renato Paim

Anjo amigo:
Estive sozinha
Perdida, sem ninguém
O mundo era sombrio e vazio
E muito triste também

Eu andava por caminhos
Era tudo escuridão
Silencioso só solidão
Mas vi que uma imagem
No ar refletia
Dando-me uma mensagem
De paz e harmonia.

Não tenha medo de mim
Vou te proteger
Seguir seus passos onde
Estiver
E estar contigo
Para o que der e vier

Não fuja de mim.
Não tem mais perigo
Porque eu sou e sempre serei
O seu anjo amigo.

Um abraço da amiga Janice.

Muito obrigado, Janice. É muito bom saber que uma criança, de doze ou treze anos, escreveu essa poesia e remeteu-a para mim.

Sr. Presidente, fui depois a Santiago do Boqueirão, onde uma senhora me disse: “Continue assim, Senador, trabalhando sempre com humildade, pois o Congresso Nacional vai aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e fazer justiça no combate a essa desigualdade”.

Também andei por Missões, Fronteira Oeste, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, terra de Mário Quintana, poeta e velho menino que queria ser “estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos”.

De São Gabriel, jamais vou esquecer o quadro que trouxe para o meu gabinete e que recebi de Paulo César Lederes, um grande produtor de arroz da região, que diz:

A Terra dos Marechais quero exaltar neste ato, chimangos e maragatos, farrapos e imperiais, aqui Sepé Tiaraju tombou sobre o nosso capim, São Gabriel é assim bem mais amor do que guerra, hoje os filhos dessa terra saúdam o Senador Paulo Paim.

Também fui a Dom Pedrito, Bagé, Candiota e Pinheiro Machado. Na estrada, olho para o lado e vejo a história do meu povo.

Senador Mão Santa, no Cerro dos Porongos, o 1º Regimento dos Lanceiros Negros, combatentes, guerreiros, foram atacados à traição, foram assassinados porque não abriram mão de termos um país sem escravidão.

Numa homenagem a essa região, declamei um poema, que não vou aqui declamar, chamado “Negros Lanceiros”.

Noite de Porongos
Noite da traição.
Lanceiros, sei a noite em que morreram
(...)
Não sei o dia em que nasceram.
(...)

Enfim, vocês tombaram pela liberdade, pela igualdade, pela justiça.

Foram mais de 80 cidades, mais de 10 mil quilômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios, jornais e televisão.

Em todos os debates, Senador Mão Santa, tive o cuidado de seguir o conselho de meu pai, Ignácio Alves Paim, já falecido, que sempre me dizia: “Respeite os adversários e nunca humilhe os inimigos”.

Tive certamente contato pessoal com mais de 200 mil gaúchos e gaúchas, e as palavras que mais ouvi foram: “Continue assim, Senador!”

Termino minha fala, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a tolerância e dizendo que também esteve conosco, em Porto Alegre...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, proroguei o seu tempo por mais cinco minutos, pois o que V. Ex^a está usando é pouco. Lembro-me do Senador Paulo Brossard, que fazia discursos cuidadosos, buscando as palavras de nossa língua que melhor se adaptassem. S. Ex^a demorava mais de duas horas, mas o Piauí e o Brasil o aplaudiam, como agora estamos aplaudindo o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Mão Santa, agradeço a V. Ex^a.

Quero terminar fazendo uma homenagem ao José Alencar, Vice-Presidente da República, que conquistou o coração dos gaúchos e das gaúchas e que esteve comigo num grande comício em Porto Alegre.

Faço questão de ler um telegrama que encaminhei a S. Ex^a, porque vou transformar esse pequeno pronunciamento em uma separata.

Caro amigo José Alencar,

Mesmo à distância, estou acompanhando este momento difícil de sua vida. Desejo, mais uma vez, expressar minha enorme admiração e apreço por Vossa Excelência. Sem abrir mão de suas convicções, o amigo foi fundamental para que um operário chegasse à Presidência da República e se reelegesse. Sua história de vida é um exemplo para todos nós. Tenho absoluta certeza de que sua operação nos Estados Unidos será – como é – vitoriosa. Aguardamos ansiosamente a sua volta para casa e que assim possamos vê-lo reassumir a vice-presidência da República, para o bem do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu tinha de fazer esse balanço. Talvez muitos pensem: “Por que ele está fazendo esse balanço do Rio Grande do Sul para o Brasil?” Senador Mão Santa, serei muito sincero e concluirei.

Durante a época eleitoral, todos são amigos. Termina a época eleitoral, começam pequenas agulhadas desnecessárias. Esse balanço é um demonstrativo para aqueles que não entendem e desconhecem a nossa história, caminhada e coerência. Graças a Deus, V. Ex^a é um pouco testemunha disso tudo, pela minha forma de atuar aqui no Congresso.

Lançarei meu livro **O Rufar dos Tambores** em Brasília e no Rio de Janeiro. Quem sabe irei ao Piauí para lançá-lo, a convite de V. Ex^a. Os tambores continuam rufando.

Sempre digo que para mim é fundamental que os palácios de Brasília, inclusive o Congresso, ouçam a batida do tambor, do pandeiro, do tamborim e o barulho dos homens e mulheres nas ruas, que não ouçam somente o som do piano. Não é que eu não goste do piano ou do violino, mas quero também que o tambor seja ouvido em Brasília.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o período eleitoral é sempre o momento de confrontar as idéias, de afirmações de projetos ou de mudanças de rumos.

O povo é soberano e com a mesma convicção que nos elegem, Srs. Senadores, também nos afastam.

Eu tive a maravilhosa oportunidade de viajar pelo meu Estado, fazendo campanha para a chapa majoritária da Frente Popular, em nível nacional e estadual. Andar pelo meu querido Rio Grande do Sul, poder conversar com meus conterrâneos, ouvir seus anseios, seus desejos e, para não falar só de flores, também ouvir suas queixas e suas frustrações.

Vi nos olhos do nosso povo a esperança brilhando, enquanto abordávamos o que fizemos, mas também dizendo o muito que ainda há por fazer pela nossa gente que merece muito mais.

Participei do Congresso Nacional da Cobap, que convidou os candidatos à Presidência da República para falar dos seus projetos em relação aos aposentados. Apresentei o Relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo como reivindicação dos trabalhadores e aposentados. Principalmente o fim do Fator Previdenciário, e que o salário mínimo seja reajustado para R\$400,00 em 2007, daí para frente o reajuste seja no mínimo a inflação e o dobro do PIB. O mesmo índice de reajuste do SM será estendido para todos os aposentados.

Sras e Srs. Senadores, como diz a canção, as águas dos rios correm para os oceanos. Nós, Senadores, temos de ser como os oceanos, onde as límpidas fontes dos anseios populares vêm desaguar, e temos de regar nossas idéias todos os dias nas fontes da decência e do bem comum.

A nossa gente não quer mais ouvir a velha e surrada frase de que seremos um grande País no futuro. Os brasileiros querem viver no grande e fraterno País do presente. Este gigante chamado Brasil precisa oferecer melhores dias para o nosso povo querido.

Sras e Srs. Senadores, viajei por 80 cidades de todas as regiões do Rio Grande. Nesse andar eu vi toda a essência da decência, civilidade e gestos de fraternidade do povo do meu Estado...

Foi lá no planalto médio, na cidade de Passo Fundo, que me falou um aposentado: “Senador Paim, continue assim lutando por mim e pelo povo. Graças ao Estatuto do Idoso eu já não sou mais de saudades, pois posso visitar minha filha que mora em Soledade, ou o meu neto em Monlevade”.

Soledade, meus caros, é uma cidade que fica localizada na divisa da serra com o planalto. Tem até uma música que diz assim: “Soledade terra de gaúcho forte, se precisar enfrenta a morte. Não liga pra tempo feio ...”

Monlevade fica em Minas Gerais, terra do nosso Vice-Presidente José Alencar.

Em Cruz Alta fui muito bem lembrado pelo Prefeito Vilson Roberto, que disse que jamais esqueceria as palavras que eu havia dito no comício de sua vitória. Na ocasião eu falei: “A noite é de chuva e não há nenhuma estrela no céu, porque as estrelas que brilham com a chama da justiça e da liberdade estão aqui na Terra e são vocês”.

E foi lá, em Cruz Alta também, terra de Érico Veríssimo, que um gaúcho, trajado a rigor, me falou com ardor: “Senador, continue rebelde e não abra mão de seus projetos, pois eles são justos e o povo, a qualquer custo, vai cavalgar ao seu lado até que eles sejam aprovados”.

Outro gaúcho que disse conhecer a história me disse: “Senador Paim, a obra **O tempo e o Vento**, de Érico Veríssimo, retrata com fidelidade por que o gaúcho não reeleger governador. No diálogo, o personagem Rodrigo Cambará diz que governo existe para ser derubado! Outro personagem, Pedro Terra, rebate: Mas se o governo estiver certo? Rodrigo Cambará rebate: Governo nunca está certo!”

E um outro me falou o seguinte: “Os estudiosos dizem que não reeleger governador é uma coisa que os gaúchos aprenderam com nossos vizinhos uruguaios”.

Outro gaudério, um desses gaúchos de quatro cortados gritou meio extraviado: “Só sei dizer que hoje a história se repetiu e o atual Governador já está derrotado”.

Nos campos de cima da Serra, onde prevalece a pecuária e a agricultura, visitei Lagoa Vermelha, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito em exercício, Getúlio Cerioli. Cheguei lá em meio à cerimônia em que ele estava sendo empossado. Foram fotos e entrevistas para todos os lados.

Andei na serra gaúcha nas cidades de Farroupilha, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Nos campos de cima da serra também fui em Vacaria. Mas o que ouvi todos os dias, em todos os lugares, foi: “Continue assim Senador, trabalhando com humanidade, pois todos os estatutos de sua autoria são obras da fraternidade e só querem o bem comum, paz, amor e felicidade”.

Em São Lourenço do Sul, caminhei com o Prefeito Zé da Gaita. Depois fui a Pelotas e Rio Grande. Passei pela linda reserva ecológica do Taim, local onde a natureza resiste e preserva os animais que vivem em seu território natal.

Em Santa Vitória do Palmar, no extremo sul, no Chuí, onde o Brasil Florão da América termina e onde começa o Uruguai, vieram gaúchos a cavalo para assistir a nosso palavreado. Santa Vitória nos recebeu com muitos fogos de artifícios e com churrasco assado na lenha: ovelha assada inteira, feijão e arroz de carreteiro – cardápio típico da nossa gente da fronteira.

Foi ali, num grande comício, que falei, ao lado do Prefeito Batata, o qual me recebeu com grande carinho: “Na mesma praça, no mesmo banco, as mesmas flores, os mesmos jardins, estou feliz porque hoje vejo a cidade sorrir para eleger Olívio Governador e Lula Presidente do Brasil.

Lá também, um **doble** chapa me falou com seu “portunhol”: “Continue assim, Senador, fiel ao seu povo e ao seu trabalho. O senhor é o tribuno do Rio Grande, dos trabalhadores e aposentados, o Senador do salário mínimo! Senadores são quase cem e convencer homens de bem é uma tarefa fascinante. O senhor, homem brilhante, há de conduzir entre seus pares um novo tempo de progresso que alcance todos os lares.”

Sras. e Srs. Senadores, os “**doble** chapa” são cidadãos que têm a dupla cidadania. São filhos de brasileiros e uruguaios ou vice-versa. Eles exercem o seu direito de votar nos dois países. São ardorosos militantes nas campanhas políticas do Brasil e do Uruguai.

Também fui ao Litoral Norte para fazer campanha em Osório, onde fui muito bem recebido pelo Prefeito Romildo, que declarou apoio à Frente Popular. Quando entrei na Freeway me lembrei que apresentei um projeto para que ela se chamasse Rodovia Luiz Carlos Prestes, mas, os conservadores não deixaram e o projeto foi reprovado. Prestes foi um lutador das causas populares. Da rodovia, palco dessa discussão, vi o parque eólico em pleno funcionamento. São muitos cata-ventos gerando eletricidade com a força dos ventos. É uma obra de grande dimensão. Espero que muitos parques como esse se espalhem pela nação, gerando energia limpa, sem causar poluição.

Estive em Imbé, com o Prefeito Jadir, que calorosamente me recebeu e manifestou seu apoio à Frente Popular. Passei por Capão da Canoa, Tramandaí, e Torres, onde visitei um CTG com os gaúchos de bombachas e as prendas de vestidos longos e no qual havia um chimarrão bem servido. É a nossa tradição! Lá, mais uma vez, ouvi: "Continue assim, Senador, com as suas convicções, porque a gauchada que não se curva, mas lhe estende a mão! Viva Zumbi dos Palmares! Viva Sepé Tiarajú! Leve daqui um abraço do tamanho do Rio Grande, mas que eu sei que é do Brasil, do Oiapoque ao Chuí".

Estive em Maquiné, com o Prefeito Pedro Nicolau, com quem tive um bom diálogo. Lá pude mais uma vez colocar meus olhos naquela linda região da mata atlântica, não há quem não se encante, frente à tamanha beleza! Mantê-la viva é a nossa maior façanha!

Mas foi em Santo Antônio da Patrulha, com o Prefeito José Francisco, num encontro com homens e mulheres de cabelos brancos, que fiquei muito impressionado com as demonstrações de carinho dos aposentados. Foram mais de 2 mil pessoas no salão! Os idosos não querem compaixão. Eles têm consciência de que construíram a Nação, querem os seus direitos e com toda razão. Querem ser tratados com respeito por tudo o que fizeram. Eles querem o fim do fator previdenciário e a manutenção do valor de compra de seus salários!

É um direito da nossa gente! Eles também me disseram: "Continue assim, Senador!". Ali fui abraçado por lutadores do Partido dos Trabalhadores e até pelos adversários.

Em Venâncio Aires falei com o Nestor, Sindicalista, Vereador e Líder do PDT, que declarou apoio a Lula Presidente e Olívio Governador.

Em Santa Cruz do Sul fiz palestra para os vigilantes em Congresso Estadual apoiando projeto original do Chico Vigilante nº 3742/92, de que o Senador Romeu Tuma foi Relator.

Também fui na Região Carbonífera, pois Rio Grande tem a maior reserva de carvão do País. Estive em Arroio dos Ratos e nas Minas do Leão. A região quer melhores condições, pois sabe que seu carvão é uma grande solução para resolver os problemas de energia e da nação.

Também fui a Butiá, Charqueadas e São Jerônimo, onde o povo gritou para mim: "Senador Paim, continue assim!"

Lembro-me do Jaime Prefeito, agora independente dizendo: "Senador e Valdeci (Coordenador da campanha do Lula no nosso estado), vou com a Frente Popular porque aqui é meu lugar" Grande Jaime!

Na região metropolitana, tive muitas atividades e, em Porto Alegre, participei do Encontro Estadual dos profissionais em Segurança Pública apoiando o seu direito a ter aposentadoria especial, já que eles estão sendo discriminados em relação a outros Estados.

Fui ao Parque da Harmonia, na Semana Farroupilha, encontrar-me com a minha gente, nessa linda festa cívica que comemora a Revolução Farroupilha: 10 anos de lutas nas coxilhas, foram muitos os nossos heróis, que tombaram na luta contra o poder imperial, lembramos dos Lanceiros Negros, morreram mas não se entregaram.

Como diz o Hino do Rio Grande: Sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra!

O fato mais triste de toda a campanha foi a mortandade de toneladas de peixes no Rio dos Sinos, rio onde nadei e pesquei e passei momentos felizes quando acampava em suas margens junto com familiares e amigos para pescar e churrasquear. É um retrato dantesco ver o Rio pedindo socorro e os peixes agonizando por falta de oxigênio! É a mãe natureza chamando e dizendo: "Eles estão morrendo."

Se nós, homens, temos a capacidade de assassinar um rio e toda a vida que vive nele, tenho certeza que podemos salvá-lo não somente com medidas punitivas mas com medidas educativas.

Com o apoio desta Casa, tenho certeza de que caminharemos juntos para ajudar a salvar o Rio dos Sinos, o rio da nossa mocidade. Há uma canção regional gaúcha que diz assim: "Não deixe morrer meu rio, me ajude ,por favor... O Biguá que mergulhava já morreu, o Aguapé não dá mais flor..."

Estive também em Esteio, Sapucaia, Igrejinha, Estância Velha, Taquara, Parobé, Nova Hartz, Portão, São Sebastião do Caí.

Em São Leopoldo estive inúmeras vezes, fiz comícios e palestras para os trabalhadores empregados e desempregados, para os negros, brancos, deficientes, sindicalistas e aposentados.

Visitei também Alvorada, com o ex-prefeito Ridi e o atual Prefeito, Alex. Em Cachoeirinha com o Steidle do PSB, em Gravataí com o ex-prefeito Bordion e com o atual Prefeito Sérgio. Fui depois a Sapiranga, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Guaíba, terra do Marcão, nosso assessor e motorista.

Participei de muitas atividades com Lula, Olívio, Jussara, Bernadete e Rossetto. Foram comícios, palestras, caminhadas.

Cumpri a orientação partidária. No primeiro turno fui dar todo o apoio ao Rossetto, fizemos inclusive uma carta pessoal de apoio ao nosso candidato a Senador. No segundo turno dobramos os esforços para Lula Presidente e Olívio Governador.

No comício de Porto Alegre o povo chorou quando Lula falou. No de Alvorada e Caxias a emoção tomou conta do povão com o refrão: “Lula veio para ficar e o Olívio para o Governo vai voltar”.

O de Canoas superou a tudo, não tinha explicação. Eram cerca de 40 mil pessoas gritando “É Lula lá, Olívio aqui”. Era um mar de bandeiras vermelhas, azuis, amarelas, brancas, roxas, era pura paixão.

Estive também em Novo Hamburgo, onde recebi, na Escola Fundamental Sagrado Coração de Jesus, poema declamado pelo aluno Jackson Nander de Almeida Zanuni, de autoria do mesmo, que é deficiente visual e que faço questão de ler:

Hoje é o dia certo
Para você amar,
Sonhar, ousar, produzir,
Acreditar, ser feliz.....

Cada dia, um dia:

Cada sorriso, um sorriso
Cada pessoa, um mundo;
Cada sonho, um degrau:
Cada passo, um risco;
Cada erro, uma oportunidade de aprender...

Com o Deputado Tarcisio Zimmermann e o Ronaldo Zulke, estive em Novo Hamburgo e fiz uma visita à Fazenda Renascer, que trabalha para curar as pessoas dependentes de bebidas e drogas.

Foi um momento muito educativo para mim, pois falamos do mal causado pelas bebidas e pelas drogas. Mas no fundo sempre achamos que isso só acontece com os outros e construímos um escudo protetor invisível para nós e nossos familiares.

É um grande engano, quando percebemos já é tarde. Eles já entraram em nossas casas e levaram os nossos filhos.

Na Fazenda Renascer as pessoas, em sua maioria, buscam a internação por vontade própria. A fazenda só recebe pacientes que querem efetivamente se internar por livre e espontânea vontade. É um trabalho sério de combate às drogas, que destroem vidas e famílias.

Esta casa, meus caros, tem de trabalhar para que nossas fronteiras não sejam um paraíso onde o narcotráfico passe com a sua mercadoria, que só traz mortes e desgraça.

Fui para Santa Maria, Lajeado e Teutônia.

Na cidade de Montenegro visitei a Escola Ensino Especial Fundamental Delfina Dias Ferraz e recebi das mãos de Janice Pereira de Araújo, deficiente visual, um poema de sua autoria que diz assim:

Para o amigo Paulo Renato Paim

Anjo amigo:
Estive sozinha
Perdida sem ninguém
O mundo era sombrio e vazio
E muito triste também

Eu andava por caminhos
Era tudo escuridão
Silencioso só solidão
Mas vi que uma imagem
No ar refletia

Dando-me uma mensagem
De paz e harmonia

Não tenha medo de mim
Vou te proteger
Seguir seus passos onde
Estiver

E estar contigo
Para o que der e vier

Não fujas de mim
Não tem mais perigo
Porque eu sou e sempre serei
O seu anjo amigo

Um abraço da amiga Janice.

Em Santiago do Boqueirão uma moça me disse: “Continue assim, Senador, trabalhando sempre com humildade, pois o Congresso Nacional vai aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e fazer justiça no combate a essa desigualdade!”

Também andei nas Missões, Fronteira Oeste, Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, terra de Mário Quintana, poeta e velho menino que queria ser estrela para iluminar a lua e aquecer a alma tua, minha, de todos.

De São Gabriel, jamais vou me esquecer do quadro que recebi de Paulo César Lederes que diz: “A Terra dos Marechais quero exaltar neste ato, chimangos e maragatos, farrapos e imperiais, aqui Sepé Tiaraju tombou sobre o nosso capim, São Gabriel é assim bem mais amor do que guerra, hoje os filhos dessa terra saúdam o Senador Paulo Paim”.

Também fui a Dom Pedrito, Bagé, Candiota e Pinheiro Machado, na estrada, olho para o lado e vejo a história do meu povo.

Lá no Cerro dos Porongos, o 1º Regimento dos Lanceiros Negros, combatentes, guerreiros, foram atacados à traição, foram assassinados porque não abriam mão de termos um país sem escravidão.

Numa homenagem a eles fiz o poema:

Negros Lanceiros
 Noite de Porongos
 Noite da traição.
 Lanceiros, sei a noite em que morre-
 ram
 -14 de novembro de 1844
 Não sei o dia em que nasceram.
 Não sei os seus nomes.
 Só sei que em tempo de guerra
 Vocês foram assassinados em nome da
 paz.
 Somos todos lanceiros.
 Queremos justiça.
 Somos amantes da paz e da vida.
 Lanceiros, guerreiros,
 Baluartes da liberdade.
 Lutaram e morreram sonhando com
 ela.
 Negro Lanceiro,
 Mesmo quando tombou,
 Dizia
 Sou um lanceiro,
 Sou negro, sou
 Liberdade, liberdade, liberdade...

Foram mais de 80 cidades... Mais de 10 mil qui-
 lômetros rodados, mais de 150 entrevistas para rádios
 , jornais e televisão.

Em todos os debates tive o cuidado de seguir um
 conselho do meu pai Ignácio, já falecido: "Respeite os
 adversários e nunca humilhe os inimigos".

Tive, certamente, contato pessoal com mais de
 299 mil gaúchos e gaúchas e as palavras que mais
 ouvi, foram: "Continue assim, Senador!!!"

Terminei minha fala com o telegrama de solida-
 riedade que enviei ao nosso querido Vice Presidente,
 José Alencar, que esteve comigo no comício de Porto
 Alegre, capital do Rio Grande.

José Alencar conquistou o coração dos gaúchos
 e das gaúchas.

"Caro Amigo José Alencar.

Mesmo à distância estou acompanhando
 este momento difícil de sua vida. Desejo mais
 uma vez expressar minha enorme admiração
 e apreço por V. Ex^a. Sem abrir mão de suas
 convicções, o amigo foi fundamental para que
 um operário chegasse à Presidência da Re-
 pública e se reelegeresse. Sua história de vida
 é um exemplo para todos nós. Tenho absoluta
 certeza de que sua operação nos Estados Uni-
 dos será vitoriosa. Aguardamos ansiosamente
 a sua volta para casa e que assim possamos

vê-lo reassumir a Vice-Presidência da Repú-
 blica para o bem do povo brasileiro.
 Um forte abraço."

Era o que tinha a dizer.
 Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
 – Agradecemos a este extraordinário Líder do PT, Sena-
 dor Paulo Paim, por estarmos no seu livro, no capítulo
 em que mostra a sua convivência com Ulysses Gui-
 marães. E ele dizia a Lula e a Olívio Dutra, que dividia
 apartamento, que nada adianta nos debruçarmos na
 construção de uma Constituição se ela for desrespei-
 tada e não for obedecida.

Consultando a lista de oradores inscritos, cha-
 marei para usar da palavra o Senador Flexa Ribeiro,
 do PSDB do Pará.

Os outros oradores, como eu, encaixam-se no
 art. 17, pois já usaram a tribuna por mais de duas ve-
 zes nesta semana.

Senador Flexa Ribeiro, regimentalmente, V. Ex^a
 tem 20 minutos, mas jamais ousarei cortar o pronun-
 ciamento desse estadista do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o
 seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Se-
 nador Mão Santa, que preside esta sessão do Senado,
 Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que retorno à
 tribuna hoje para tratar de dois assuntos.

Primeiro, destaco os 60 anos de existência do
 jornal **O Liberal** do meu Estado, o Pará, um dos maio-
 res do Norte e do Nordeste do País, completados no
 último dia 15 de novembro.

Fundado para respaldar a política do General
 Magalhães Barata na década de 40, foi a partir de
 Romulo Maiorana, de saudosa memória, que o jornal
 firmou como um dos maiores do Brasil.

O Liberal, nesses 60 anos, participou ativamen-
 te da vida de todos os amazônidas, levando ao povo
 do Pará as informações de primeira mão, recebendo
 dezenas de prêmios por seus furos jornalísticos, pela
 reportagem investigativa e pela inteligência.

Ao completar 60 anos, **O Liberal** chega às mãos
 do leitor remoçado, com uma publicação mais moderna
 e um projeto gráfico dos mais modernos também.

Além disso, **O Liberal** é cada vez mais um jornal
 informativo e menos opinativo, antenado com as novas
 tendências do mercado.

O Liberal se destaca ainda, Sr. Presidente, Sena-
 dor Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela ousa-
 dia, não tem medo de abordar os temas polêmicos do
 nosso dia-a-dia.

Como bem ressaltou o articulista Domingos
 Emmi:

O Liberal consegue ser um jornal leve, gostoso de ler, pois respeita o jeito de escrever dos seus jornalistas e colaboradores, propiciando variedade de estilos e idéias. O seu jornalismo pode não ser perfeito, mas não o são a vida, os desejos, destinos e sonhos. Enfim, as pessoas. Mas o jornalismo crítico, íntegro, às vezes felino, mordaz, mas profundamente comprometido com o interesse público, capaz de alterar rumos, refazer a história, reescrever páginas que poderiam ser apenas viradas, sem serem lidas e perseguidas, esse, **O Liberal**, está sempre perseguindo. Fugindo ao lugar comum, um compromisso com a democracia e com a liberdade de expressão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria neste momento de parabenizar todos que fazem de **O Liberal** referência nacional da empresa brasileira na pessoa de D. Déa Maiorana – Presidente das Organizações Romulo Maiorana – e de seus filhos: Romulo Maiorana Júnior, Ronaldo Maiorana, Rosângela Maiorana, Rose Maiorana, Roberta Maiorana e Ângela Maiorana, que, ao longo dos anos, só têm consolidado o Jornal **O Liberal** como um dos baluartes da liberdade de imprensa no Brasil. Também parabeno todos os colaboradores de **O Liberal**, que fazem o dia-a-dia da imprensa escrita do meu querido Estado, o Pará.

Abordando outro assunto, Senador Paulo Paim, que assume a Presidência da sessão neste momento, farei alguns comentários e ponderações a respeito do pronunciamento aqui realizado pelo Senador Aloizio Mercadante, no início desta semana, no tocante à necessidade do desenvolvimento do nosso País. Em seu discurso, Senador Pedro Simon, o Senador Aloizio Mercadante fez alguns reparos à política econômica do Governo do Presidente Lula, mostrando que é preciso haver mudança de rumo nessa política de tal forma que o desenvolvimento do Brasil possa acontecer, com investimentos maciços nas áreas da maior importância, como educação, infra-estrutura e segurança – não somente visando o que é relevante, a questão do superávit primário.

O pronunciamento que farei, Presidente Paulo Paim, diz respeito a essa linha de raciocínio, à qual juntarei um assunto muito importante para a sociedade brasileira e para todos nós, que é a questão do controle do tráfego aéreo, que, veio à tona, lamentavelmente, há mais de um mês, quando aconteceu o trágico acidente com o avião da empresa aérea Gol.

O assunto não sai das páginas da mídia nacional e, lamentavelmente, até hoje – ontem vimos uma entrevista ao vivo na Globo News –, não se chega a nenhuma conclusão.

É evidente, Senador Paulo Paim, que é importante chegar a uma conclusão, mas mais importante do que isso é verificar que ações devem ser tomadas pelo Governo para que se evitem tragédias como essa. Parece morte anunciada, pelo que vou relatar no pronunciamento que farei.

Gostaria de me reportar, no pronunciamento de hoje, às idéias expostas recentemente nesta tribuna pelo nobre Senador Aloizio Mercadante. Sr. Presidente, creio que a proposta do Senador Mercadante por um novo Brasil, com a realização de amplo diálogo entre Governo e Oposição, é de um mérito inquestionável. Lamentamos apenas o fato de que a proposta só esteja sendo feita agora, e não há pouco menos de 4 anos, quando o PT assumiu o Governo Federal.

Em seu pronunciamento, o Senador Mercadante admitiu que as taxas de crescimento do Brasil nos últimos anos foram pífias e medíocres, e propôs a implantação do que S. Ex^a chamou “novo desenvolvimento”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que um “novo desenvolvimento” se faz urgentemente necessário no Brasil. Isto é tão mais verdadeiro quando analisamos a previsão de crescimento do País para os próximos anos. O mercado estima um crescimento de pouco mais de 3% para 2007.

Em relação ao atual problema aéreo, a verba orçamentária para o programa “Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo”, em 2007, será de R\$489 milhões, menor ainda que a verba de 2006, que foi de R\$531,7 milhões. Aliás, desses R\$531,7 milhões previstos para 2007, apenas R\$285 milhões, ou pouco mais da metade, foram efetivamente pagos até o momento.

O Senador Valdir Raupp, como Relator do Orçamento de 2007, deve e fará - tenho absoluta certeza – a correção necessária para incluir com o apoio dos Parlamentares da Comissão de Orçamento e dos Parlamentares do Congresso Nacional os recursos necessários, para que o programa Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo, tenha os recursos que são necessários para a sua efetiva eficácia.

Não bastasse a redução da previsão orçamentária, o Programa de Segurança do Tráfego Aéreo padece, ainda, do contingenciamento ferrenho que o PT vem praticando desde que assumiu a Presidência da República. As taxas de embarque que pagamos, Senador Mão Santa, sempre que compramos uma passagem aérea, por exemplo, vão ajudar a compor o Fundo Aeronáutico, do qual saem os recursos a serem investidos, entre outras coisas, na segurança de voo. O Fundo, porém, é outra vítima da política de contingen-

ciamento do Governo Federal que bloqueia a liberação dos recursos em prol do superávit primário.

Aqui, quero abrir um parêntese, no pronunciamento, para dizer, Senador Paulo Paim, da importância que o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de transformar o Orçamento da União em Orçamento impositivo e não autorizativo. S. Ex^a tem um projeto que aguarda votação no plenário do Senado que torna o orçamento da União impositivo em 80%. Eu mesmo fiz um projeto que tornaria impositivo os orçamentos que dissessem respeito às regiões menos desenvolvidas do nosso País: as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Aquelas rubricas orçadas seriam tornadas impositivas, e não *autorizativas* como são.

Concedo ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti o aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Flexa Ribeiro, há dois dias, fiz um pronunciamento exatamente sobre o Orçamento, inclusive eu disse o quanto estava atual um outro pronunciamento que eu havia feito em 2003 sobre esse tema. Muitos que votaram no Presidente Lula no primeiro mandato fizeram-no justamente esperando que ele mudasse essas práticas, que são focos de corrupção. São atitudes que fazem com que o dinheiro público do Orçamento seja usado sem imparcialidade, como exige a administração pública, e sem impessoalidade. A matéria do Correio Braziliense mostra que 84% das emendas liberadas foram destinadas a aliados do Governo. Poder-se-ia dizer: “Ah, tudo bem! Aliás, só deve receber emenda quem é aliado”! Não é verdade! V. Ex^a, por exemplo, que é da Oposição, não pode levar para o Município que conhece, no qual tem base eleitoral, ou para qualquer instituição do seu Estado um determinado valor, V. Ex^a que conhece o problema mais do que os técnicos de Brasília? Esses recursos não seriam liberados porque V. Ex^a faz oposição ao Governo? Então, realmente, a imposição da execução do Orçamento acabaria com essa barganha, com essa troca de favores. O Governo só libera – porque quem libera o dinheiro, na verdade, é o Presidente da República – de acordo com o comportamento do Parlamentar no Congresso. Isso é lamentável! Tem de acabar. Se o Presidente Lula realmente se preocupasse em implantar um modelo honesto, isento de corrupção, seria o maior interessado em que o Orçamento impositivo fosse implantado. Oitenta por cento é um limite razoável. Quer dizer, deixa 20% do Orçamento livre para o Presidente usar em caso de emergência ou nos casos em que julgar prioritários. Portanto, precisamos conseguir ao menos a parte que é emendada aqui. Se as emendas fossem impositivas, não haveria necessidade de nenhum Parlamentar ficar atrás de ministro “a”, “b” ou “c” para liberar emendas.

Haveria um tratamento igualitário. Aqui, o tratamento não é igualitário. Se um Parlamentar é bajulador e se dispõe a votar tudo o que o Presidente manda, ele recebe mais verbas. Isso só denigre a imagem desse Parlamentar e prejudica a imagem do Legislativo. E, no fim, o Governo Federal e o Presidente da República posam de bons moços, como se estivessem realmente fazendo um trabalho bom para o Brasil. V. Ex^a e eu somos da mesma região, mas o Estado de V. Ex^a é muito mais rico do que o meu. Por isso, V. Ex^a sabe o quanto sofremos. E, então, ficamos naquela: se não colocamos emendas, ou se não brigamos por elas, somos omissos; se brigamos e se tivermos de fazer isso ou aquilo para liberá-las, somos comprados pelo Governo. Portanto, é preciso que isso realmente acabe. Aqueles que querem fazer política com honestidade, como sei que V. Ex^a faz, têm de se unir e fazer, ou pela via legislativa ou pela via judicial. O Tribunal de Contas da União já está analisando esse caso, porque ele está ferindo a Lei Maior, ou seja, trata-se do uso do dinheiro público de maneira pessoal, de acordo com a cara de cada um. Repito: meu pronunciamento foi de 2003, e eu me sinto insatisfeito, porque não pauto meu mandato por negociatas ou por corrupção e, por isso mesmo, muitas vezes sou apenado, porque minhas emendas não são liberadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mozarildo, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, porque ele o enriquece.

Concordo com V. Ex^a. Há necessidade de que aproveemos o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães para que o Orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, deixe de ser uma peça de ficção, porque ele nunca é realizado pelo Governo Federal, a não ser, como V. Ex^a disse, dentro dos interesses políticos, lamentáveis, que ocorrem no âmbito das liberações.

Portanto, todos temos certeza absoluta e concordamos com a necessidade de que se faça, senão de uma única vez, mas pelo menos com prazos definidos, de início e fim, do Orçamento da União uma peça real, como sendo impositivo e não autorizativo.

V. Ex^a vai verificar, Senador Mozarildo, que, na sequência do pronunciamento a respeito do controle de tráfego aéreo, se o Orçamento fosse impositivo, o Governo teria liberado os recursos orçamentários, discutidos e encaminhados muitas vezes pelo próprio Executivo; discutidos e aprovados no Congresso. E, talvez, não houvesse ocorrido a tragédia lamentável com o avião da GOL. Por quê? Porque os recursos existem no Orçamento de 2006: mais de R\$500 milhões. Todavia, lamentavelmente, só foram liberados pouco mais de R\$200 milhões, metade dos recursos orçamentários.

Nesse particular, merecem citação integral as palavras do Sr. José Viegas Filho, então Ministro da Defesa, que assim se pronunciou no documento que estabeleceu, em 30 de outubro de 2003 – coincidentemente, no mesmo ano do pronunciamento de V. Ex^a sobre o Orçamento impositivo – sobre as diretrizes da política de aviação civil.

Palavras do Sr. José Viegas Filho, então Ministro da Defesa do Presidente Lula, Senador Paulo Paim, em 30 de outubro de 2003:

O contingenciamento sistemático desses recursos vem produzindo dificuldades ao Comando da Aeronáutica, pois são recursos tarifários, arrecadados e destinados por lei a um fim específico, comprometendo a execução orçamentária da Aeronáutica.

Por outro lado, a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos vãos, podendo acarretar a degradação do sistema, sendo que, além dos efeitos danosos sobre o custo do transporte aéreo, pode obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes do passado.

O texto é profético e incisivo e permanece, três anos depois, tristemente atual.

É disso que estamos falando, Sr. Presidente. O Governo Federal empunha a bandeira do corte de gastos, mas os gastos que estão sendo cortados são aqueles realizados em áreas estratégicas e vitais para a segurança das pessoas.

Em suma: a segurança e o bem-estar da população estão sendo colocados em risco a cada minuto para que se atinja essa figura abstrata chamada superávit primário, que, por mais importante que seja para a economia, não poderá, jamais, igualar-se ao bem sem preço que é a vida humana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, que, regimentalmente, usou o tempo destinado a V. Ex^a, inclusive, assim, premia-nos com quatro minutos para que possamos ouvir os sempre brilhantes Senadores Mão Santa e Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa; em seguida, a concederei aos Senadores Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que ora preside esta sessão de sexta-feira, 17 de novembro; Senadoras e Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e aqueles que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senador Pedro Simon, que deveria usar a palavra, está acompanhando, com muita emoção, a enfermidade do nosso querido Senador Ramez Tebet. Contudo, sem dúvida alguma, Deus saberá apoiá-lo neste momento difícil por que passa.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero, aqui, demonstrar nossas preocupações. Digo ao Brasil que o Presidente da República ganhou as eleições. No entanto, as eleições são uma pequena parte da democracia. A democracia é muito mais complexa do que as eleições. As eleições são uma partícula da democracia.

Entendo que a democracia, Senador Pedro Simon, foi a maior construção da humanidade. Pelas palavras de um pensador, Aristóteles, aprendemos que “o homem é um animal político”. Desde então, buscou-se a melhor forma de governar. De repente o povo, sábio, foi às ruas e protestou com o grito “Liberdade; igualdade; fraternidade”. Depois disso, caíram todos os reis. O governo era absolutista, uno; o rei seria deus na Terra. Disto era símbolo aquele que disse “*L'état c'est moi*” – o estado sou eu. Depois de 100 anos esse grito chegou ao Brasil. Cem anos! O povo, gritando, e o rei do Brasil, que veio de Portugal, disse: “Filho, bote logo essa coroa antes que um aventureiro o faça”. Esse aventureiro, Senador Pedro Simon, era Simon Bolívar, que saiu da Venezuela e andava por aí, libertando, derrubando todos os reis da América Latina. E assim ficamos: o rei passou para o filho; o filho para outro filho, depois para a filha, que escreveu a mais bela página da História.

Repito: a mais bela página da História foi escrita por uma mulher que governou este País por poucos instantes. Mas, a mulher, sempre mais sábia, mais correta, mais decente do que nós homens, em poucos instantes libertou os negros. É uma bela página! Tantos homens governaram, mas a mais bela página foi escrita por uma mulher!

De repente, chegamos à República, que é uma construção do povo. Passamos por momentos difíceis. Atentai bem: a ignorância é audaciosa! Quando vejo essa mocidade, lembro-me de Olavo Bilac, Senador Pedro Simon, que disse: “Criança, não verás país nenhum como este”. Olavo Bilac, hoje, não poderia dizer isso, porque nunca se viu tanta corrupção, tanta vergonha, tanto indignidade. E Ulysses, que foi citado no livro do Senador Paulo Paim, assim como eu, aliás, fiquei engrandecido por haver sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi também foram citados.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Pedro Simon vem desde Alberto Pasqualini, estudado por V. Ex^a, que foi, sem dúvida alguma, o ícone do trabalhismo e das virtudes do Senador Pedro Simon. S. Ex^a é o guru não só de V. Ex^a, que é do Rio Grande do Sul, mas de muitos.

No entanto, nem tudo está perdido meus jovens! Nem tudo! Lá mesmo, onde Aristóteles disse o que disse, outro filósofo, que andava pelas ruas escuras de Atenas, todos os dias acendia uma lamparina, Senador Mozarildo Cavalcanti, e o povo lhe perguntava: “Diógenes, o que procuras à noite?” Ele respondia: “Um homem de vergonha; um homem de vergonha”. Vejam: está ali o homem que ele procurava: Pedro Simon. Nem tudo está perdido, ainda que apenas 5% das brasileiras e dos brasileiros acreditem nos políticos! Mas está ali o Senador Pedro Simon, símbolo da virtude.

Presidente Paulo Paim, a verdade é que a mocidade é pura. Não se pode dizer que “não verás pais como este”, mas, que ela é pura, é pura. Quero passar ao País o que significa Pedro Simon para esta Pátria; esta Pátria do mensalão, dos corruptos, dos desavergonhados, onde se confunde tudo.

Sr. Presidente, palestrava eu em uma universidade de privada do Piauí, a Ceut, a Harvard do Piauí, exatamente naquele capítulo acontecido com o Severino. Senador Paulo Paim, V. Ex^a, que foi Deputado Federal, que tem uma vida parlamentar brilhante, sabe mais do que eu. Naquele momento, a mocidade indagou-me a respeito da hierarquia da sucessão. Lá estava o Lula. No PT começavam a aparecer aquelas nódoas, aquelas manchas vergonhosas, por isso, o povo pensava que Sua Excelência cairia por causa da podridão que rodeava o Alvorada. O seu Vice também, com todo o respeito, estava impossibilitado. Então, o Presidente da Câmara seria o seu sucessor. Indagado pelos estudantes, Pedro Simon, eu disse que não, que a Constituição, que o Paulo Paim defendeu dizendo que de nada adiantaria, Mozarildo, tanto trabalho, tantas lutas e tantas audiências, se ela não fosse obedecida, apresentava uma saída.

O Senador Renan Calheiros, no caso, assumiria a Presidência durante um mês e faria uma eleição indireta. No Congresso, qualquer um poderia ser votado. Então, sugeri os nomes, que não citarei, desses políticos tradicionais que poderiam ser presidente da República. Não vou citá-los, mas a mocidade permaneceu silenciosa e fria. No fim, eu disse que poderia ser qualquer um. Citei A, B e C. E a mocidade do Piauí

continuava fria. Então, quando eu falei “Pedro Simon”, Senador Paim, ela levantou-se. Está aí o homem.

Essa é a crença ainda. Ele está aqui. É interessante. É como Rui Barbosa ali, que nunca foi da Mesa Diretora. O Senador Paulo Paim já foi Vice-Presidente, embora mereça ser Presidente desta Casa, Governador do Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho, Presidente do Brasil. Rui Barbosa também não ocupou nenhum cargo da Mesa Diretora. Ele candidatou-se a Presidente da República num *foyer*, mas deu um ensinamento.

Por isso, este negócio tem 180 anos. Muitos Senadores passaram por aqui, mas só Rui está ali. São 180 anos. Por que não há outro? Quando nasceu esta República, ele, que tinha contrariado os impérios pela abolição, serviu ao primeiro Presidente, Deodoro, e ao segundo. Quando quiseram colocar um terceiro militar, ele disse: “Estou fora”. E foram buscá-lo.

Há um ensinamento, Senador Pedro Simon, que ele tem de passar para esses que querem liderar o PMDB. O meu líder é Pedro. Rui Barbosa e Pedro Simon. Eu tenho o direito de escolher. Que diabo é isso? Uns se alvoroçam e vão ao Presidente da República negociar? O PMDB, não. Eu falo em nome de Ulysses: “ouça a voz rouca das ruas”. De Teotônio. Falo em nome de Tancredo, de Juscelino, cassado, de Ramez Tebet e de Pedro Simon, se ele me permite. Mas Rui Barbosa disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. E saiu sozinho fazendo a campanha civilista. Por isso temos a República.

Eu sou orgulhoso, Senador Paulo Paim, de ser do Piauí. Ele ganhou no Piauí, em Teresina. Mas perdeu. A máquina ganhou. Ele não foi da Mesa, ele não foi Presidente. Mas eu pergunto à mocidade pura que está aí. Nós tivemos muitos presidentes. Ninguém sabe, nem eu sei o nome de dez.

Rui Barbosa disse que só há um caminho; a justiça e a lei são a salvação. A justiça e a lei não permitem a impunidade.

Senador Pedro Simon, com toda convicção – sei que V. Ex^a é de Cristo, é de São Francisco –, esses deputados, esses senadores que negociaram o mensalão, que negociam empregos, que negociam vantagens, Senador Paim, eu acho que eles não deviam ser cassados, não; eles deviam ser enforcados, Mozarildo. Eles deviam ser enforcados.

E eu digo isso, Senador Pedro Simon, assim como a crença que eu tenho em Deus, porque eu li lá na Bíblia que a quem muito é dado, muito será cobrado. Já nos deram muito. Temos um mandato para representar o povo, somos bem remunerados, pais da pátria, príncipes nesta sociedade. Então, não admito, não admito que um parlamentar não seja exemplo de

virtudes, não seja casado com a honestidade, com a ética e com a decência. Eu não admito.

O sábio homem dividiu o poder e criou aqui para leis boas e justas; o Poder Executivo, para realizar obras. Tiago disse que fé sem obras já nasce morta. Tem de haver democracia e justiça. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. A democracia é isso tudo, não é uma eleição. A eleição é uma partícula da democracia.

Senador Pedro Simon, entenda o meu raciocínio. Outro dia, nessa pátria vizinha, modelo democrático que são os Estados Unidos, vi um presidente ser reeleito. Richard Nixon foi reeleito retumbantemente, mas contrariou os princípios fundamentais da moral, da ética, da justiça. Atentai bem! Senador Paulo Paim, Richard Nixon não era um presidente comum. Ele tinha aprendido com o sofrimento. Tinha sido o vice-presidente de Eisenhower. Perderam para Kennedy e depois reconquistaram a liderança. Foi o melhor presidente dos Estados Unidos em relações internacionais. Foi ele que fez nascer Kissinger, que aproximou os Estados Unidos da Rússia, da China. Os Estados Unidos viviam uma paz e não como hoje. Mas ele faltou com os princípios da ética e foi uma falta muito menor do que a corrupção que existe no Brasil. Senador Paulo Paim! Eu pergunto, atentem bem e me digam o nome do vice-presidente de Nixon. Vejam por que a democracia lá persiste. Por que o vice-presidente não assumiu? Porque, antes dele, havia feito uma corrupção pequena em relação às que vemos aí, aquela quadrilha dos quarenta que rodearam Lula e foram indiciados e ainda não julgados. O vice-presidente dele havia sonegado, não havia declarado os impostos, o que tinha ganhado. O Senado determinou: “Nós o deixamos solto, mas não crie complicação. Vamos fazer o *impeachment* do presidente porque ele fez uma escuta ilegal”. Uma espécie aí desse dossiê. Isso tem um processo de demora. Senador Mozarildo, ele renunciou antes por causa de uma simples sonegação, e lá não tem a impunidade. Por isso há o respeito às leis e à justiça, que Rui Barbosa pregava.

Mas nós estamos, aqui, na democracia. Temos de estudar. Aí discordo do nosso Presidente, com todo respeito, porque, nas eleições anteriores, votei nele. Mas, Senador Paulo Paim, quando eu vejo V. Ex^a com entusiasmo – eu sou mais o Senador Paulo Paim do que o Presidente Lula. É um direito que me assiste. Mas, com todo o respeito ao Presidente da República, que recebeu a consagração e a legitimidade das urnas. Por quê? Porque eu acredito em Deus. Eu acredito no estudo, eu acredito no trabalho. São essas as minhas crenças. Quando ouvi o Presidente da República dizer

que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro, eu perdi a minha crença.

Por que admiro o Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon? E V. Ex^a estava lá. S. Ex^a se ufanava, ontem, do Rio Grande do Sul, na feira de livros, onde milhares, milhares de livros vendidos, milhares e milhares de gaúchos buscando o saber. O Senador Pedro Simon também lançou um livro lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E sou testemunha disso, Senador Mão Santa. Para conseguir o livro do Senador Pedro Simon, eu esperei na fila, porque havia muita gente para receber o livro de S. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim me deu o livro dele, e eu passei a noite lendo-o. Quero o de V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não conta que esteve na fila minha, porque era rápida. Agora, a dele levou cinco horas; foi madrugada adentro a fila para receber o livro do Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que ele é o Senador Pedro Simon. Digo que só os grandes homens têm a humildade que ele está tendo agora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, a respeito dos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, dos escritores Érico Veríssimo e Mário Quintana, esses homens das letras, eu queria dizer o seguinte. Atentai bem ao meu raciocínio. Olha, está ruim este País, mas está mesmo.

Sou pé no chão, pois sou cirurgião, que é muito realista. Mas certas vezes dá certo. Juscelino Kubitschek era médico-cirurgião como eu, de Santa Casa, Prefeitinho, e como deu certo.

Paim, fui, há poucos dias, à Argentina. Tenho ido desde 1970, quando ia comprar livros. Casei-me com a Adalgisa e passava um mês no Rio, fazendo estágio, todo ano, Mozarildo. Fiz residência, e meus maiores companheiros eram gaúchos. V. Ex^a falou em Dom Pedrito e fiquei arrupiado, pois Leo Gomes, cirurgião, era de lá; Jaime Pieta, de Porto Alegre. Então, todo ano eu vinha reciclar-me como cirurgião e tirava uma semana, para ir à Argentina comprar livros na livraria El Atheneu. Naquele tempo, poucos livros em português existiam. Então, por comodidade, comecei a ler em espanhol e a adquiri-los. Por isso, tenho essa convivência. Mas, Mozarildo, vá à livraria El Atheneu, é mais bonita do que este salão; o forro parece a matriz da Santa Sé. Há dezenas, mas a matriz; vá lá, é um motivo cultural.

Mas, Paim, estamos atrasados. E estou aqui para isso. Por que estamos aqui? Por que o Brossard ficou? O que era o Brossard? Naquele tempo, havia três mi-

lhões de habitantes. Ele disse: são três. Represento um milhão. O que posso fazer? Falar eles não podem. É o que podemos fazer e o que estamos fazendo. E falava! Ele falava duas horas e meia num discurso. E Petrólio, que deu um golpe, foi ver o Regimento, que estabelecia só uma hora, não havia jeito. Ele, então, dividiu o discurso em três. Fazia como nós: falava o que o povo não podia falar. Sem dúvida nenhuma, foi um dos artífices da redemocratização.

Paim, bem ali em Buenos Aires nos surpreendeu o lado cultural. Pode-se ir a um *show* artístico, a um restaurante. De madrugada andamos sozinhos pela rua, eu e Adalgisa. Fomos jantar. Havia centenas de livrarias abertas às 3 horas. É bem ali, em Buenos Aires. Vimos até crianças. A Argentina cresceu agora 10%. Senador Pedro Simon, leve a Ivete. Saia de mãos dadas às 3 horas. Estudei no Rio de Janeiro, sou um garoto da Praça Mauá, do Hospital dos Servidores do Estado, em Sacadura Cabral, mas não me imagino andando de mãos dadas com Adalgisa, às 3 horas, no Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, no Centro, na Cinelândia. Quem pensaria, quem ousaria? Bem ali em Buenos Aires se pode andar.

Paulo Paim, ouvi a Senadora Serys falando em turismo. Não vai haver turismo, se não há segurança. Todo mundo tem medo. Em Buenos Aires, pode-se andar em Puerto Madeira às 4 horas. Há muitos brasileiros lá.

E essa TV Senado é forte; sou reconhecido no meio da rua. É gaúcho, é catarinense, está tudo lá.

Pedro Simon, há um senhor tango de noite. Compra-se aquele pacote turístico. Paim, aí vai lá a van; eram cinco casais. O *show* é caro. Dos cinco, quatro eram brasileiros e um de Porto Rico. É muito brasileiro. Por quê? Porque se anda. É o direito de ir, de vir, de andar de mãos dadas com a mulher querida, com a família. Aqui não o temos.

Ô, Pedro Simon, não tenho coragem de sair no centro de Teresina, de mãos dadas com Adalgisa, de noite. Olha que sou tido até como homem de coragem, mas não tenho essa. E é no Brasil.

Atentai bem! Por isso que não adianta o Duda aplicar aqui o Göebbel. O Göebbel foi o comunicador de Hitler, que disse: “Uma mentira repetida se torna verdade”. Eu vim do Piauí, Pedro, e aprendi, lá, com o homem, com o caboclo verdadeiro: é mais fácil tapar o sol com a peneira, do que esconder a verdade. A verdade está aqui, na primeira página de **O Globo**: O Brasil é o terceiro país com mais morte de jovens, mais do que os países em guerra.

Vejam aquele negócio do Iraque, do Irã, de Israel, que besteira. É muito mais! Esse é o Brasil. Essa é a verdade. Essa é a mentira do PT. O País vai mal.

Como é forte a Globo. O filho do homem da Globo, Irineu Marinho, recebeu um prêmio na Justiça e disse: “Não existe justiça sem liberdade”, porque queriam cercear a liberdade até dos repórteres. E são eles que dizem a verdade.

Pedro Simon, aqui há mais morte do que em países que estão em guerra. O Brasil é o primeiro em homicídio de jovens por armas de fogo.

São destroçadores os números citados. Além disso, “mais de 20% dos jovens não estudam, não trabalham e não fazem nada”. Este é o Brasil. Mais de 20% dos jovens não estudam, não trabalham e não fazem nada, Pedro Simon.

Permita-me, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, dizer que é preciso estudar. Votei no Presidente uma vez e me arrependi. Ele ganhou mesmo e está aí. Mas entenda: eleição não é democracia. Democracia vem da divisão do poder do rei, que era absoluto. Isso não está moralizado.

Ô, Pedro e Mozarildo, por ocasião da campanha em que trabalhei para o Alckmin, fui ao comitê e fiquei estarelecido. Segundo uma pesquisa de opinião pública, apenas 5% dos brasileiros acreditam nos políticos. De 100, apenas 5%. Rui Barbosa não tem culpa disso. Pedro Simon não tem, nem Paulo Paim, nem Mozarildo Cavalcanti. Eu não tenho. De 100, apenas 5%! Está desmoralizado o poder político que representamos. E o Judiciário? A pesquisa mostrou 30%. Que País é este em que apenas 30% de 100% acreditam na Justiça? Justiça é uma inspiração de Deus, Paim. Foi Deus que disse: Toma, Moisés, as leis. Foi o filho de Deus, que não tinha um som, uma televisão, como esta pela qual estamos falando, um rádio, que subia às montanhas e dizia: bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. De 100 brasileiros, apenas 30 acreditam na Justiça.

Eu comentava outro dia: vai lá, faz outro, que está baixando. Então, a democracia é isso tudo. A democracia não é eleição. E a minha decepção é a seguinte: se até para jogar futebol se estuda, como não se vai estudar para ser governante? Como?

Aliás, a Itália do Renascimento; a Itália de Leonardo da Vinci, de Michelangelo, de Dante Alighieri, de Rafael. Pedro Simon, a Itália do Renascimento, da bússola, da imprensa, da pólvora; a Itália até de São Francisco de Assis, que inspira o Pedro Simon:

“(…)Onde houver discórdia, que eu leve a união; onde houver dúvida, que eu leve a fé; onde houver erro, que eu leve a verdade (...)”

A Itália nos deu Norberto Bobbio, que morreu há um ano. A Itália tem um Parlamento – e nós podíamos pensar nisso – que convida luminas a serem Senadores. Foi o caso de Norberto Bobbio, Mozarildo.

O que ele deixou escrito, algo que todo o mundo democrático estuda e eu li? Ele disse o seguinte, Senador Pedro Simon: o mínimo que se precisa exigir de um governo é segurança. É o mínimo! Este País tem segurança? Segurança para a vida. Quem está seguro? Os homens de bem estão se enjaulando, sendo presos. Na campanha política, quando eu andava por Teresina, um comerciante, querendo trabalhar, disse-me que havia sido assaltado onze vezes. É! Segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Esta aqui: “Mais mortos que em países em guerra”. Senador Paulo Paim, a taxa de homicídios de jovens negros é o dobro da de brancos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, concederei a V. Ex^a mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tenho admiração pela raça negra. Nunca tive esses tabus, o meu maior amigo é um moreno como V. Ex^a: Paulo Evangelista de Carvalho, que foi presidente da Câmara de minha cidade, ilustre Vereador, ferroviário. Um ensinamento muito bom que ele me deu – disse que o pai dele lhe ensinara – foi o seguinte: “Amigo não bota o outro em dificuldades”. Quer dizer, eu não tinha isso, mas reconheço o problema e, por isso, rendo homenagem a V. Ex^a.

“Taxa de homicídios de jovens negros é o dobro da de brancos, periferia tem maior...”. Aqui a psicóloga ou socióloga diz: “As causas dessa diferença são a desigualdade econômica e social”. Hoje eu entendo a ansiedade de Paulo Paim, a ansiedade do Rio Grande do Sul seguindo a do Nordeste, de Zumbi, dos Lanceiros Negros.

Senador Pedro Simon, esta é a verdade de nosso País: nós temos muito a melhorar, nós temos muito a comemorar também, nem tudo está perdido. Senador Pedro Simon, eu posso confessar minhas crenças: creio em Deus. Está escrito que Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Eu entendo que é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciar o trabalho. Trabalho! Rui Barbosa disse que trabalho é que tem de ter primazia, ele deve vir antes, tudo o que vem dele é bom, ele é que gera a riqueza, o capital, ele é que tem de ser respeitado. Daí eu estar com o Senador Paulo Paim em suas lutas pelo trabalhador, pelo salário mínimo, pela estabilidade, pela defesa dos aposentados, que trabalharam tanto e tanto se sacrificaram.

A música, Pedro Simon comunica mais do que os discursos. Nos Salmos se encontra: “Deus é o meu pastor e nada me faltará.” Luiz Gonzaga, Mozarildo Cavalcanti, disse em música: “Uma esmola que se dá há

um homem são mata de vergonha ou vicia o cidadão.” Nós acreditamos no trabalho e na educação.

Pedro Simon, como está dito aqui nas pesquisas, 38% dos jovens não têm o ensino fundamental. No Chile, Senador, eram oito anos obrigatórios de estudos – aqui 38% dos jovens não têm o ensino fundamental –, mas o governante anterior, antes de sair do governo, aumentou para doze anos a obrigatoriedade do saber. E mais, Pedro Simon: está nas leis que todos os chilenos têm a obrigação de saber dois idiomas, o espanhol deles e, normalmente, o inglês – a maior parte das pessoas escolhe o inglês, que é a língua mais forte e universal.

Acredito na educação, no trabalho e na ética. Não acredito em um país sem ética.

Sr. Presidente, permita a presença de Mozarildo em meu discurso, que tem dado grande contribuição ao País: foi o primeiro a ter coragem de denunciar as ONGs de falcatruas, que agem no Brasil para promover a corrupção.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a, até por ser médico, está enfocando algo que nos preocupa a todos. Vê-se que é grande o índice de mortalidade em decorrência de violência. E aí são duas vertentes: a violência que resulta em homicídio e a violência que resulta em morte no trânsito, elas atingem de maneira forte a população jovem do Brasil – colabora, inclusive, para que a nossa população fique mais velha, já que os mais jovens estão morrendo e os mais velhos, que escaparam dessa faixa, estão sobrevivendo mais tempo. Há também um ingrediente perverso a mais: é que a juventude hoje não tem interesse, por exemplo, em terminar o ensino fundamental. Por quê? Porque ela vê o seguinte: terminar o segundo grau por terminar o segundo grau não a coloca em situação de vantagem na disputa do mercado de trabalho. Como não há ensino profissionalizante adequado de nível médio para todos, ou pelo menos para aqueles que precisam entrar mais cedo no mercado de trabalho porque a família é pobre e eles precisam aumentar a renda familiar, nós temos aí três situações que são muito ruins para a nossa juventude. Primeiro, a violência no trânsito e o homicídio, principalmente nas cidades mais pobres. Detectou-se, inclusive, que os homicídios até caíram, na maioria dos casos nas cidades grandes, mas aumentou muito nas periferias e nas pequenas cidades e aumentou também nas regiões mais pobres. No trânsito o aumento da morte de jovens se deu de maneira quase generalizada. Então, observando essas três vertentes, vemos que a nossa juventude precisa ser mais bem assistida. O Governo precisa ter políticas que estimulem o jovem efetivamente a fazer um curso de nível médio profissionalizante.

Se ele posteriormente quiser cursar o ensino superior, não há problema. Em Roraima, por exemplo, temos a felicidade de ter hoje um Cefet, que, antes, era uma escola técnica. A maioria dos que são aprovados no vestibular da Universidade Federal de Roraima vêm da escola técnica. Aqueles que, por uma razão ou por outra, não quiserem dar prosseguimento a seus estudos e fazer um curso superior, têm uma profissão. Então, espero que a abordagem que V. Ex^a fez possa servir para que aprofundemos essa discussão, Senador Paulo Paim, não só na Comissão de Assuntos Sociais como na Comissão de Educação, a fim de que se mude essa tendência, verificada até bem pouco tempo, de proibição da abertura de escolas técnicas e agrotécnicas federais. Agora mesmo, em meu Estado, o Cefet está criando uma unidade descentralizada de ensino e tendo dificuldades para concluir a parte de alojamentos e de infra-estrutura, recebendo, inclusive, a colaboração do Governo do Estado. Devemos ficar mais atentos a essa questão. Se não investirmos na infância e na juventude, que país de futuro seremos nós?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Essa é a razão de eu ter elogiado **O Rufar dos Tambores**. O Senador Paulo Paim, que traz para cá sua vivência, é brilhante, encontrou forças no ensino profissionalizante. Ele é, como o Presidente da República, ex-aluno do Senai. No seu livro, ele conta a sua experiência, a sua experiência, a sua convivência. Há um filósofo que diz: “por maior que seja o saber encerrado no seu cérebro, ele será sempre ridículo se não for útil”. Essa é a filosofia, e o Paim defende essa tese.

Então, estamos aqui. Mas somos otimistas, como Juscelino Kubitschek, médico como eu, cirurgião como eu. Foi de santa casa, teve sua passagem nos organismos militares, foi prefeitinho e governador. Foi até cassado. E ele disse: é melhor ser otimista. O otimista pode errar, Pedro Simon, mas o pessimista já nasce errado e continua.

E eu queria, então, nesse otimismo ver o livro de Deus, que diz: Pedi e dar-se-vos-á. Ao Presidente da República: o meu Piauí vive muitas dificuldades. E o povo acreditou, elegeu o Presidente e o Governador. Mas consciente de que eles seriam a forma.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu queria lembrar que falta o Porto de Luís Corrêa, no Piauí, que ele prometeu. A estrada de ferro que ele conquistou, Alberto Silva, e prometeu. Disse que era em 60 dias. Já vai de rumo de quase um ano e nada sai. A Universidade do Delta, os tabuleiros, a refinaria da

Petrobrás em Paulistana, para integrar, porque ela se aproxima de todas as capitais. A Transcerrado, para a nossa produção de grãos. A ponte que foi prometida pelo Presidente da República para comemorar os 150 anos de Teresina – Teresina já fez 154 e ela não saiu. O hospital, o pronto socorro municipal que funciona ainda, e é o que construí como Governador, o hospital universitário. Temos muito a pedir e acreditar, sobretudo, no livro de Deus que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Esta é a voz rouca do Piauí em um crédito ainda ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, é com alegria que presido a sessão neste momento. V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Retratei isso no **Jornal do Comércio**, neste final de semana, e retratei ontem da tribuna desta Casa. Estivemos em campos opostos no Rio Grande, mas o respeito que lhe tenho é um respeito histórico. Isso é inabalável.

Por isso, é com alegria que passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muito carinho que agradeço a gentileza de V. Ex^a, que, mais que um colega, é um irmão. V. Ex^a, eu e o companheiro Zambiasi estamos, de certa forma, fazendo algo que as pessoas até têm dificuldade de entender: como pessoas podem deixar de lado as suas peculiaridades para praticamente serem um Senador em três?

Venho a esta tribuna... Nem sei se deveria vir, mas estou vivendo uns dias muito difíceis na minha vida. Considero o Senador Ramez Tebet uma das pessoas mais corretas, mais puras, mais dignas que conheci na vida pública. Nós somos nós. Nós, políticos, somos... Cada um tem as suas qualidades, e boas qualidades, alguns de nós têm as suas deficiências, mas há alguns que, eu diria, se sobrepõem, estão acima, são como faróis ambulantes que, estejam onde estiverem, de noite ou de dia, na sua terra ou no outro extremo, são baliza, são orientação, são estímulo. O Tebet é um desses homens.

Nesta Casa, é impressionante como o Tebet esteve presente, e está presente, em todos os momentos difíceis, em todos os momentos complicados. É impressionante! Pela amizade e pela intimidade que tenho com ele, eu não me lembro de nenhum problema que tenha acontecido neste plenário em que o Tebet, independente de dar um aparte, independente de qualquer outra coisa, não tenha ido ao gabinete do Senador e conversado com ele, estimulando o colega, confraternizando-se, procurando ver quem ele é,

quais são os problemas e como ele poderia ajudar. Eu vi isso muitas vezes.

Eu ouvi muitos apartes do Tebet na hora em que os companheiros estão na tribuna, vivendo momentos duros, principalmente nessa época em que a imprensa judiou muito de nós, algumas vezes merecidamente, mas muitas vezes injustamente. O Tebet, com sua palavra de equilíbrio e de bom senso, confortava. Quantas vezes eu vi a pessoa que falou, que recebeu trinta apartes de solidariedade, descer da tribuna e ir abraçar o Tebet, porque o Tebet é que tinha dado o aparte de conforto que tinha chegado ao fundo do seu coração.

O Tebet está doente, uma doença que o persegue há muito tempo, mas ele está dando lições fantásticas de coragem. O Tebet, desconsiderando os médicos, saiu do Instituto, botou sua roupa e veio para Brasília, porque aqui tinha uma crise. E ocupou a tribuna – todos nós, angustiados, porque ele praticamente se arrastou para chegar à tribuna – para falar, para dizer aquilo que a sua sensibilidade dizia que ele deveria falar.

Mais de uma vez, lembro-me bem, foi a palavra do Tebet que trouxe o bom senso e o equilíbrio a esta Casa. Em meio a uma das várias, quase permanentes, eu diria, crises em que vive o meu Partido, foi a ida do Tebet para o Ministério, que ele nunca pensou, nunca sonhou, para a qual nunca movimentou uma palha, que unificou a Bancada e o Senado. Ele gabaritou o Ministério. Ele foi por isso. Não conheço outra pessoa que tenha ido para um Ministério não só sem querer, mas sem se preocupar, sem saber.

Estava ele no Ministério quando a Bancada passou por outra crise: a renúncia do Presidente do Senado. A solução foi trazer o Tebet, que estava no Ministério. Ele teve que vir, porque unia todos, durante aquela crise gravíssima que esta Casa atravessou.

Ele é o mesmo, no Governo de Mato Grosso do Sul, como Promotor e como Procurador. Aliás, falei várias vezes para ele: “Tebet, eu te identifico muito comigo. Sou um advogado do júri”. Quando advoguei, durante muito tempo, minha especialidade era o tribunal do júri. Nunca acusei, não sabia acusar, não tinha condições de acusar. Um companheiro nosso foi assassinado brutalmente, covardemente, estupidamente, por um adversário. E, como eu era um advogado de júri conceituado, a família queria que eu fizesse a peça de acusação. E até ficou magoada comigo. Eu disse: “Não sei acusar, não está em mim, não sei acusar”.

Cristo disse, quando queriam apedrejar a adúltera: “Quem acha que não tem culpa que atire a primeira pedra”. De certa forma, sinto-me assim, não me sinto em condições de acusar.

O júri é muito importante, é tão importante quanto a Medicina, querido amigo, Senador Mão Santa. V. Ex^a e o Senador Mozarildo Cavalcanti, quando estão operando, têm a vida em suas mãos. É uma vida humana que está ali, que os senhores salvam. Mas, na hora do júri, não é a vida humana, mas a vida moral, a vida digna, é o cidadão. Se o paciente morre na operação, a outra vida lhe dará a devida recompensa; mas, no júri, de certa forma, é pior, porque o réu não morre, é condenado, e toda a sociedade passa a olhá-lo como assassino. E eu não sei fazer isso.

Eu perguntava ao Tebet: “Como você conseguiu ser Procurador e Promotor?” Ele me disse: “Pedro, nunca fui Promotor ou Procurador de causas pessoais. Nunca quis atingir pessoas. Eu era defensor do Estado e defendia a sociedade. Defendia a organização da sociedade. Nunca me preocupei em fazer acusação, em entrar na vida das pessoas, em querer aprofundar-me nos defeitos das pessoas que estavam sob minha análise para denunciá-las ou não”.

No MDB, Tebet tem sido uma voz maravilhosa. Quantas vezes veio a esta tribuna! De quantas reuniões da Executiva do PMDB, por insistência nossa, ele participou, assim como das Convenções! Foi o Tebet, com seu bom senso, seu equilíbrio, que nos deu uma chance de não implodir, de nos tolerarmos.

O Tebet – nós erramos muito – há dez anos já devia ter sido o Presidente do PMDB. Se tivesse sido nosso Presidente, nessas crises permanentes que estamos vivendo, já teria encontrado solução, e não viveríamos o drama que continuamos vivendo.

Conheci na vida pública alguns Tebets – poucos, infelizmente –, mas, mesmo esses, com qualidades imensas, não posso dizer que eram homens completos que nem é o Tebet.

O Dr. Ulysses foi um homem fantástico, um herói: o herói da resistência, da garra, da luta, do destemor. É uma figura que, no futuro, quando este País tiver cultura, como diz V. Ex^a, Senador Mão Santa, quando, em vez de se encontrar uma farmácia de dez em dez metros, encontrar-se-á uma livraria, como acontece em Montevidéu, quando o Brasil começar a cultivar a sua história e a sua gente, como dizem os positivistas, cada vez mais os vivos serão orientados pelos mortos, e esta gente terá vez: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Mário Covas.

Mas, se olharmos para o Ulysses, veremos que ele tinha um calcanhar-de-aquiles. Qual foi o calcanhar-de-aquiles do Ulysses? A ansiedade de ser Presidente. Se o Ulysses não tivesse essa ansiedade, em primeiro lugar, teria sido Presidente há muito tempo e o Brasil

seria completamente diferente. Mas essa ansiedade complicou. Ele olhava com restrição o Leonel Brizola, o Miguel Arraes, o Teotônio Vilela, o Tancredo Neves, o Mário Covas, o Franco Montoro.

O Tebet nunca teve vaidade de nada. De nada! Nunca teve vaidade de nada! Candidato a Governador de Mato Grosso? “Não, Senador. O candidato é o que foi eleito agora. Ele é mais moço que eu; é a vez dele, não é a minha vez”. Candidato a Presidente do Partido? Nós lançamos seu nome para Presidente nacional do Partido. “Não, não é a minha vez, Pedro, eu não sou o homem para isso. Eu não tenho a garra de brigar, de lutar. Tem que ser alguém que tenha essa fibra que eu não tenho.”

Como ele se enganava! Ele tinha, sim. Então, se olhar para toda essa gente, se olhar para o Dr. Tancredo, homem fantástico, homem de uma grandeza! Nós ainda vamos estudar sua história, vamos vê-lo, com menos de 30 anos, Ministro da Justiça de Getúlio. Quando aquele Ministério, acovardado, e aqueles militares covardemente estavam depondo Getúlio, que concordava, naquela madrugada, na reunião ministerial, em se licenciar para que apurassem, o General Zenóbio da Costa, que já tinha se entregado aos golpistas, disse: “Não, mas não é licença; eles querem a demissão definitiva”. Tancredo, um jovenzinho, Ministro da Justiça, disse: “Presidente, me nomeie Ministro da Guerra, me nomeie Ministro da Guerra que eu saio daqui e, em duas horas, prendo esses golpistas, e Vossa Excelência vai ver como não vai acontecer nada”. Getúlio, já angustiado, querendo evitar uma guerra civil, não aceitou.

Tancredo era um grande homem, mas Tancredo tinha malícia. Era um político de competência, de capacidade, de sagacidade, de jogo de cintura. Isso o Tebet não é, porque o Tebet é um homem de coração limpo. Ainda há pouco, conversei com ele pelo telefone, e a expressão, que vem de longe, baixinha, é de amor, é de carinho, é de afeto. Tebet tem essa qualidade que o Tancredo não tinha. Encontrar alguém igual ao Tebet, que seja pureza... Todas as vezes em que nos reuníamos, se havia uma vítima... Como quando íamos cassar o Senador fulano de tal, que renunciou, e estávamos todos contra; na hora em que o Senador foi para a tribuna e confessou que tinha fraudado o painel, três dias depois de ter dito que não tinha fraudado. Toda vez que caía todo mundo em cima do homem, o Tebet dizia: “Não é bem assim, não é bem assim”. E começava a fazer a defesa. Ele sempre tem uma palavra de fé.

Por isso, eu peço a Deus: Meu Deus, o Brasil vive horas tão difíceis, o Brasil vive uma hora de incerteza, o Brasil já não sabe o que está certo, o que está erra-

do. As pesquisas mostram que a opinião pública, na hora de acompanhar uma novela, já torce pelo vilão! Não pode, meu Deus, numa hora como esta, nós não termos aqui, nestes próximos quatro anos, a contínua presença do Tebet.

Eu rogo a Deus, peço ao meu bom Deus, que tudo pode, tudo pode. É claro que os desígnios de Deus são muito maiores do que nós. Quem somos nós diante da natureza do mundo, do que existe após, para saber o que é e o que não é?

Mas eu digo: meu Deus, o Tebet é muito importante nesta hora. Ah, o Tebet! Se tu, meu Deus, que tantas vezes reconfortaste, deste mais tempo aos filhos teus, desses ao Tebet essa oportunidade, por nós...

Como ele me dizia, a sua senhora é uma santa. É uma pessoa fantástica, como os seus filhos. E o orgulho que ele tem de sua filha Prefeita? Ele estava me contando os exemplos que ela já deu com a sua maneira de agir: “Pedro, minha filha me falou que estava acontecendo isso, assim, assim, e perguntou o que eu pensava. Eu disse a minha opinião. Mais tarde, vi que ela fez, como Prefeita, tudo diferente do que eu havia dito. Eu tinha recomendado calma, que ela fosse devagar, pois estava começando. Não era hora de fazer aquilo, e ela foi radical. Tomou posição, agiu e extinguiu o fato delituoso. Eu perguntei: Minha filha, mas por que tu fizeste isso? Então, por que me consultaste? Ela respondeu: ‘Eu te consultei, pai, porque não faço nada sem falar contigo’. Retruquei: Sim, mas tu falas comigo e fazes diferente? E ela disse: ‘Eu fiz diferente, pai, porque tenho certeza de que tu vais me dar razão. Eu estou começando. Se eu não tomo uma decisão firme, para mostrar como vai ser o meu Governo, aquilo vai se repetir a cada semana. Agora, tenho certeza de que, feito o sacrifício que foi feito, ele marca o que vai ser o meu Governo’”. O Tebet contava isso com orgulho: “Pois a minha filha é melhor do que eu; a minha filha me deu um exemplo fantástico!”.

Feliz com a família. É impressionante, há dois anos, o pai dele morreu, não sei... Ele falava do paizinho dele com uma meiguice, com carinho, com afeto! O pai dele era libanês. Contava a maneira como o pai lhe ensinava, quando o pai estava vivo. Que respeito ele tinha por aquele pai, e que nós, descendentes de libaneses, temos! Nosso pai é uma espécie de representante de Deus na nossa casa.

Eu peço a Deus, que tudo pode, que dê mais um tempo de vida ao Tebet, para que ele esteja aqui na hora de escolhermos o futuro Senado, para que ele esteja na Bancada do PMDB na hora de decidirmos o que vamos fazer. Que ele possa pedir uma audiência ao Lula, com a grandeza de quem passou pelo que ele passou, e, quase como um emissário de Deus, que ele

possa dizer ao Lula: “Pense bem, Lula. É raro na vida haver uma segunda chance em caso tão importante como este. Tu estás tendo”. O Lula, cercado, nunca, no fundo, pode saber qual é o interesse, qual é o grau de sinceridade da pessoa que está falando com ele. Com o Tebet, ele vai ver que é a própria palavra divina que está falando com ele.

Permita, meu Deus, que o Tebet fique conosco. Ele vai ficar a eternidade Contigo! A eternidade! O que é um dia para Deus? O que estamos pedindo para Deus são alguns instantes, quatro anos, para que o Tebet, vindo como mensageiro de Deus, possa nos orientar.

Meu amigo Tebet, rezo por ti, peço por ti a Deus, mas peço por ti para que tu estejas vivo conosco. E peço a Deus que Ele tenha misericórdia com o povo brasileiro.

Olha, meu Deus, nessas eleições, tantas pessoas que não imaginávamos que pudessem estar aí! Uns voltando, outros ficando. Tão pouca gente boa que possa significar esperança! O Tebet é a esperança, o Tebet é a fé, o Tebet é um sentimento de amor em meio a esses conflitos. Não se pode mais abrir o jornal: roubou, matou, e isso e aquilo. O Tebet é o amor; é o amor, é a verdade, é a paz, é o carinho.

Meu Deus, tenha piedade do Brasil!

O Tebet já tem como encerrada sua missão de maneira magnífica. Não é o Tebet, não é sua família que, graças ao que foi o Tebet, está tranqüila ao seu lado. O Tebet, que podia estar em um hospital melhor, com os melhores médicos em São Paulo, largou tudo e foi para casa dele. Está em Campo Bom.

É por isso que, se o Tebet estiver conosco, foi Deus quem o mandou. Deus tudo pode!

Creio que, numa hora como esta, não se sabe o que dizer, nem o que falar. Não tenho vindo a esta tribuna nos últimos tempos, porque quero saber o que está acontecendo para ver o que vou falar. Não posso combater para, depois, pedir desculpa. Não posso defender para, depois, dizer que estive errado. Então, estou aguardando. E muita gente está assim.

De repente, na semana que vem, vem o Tebet falar desta tribuna. É um sinal em que podemos confiar.

Há tanto tempo que dizemos que essa história de dizer que Deus é brasileiro não é bem assim. E tem razão. Erramos tanto, cometemos tantos equívocos, mas também dá para dizer que o destino não tem sido muito amigo nosso, dos brasileiros: Tancredo não precisava ter morrido; se Mário Covas tivesse ganhado aquela eleição para Presidente da República, não teria acontecido nada disso que aconteceu; se o PMDB, no auge, com Tancredo, Teotônio, Ulysses, Arraes, Mário Covas, Montoro, tivesse tido um mínimo de entendimento, nada disso teria acontecido.

Bota incompetência na classe política brasileira!

Olha, tenho vergonha de mim mesmo, tenho vergonha quando vou me deitar. O que fiz? Não fiz nada! Em que colaborei? Em coisa nenhuma! É como diz a Bíblia: vaidade, vaidade, tudo é vaidade! O sol nasce pela manhã, levanta-se e baixa-se. É outro dia, e tudo permanece igual. Estamos aqui – e eu já estou há 24 anos. É só vaidade! Não há nada de positivo, nada de construtivo.

Não é possível que, com tantas pessoas de bem, o Brasil seja o que é, como diz o Senador Mão Santa, recordista em mortes por arma de fogo. Ocupa o terceiro lugar no mundo. É recordista do mundo em roubalheira, em bandalheira, em vigarice. É o primeiro País do mundo na divisão entre os que são mais ricos e têm tudo e os que são mais pobres e não têm nada. E nós estamos aqui, tranqüilos, vendo as coisas acontecerem. Dormimos tranqüilamente.

Lá, em Porto Alegre, a Justiça está exigindo, batendo na mesa, porque tem direito a determinada porcentagem de aumento. Enquanto uma professora ganha R\$400,00!

Fazemos a mesma coisa, nós, Parlamentares. Quem de nós se compara ao que ganham os milhões de pobres deste País?

Tenho um projeto que está em andamento. Ele estabelece que um Parlamentar não pode ganhar mais do que vinte vezes o valor do salário mínimo. Olha, quase fui agredido. “Mas o senhor é um demagogo! Como que um Senador vai viver com vinte salários mínimos?”. Eu disse ao colega: “Acho que há um engano. A pergunta não é essa. A pergunta é: como um operário vive com um salário mínimo? Eu estou propondo que um Senador viva com vinte salários. V. Ex^a acha que é uma loucura, não dá. E como é que um trabalhador vive com um salário?”. E isso é natural; é tudo natural. E vamos sendo guiados pelas novelas de televisão, em que, a cada dia, o bandido sai ganhando. Cada um tem três mulheres, fica rico da noite para o dia. Agora, até na novela, há uma novidade, porque se queixavam que não havia negro na novela, agora colocaram um negro lá, e tem negro malandro que nem os brancos. Quer dizer, na hora de aparecer, em vez de colocarem os negros com dignidade, não, colocaram os negros malandros como os brancos. Identificaram até nisso. Não pode, não pode.

Ganhou as eleições o Presidente da República. E há essa briga em torno de quem será o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, quantos Ministros, quantos não Ministros. Não pode!

Aliás, eu diria ao Presidente uma coisa, e tenho certeza de que, se o Tebet ficar bom – e vai ficar – e vier a esta tribuna – e vai vir – será uma das primeiras coisas que o Tebet dirá ao Presidente: “Presidente, saiu na imprensa que o PT criou uma espécie de SNI para apurar o que acontece com os adversários. Tudo bem, tudo bem! O senhor tem de criar um setor dentro de seu Partido, dentro de seu Governo para investigar a pessoa que o senhor vai nomear para seu Ministério. Não pode nomear alguém que não conheça”.

Aconteceu isso no Governo do Itamar. Fui Líder do Governo Itamar e, de repente, nomeamos um Ministro da Agricultura que, durante cinco anos, foi Presidente da Federação da Agricultura de Brasília. Quando ele foi nomeado, o Correio Braziliense publicou que o tal cidadão havia matado duas pessoas. Ele sofreu todo o inquérito, foi pronunciado, marcada a data do júri, e há vinte anos o júri não saía. Ele estava fugindo. Mas era fugitivo aqui em Brasília, e ocupava o cargo de Presidente da Federação da Agricultura. Foi demitido no dia seguinte, e até hoje ainda não foi julgado. Essas coisas acontecem. O Itamar nomeou para a Secretaria de Transporte do Rio de Janeiro uma engenheira excepcional. Mas, ao ver que ela era esposa do proprietário da empresa que fazia o serviço do pedágio da ponte Rio-Niterói, ele a demitiu no dia seguinte. Se não me engano, foi o PT quem nomeou não sei quem no Nordeste, um membro do Exército, que havia sido o torturador de um religioso. O PT o demitiu. Mas, para essas pessoas, não precisava haver demissões, sequer poderiam ser nomeadas.

A primeira coisa que o Sr. Lula tem de fazer para mostrar que quer ser um bom Presidente é colocar no jornal a folha corrida de todos os homens que ele vai nomear. O Brasil tem direito à folha corrida. Por exemplo, se vai nomear o Paim, mostra a folha corrida do Senador Paulo Paim para ver se ele tem alguma multa de trânsito. Isso tem de ser feito. Mas não como os jornais estão dizendo: que tem gente indiciada outro dia no Supremo Tribunal Federal – indiciada, não, pronunciada, com inquérito aberto – e que está para ser escolhida ou para a Presidência da Câmara, ou do Partido ou para Ministro de Estado. Assim não bate!

Por isso, falta o Senador Ramez Tebet aqui. Se o Tebet estiver aqui, ele tem autoridade, mais do que eu, pelas mil qualidades a mais do que eu que ele tem, mas especialmente por uma. Eu já vim, bati, denunciei, gritei; mas eu, falando, eles dizem: “É coisa do Simon”. O Tebet, não. Ele tem o bom senso, o equilíbrio, a serenidade, de tal maneira que, ao falar, ninguém colocará

em dúvida que há outro motivo para ele falar senão o de esclarecer a verdade.

Por isso, peço aos senhores que estão em casa que rezem um “Pai Nosso”. Façam uma mensagem ao nosso Deus, o Deus dos católicos, dos cristãos, dos mulçumanos, o Deus inclusive daqueles que dizem não serem católicos, mas que acreditam em Deus. Façam uma mensagem ao nosso Deus: “Meu Deus, deixa o Tebet ficar mais um tempo conosco. Não é por ele, nem pela família, é pelo Brasil. Deixa, meu Deus! O Senhor fez tantos milagres! Tantas e tantas vezes, o Senhor ressuscitou os que morreram! Faça isso, meu Deus!

E este Brasil, onde ninguém acredita em mais nada, de repente vai olhar o Tebet nesta tribuna. Com a minha humildade, com os meus pecados, eu não tenho direito a nada, minha voz de um humilde pecador não significa nada, mas eu sou um brasileiro e falo pelos milhões de brasileiros que passam fome, que estão na miséria e que não têm culpa, meu Deus, que não têm culpa se nasceram lá, no lodo; eles não têm culpa se até agora ninguém foi olhar por eles. É em nome deles que eu peço: dê saúde ao nosso querido Tebet!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Mesa e toda a Casa se somam a essa verdadeira oração que o sempre brilhante Senador Pedro Simon dirige a Deus em favor do nosso querido Ramez Tebet. Com certeza, Senador Pedro Simon, o Brasil todo rezou com V. Ex^a neste momento. Vamos todos, de mãos dadas, permanecer nessa cruzada nacional para que o Senador Ramez Tebet volte ao nosso convívio, especialmente por tudo o que aqui foi dito por V. Ex^a.

Esta Presidência não terá ousadia de dizer nada a não ser assinar embaixo de tudo que V. Ex^a falou da tribuna neste momento sobre o nosso querido Ramez Tebet e sobre a sua família. Mas, se me permitir, só vou dizer uma frase sobre a Lei de Falências.

O Senador Ramez Tebet dizia: “Paulo Paim, lei de recuperação das empresas”. Estava ocorrendo um impasse; S. Ex^a foi ao Rio Grande do Sul e explicou a lei de falências para mais de mil sindicalistas. Foi aplaudido de pé. E eu pude aqui votar com ele, com a maior tranquilidade. Ramez Tebet é isso.

Por isso, Senador Pedro Simon, se eu pudesse, agora diria palmas para o Senador Pedro Simon, por este momento; palmas para o Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com alegria, passo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos, com a tolerância que entender necessária e que a Mesa naturalmente terá.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentei apartear o Senador Pedro Simon, não para acrescentar algo à brilhante exposição e oração que S. Ex^a fez, mas para dar o testemunho de que tive oportunidade, na condição de 4º Secretário da Mesa, de compartilhar da administração do Senador Ramez Tebet como Presidente da Casa, em um momento, como disse o Senador Pedro Simon, tumultuado, difícil. E o que vimos foi realmente a presença de um político hábil, tolerante, que sabia efetivamente transitar em todas as tendências e sempre buscar uma resultante que pudesse conduzir ao debate e ao entendimento e não à radicalização e ao transtorno maior do que o que já vínhamos vivendo.

Esse testemunho eu quero dar. Espero realmente que as preces do Senador Simon sejam ouvidas, façam também minhas e tenho certeza de que S. Ex^a vai ultrapassar este momento difícil para que possamos tê-lo aqui de volta para o convívio fraterno, principalmente para o bem do Brasil, como bem frisou o Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, hoje venho à tribuna abordar dois pontos em relação ao Estado de Roraima, que tenho a honra de representar aqui neste Senado. São duas notícias, na verdade – uma boa e uma ruim. É costume perguntar, quando se vão dar notícias desse tipo, uma boa e uma ruim, qual se quer ouvir primeiro. Primeiro, vou ler a boa, porque o meu Estado vem sendo vítima de notícias tão ruins que é bom que tenhamos, de vez em quando, notícias boas para dar ao povo brasileiro, principalmente ao Estado de Roraima.

A boa notícia é a seguinte: está-se realizando em Curitiba o 19º Congresso Nacional de Magistrados, que reúne mais de quatro mil magistrados de todo o País.

A magistratura estará com as atenções voltadas para a cidade de Curitiba, onde acontecerá o 19º Congresso Nacional de Magistrados. Durante o evento, será entregue o Troféu Justiça Mais Forte àqueles que desenvolveram trabalhos em prol da melhoria do Judiciário. Entre juízes, desembargadores e ministros,

mais de quatro mil julgadores estão presentes, além de convidados.

Para o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Desembargador Mauro Campello, “o prêmio concedido à Justiça do Estado é o reconhecimento ao trabalho cercado de dificuldades comuns a quem vive na Amazônia. De outra forma, mostra os grandes centros, onde estão as mais renomadas universidades, que, neste espaço do Brasil, se faz uma Justiça moderna, forte e independente.

“Aqui, Magistrados e servidores são valorizados. Investimos na otimização dos serviços, na própria prestação da tutela jurisdicional. Estamos antenados com os movimentos do Conselho Nacional de Justiça. Combate-mos o nepotismo e isso engrandece o povo de Roraima com algo positivo. Temos um dos tribunais mais informatizados, apesar do pequeno orçamento. O tempo de julgamento dos processos é um dos mais rápidos e não há influência dos outros Poderes sobre a Justiça” – declarou o Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima.

Conforme o Desembargador, há uma conjugação institucional de esforços para fortalecer o Poder. Tanto que projetos encaminhados à Assembléia são bem vistos e aprovados em caráter de urgência, contando com a sensibilidade do Governador em sancioná-los. Tudo tem sido feito para a Justiça melhorar o atendimento à população, a partir das primeiras sementes lançadas em administrações anteriores.

Por coincidência, nos quinze anos de funcionamento, a Justiça mais nova é reconhecida como uma das melhores do País. Para mim, é motivo de orgulho. Tenho dedicado o tempo pessoal ao trabalho profissional, fazendo metas e procurando alcançá-las. Tarefa dividida com a equipe não só dos mais próximos, mas de todos, desde o que toma conta da portaria ao diretor-geral. Todos são merecedores desse prêmio. Somam-se também os colegas magistrados, que me têm apoiado em todos esses projetos” – declarou o Presidente Mauro Campello.

Também há nota de uma coluna social que registra o recebimento do prêmio pelo Tribunal de Justiça de Roraima.

Peço a V. Ex^a que essa matéria seja parte integrante do meu pronunciamento, pois me honra muito um Estado novo e, portanto, uma Justiça mais nova ainda – ela foi implantada depois de criado o Estado; o Estado foi criado em 1988 e a Justiça, implantada em 1991. Realmente, temos orgulho dessa Justiça. Esperamos que continue cada vez mais avançando, que tenha efetivamente sensibilidade, até por ser jovem, por não ter certos vícios, de ficar antenada mesmo, sintonizada com a modernidade, que, acima de tudo, visa a facilitar a prestação da Justiça mais rapidamente e, portanto, de forma mais justa para aqueles que mais precisam, que são os pobres.

A outra notícia, Sr. Presidente, infelizmente ruim, tem a ver com a minha parte de formação profissional. Diz a notícia: “Malária na área Yanomami quadruplicou”. Outra manchete informa: “Funasa reconhece aumento, mas descarta epidemia”.

Vou comentar essas duas matérias, Sr. Presidente. Já fiz requerimento ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa e estou encaminhando expediente ao Tribunal de Contas da União, para que faça uma auditoria profunda na Fundação Nacional de Saúde em Roraima.

Há pouco tempo, Senador Mão Santa, eu vim aqui denunciar uma epidemia de dengue no meu Estado. Alertei, inclusive, no caso da dengue, que o mosquito pode ir de avião para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul. Uma epidemia, portanto, em Roraima, não fica circunscrita a Roraima. Então, era preciso que tomássemos cuidado, e houve em Boa Vista, a capital do Estado, a maior epidemia de dengue e na sua forma mais grave, que é a dengue hemorrágica. Agora, a epidemia de malária.

Sr. Presidente, ambas doenças são evitáveis por meio de procedimentos preventivos, e sabemos que muito dinheiro é mandado para lá e não adequadamente aplicado, seja por desvio de horas de vôos fantasmas, ou seja, que não são feitos para as comunidades indígenas.

Nessa área indígena dos Yanomamis, o Tribunal de Contas da União já detectou que a Ong que cuidava dessa questão era inepta, prestou um serviço errado e cometeu irregularidades. Depois, a Funasa retomou esse serviço e o fez piorar. Então, estamos, Senador Mão Santa, com dois problemas sérios. O primeiro é o desvio ou o roubo do dinheiro público e, pior, roubando dinheiro para quê? Para aplicar na saúde. É um verdadeiro genocídio que se está praticando.

É preciso que não se fique aqui apenas no discurso. Fiz o requerimento de informação, vou esperar o prazo legal que eles têm para responder, que é de trinta dias úteis depois que sai da Casa; está nas mãos do Relator, mas não posso ficar silente – aliás, nunca fiquei silente. Não posso deixar essas questões ficarem sem providências definitivas. Não é possível.

Comprei um livro com fotos dos Yanomamis. Quem vê essas fotos naquele livrinho fica maravilhado. Parece que eles selecionaram os índios e as índias que estão um pouco melhor de saúde para fotografar e, com o uso de ângulos, parecem índios muito bonitos e saudáveis. Vá lá ver, como já fui várias vezes.

Vá ver, Senador Mão Santa, e V. Ex^a vai encontrar pessoas subnutridas, raquíticas, vítimas de uma epidemia permanente, que é a oncocercose e, agora, ainda apunhalados pela malária. Não é possível que o dinheiro do povo brasileiro esteja sendo destinado a coibir essas epidemias, e, em pleno século XXI, estejamos vendo esse tipo de coisa.

Constata-se que quadruplicou o número de casos de malária entre os índios ianomâmis, e a Funasa reconhece que houve aumento, mas afirma que não existe epidemia. Isso é sofisma. “Há epidemia” ou “não há epidemia”: isso é sofisma.

O que interessa saber é quantos índios estão adoecendo e morrendo. Isso é o que interessa saber. E não são só os índios, não. Estou falando dos índios, porque eles são uma parte sensível realmente, tanto que se prega e se defende que esses índios estejam em reservas, onde não se pode adentrar. Esses yanomamis são índios ainda em estágio primitivo, comparados com os outros de Roraima, que são professores, prefeitos, funcionários públicos. Esses são índios realmente mais isolados, que precisam de atenção especial. Mas o que vemos é o contrário: isolaram-nos, para que morram mais rápido, porque, com essa falta de assistência, eles vão morrer de malária, de oncocercose, de dengue, dessas doenças que existem normalmente naquela região.

Quero aqui lançar, mais uma vez, meu protesto e pedir ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa que tomem providências, assim como ao Tribunal de Contas da União e à CGU, pois aí há não só dinheiro público, mas omissão de trabalho e desvio de recursos.

Espero que seja feita uma auditoria profunda, porque as informações que tenho – estou em busca de documentos – são essas.

Ouçó o Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, que sempre traz assuntos

palpantes, foi quem primeiro se despertou para as falcatruas das ONGs, que já serviram de inspiração, para que aqui nascesse uma CPI. Agora, V. Ex^a traduz uma coisa boa: justiça. Quanto à justiça, V. Ex^a é um louvor, e faço minhas as palavras de Aristóteles, que disse “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa do rei, esteja mais alta do que a coroa dos santos”. Foi Montaigne que disse: “A justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”. O próprio Cristo disse “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas a lástima é a saúde. Luiz Inácio Lula da Silva é uma pessoa boa, mas temos de dizer-lhe a verdade; e a verdade dói. Quanto àquela de ele dizer que a saúde está quase perfeita, estão enganando Lula. Ele está precisando de pessoas verdadeiras do lado dele, como Tião Viana, que é da saúde; como o Paim, que é da verdade. A saúde está aí: estamos voltando no tempo. Ô, Paim, malária: Oswaldo cruz eternizou-se por aí, pelo guarda da malária, sistema antigo! Eu estou fazendo, no dia 16, 40 anos de médico. No começo, Mozarildo, receitei Aralém, Camoquim. Não existiam mais; são doenças tiradas do mapa do Brasil e do mundo que estão voltando. O dengue é epidemia mesmo no Piauí. Eu estive agora lá. Meu filho, com dengue hemorrágica, a família toda, isso é epidemia que está crescendo. Os casos de leishmaniose visceral e da doença de Chagas aumentaram; essas doenças estão voltando. Então, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a. A dengue não está só na Roraima dos índios, mas nos centros urbanos. Teresina tem – e não é mais endemia, mas um fato normal – o dengue na sua forma mais grave. Portanto, há necessidade de chamar a atenção do nosso Presidente da República para isso e para o descalabro da parte, vamos dizer, formal curativa: os médicos nacionais residentes. O livro do Paim – vi aqui – fala de uma greve que houve nos anos de 1987; ele estava lá. Há reivindicações do médico residente, que é quem faz funcionar os grandes hospitais que servem ao povo: os hospitais públicos, os hospitais universitários, as Santas Casas. Está tudo aí parado, não está havendo grandes cirurgias de resolutividade para o povo, que é pobre. O médico residente é como esses controladores de vôo: sem esses não funcionam os aeroportos, como não funcionam os hospitais sem o médico residente. A diferença, Paulo Paim, é que quem está sofrendo é o pobre, que não grita, que não está aqui. Temos de ser essa voz, como o Brossard diz: “O que estou fazendo aqui? Só há três no Rio Grande do Sul, e sou um dos que pode falar”. Falou bem e trouxe a redemocratização. Então, temos de estar aqui, Mozarildo. V. Ex^a, com toda autoridade,

além da virtude de homem da Amazônia, traz a formação médica para esses temas que são tratados. É disso que o Presidente da República precisa, desse apoio do PMDB; esse é o apoio certo. Para eu votar as matérias corretas, basta o Paulo Paim e o Tião Viana chegarem e dizerem, e nunca nos negamos. Somos contra perturbarem a tranquilidade, o planejamento e o direito do Presidente da República, que ganhou a confiança do povo do Brasil e do Piauí, de colocar homens de sua confiança, que tragam a verdade e que o ajudem a melhorar o Brasil, como V. Ex^a faz. É como Santo Agostinho: preferia aqueles que o criticavam, porque poderia corrigir-se, àqueles que o bajulavam, porque o atrapalhavam. V. Ex^a é esse homem; se não no voto, igualamo-nos no desejo de servir, de acertar e de contribuir para que haja um grande Governo e para que o Brasil possa melhorar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Como V. Ex^a, preocupo-me com qualquer tipo de desonestidade. Creio que roubar dinheiro público de qualquer setor é gravíssimo; roubar da área da saúde é ainda mais. Quem age assim está matando duas vezes os pobres, porque está tirando o dinheiro do imposto que todos pagam e ainda impedindo que a assistência médica, que pode salvar vidas, seja dada.

Lembro-me de um político e pensador – isso talvez seja um recado para o Presidente Lula – que pedia a Deus que o livrasse dos amigos, quer dizer, dos falsos amigos, porque dos inimigos ele tinha facilidade de livrar-se. Creio que é muito importante que o Presidente Lula tenha aprendido.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Foi Voltaire, no parlamento francês.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

–V. Ex^a está mais a par dos nomes. Isso é fundamental. Tem de haver efetivamente quem informe o Presidente; órgãos para informá-lo existem. Então, o Presidente precisa realmente ter alguém que leia as informações e que lhe passe ou que determine imediatas providências.

Estou aqui dizendo que a Funasa de Roraima precisa passar urgentemente por uma auditoria, porque todos os sintomas, todos os indícios é de que ali existe corrupção, e muita.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Congresso de magistrados reunirá mais de quatro mil

Carvílio Pires

A magistratura nacional estará com as atenções voltadas para a cidade de Curitiba (PR), onde acontecerá amanhã, dia 15, o 19º Congresso Nacional de Magistrados. Durante o evento será entregue o Troféu Justiça Mais Forte, àqueles que desenvolveram trabalhos em prol da melhoria do Judiciário. Entre juizes, desembargadores e ministros mais de quatro mil julgadores estarão presentes, além de convidados.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Roraima (TJ-RR), desembargador Mauro Campello, o prêmio concedido à Justiça do Estado é o reconhecimento ao trabalho cercado de dificuldades comuns a quem vive na Amazônia. De outra forma, mostra aos grandes centros, onde estão as mais renomadas universidades, que neste espaço do Brasil se faz uma Justiça moderna, forte e independente.

"Aqui magistrados e servidores são valorizados. Investimos na otimização dos serviços e na própria prestação da tutela jurisdicional. Estamos atentos com os movimentos do Conselho Nacional de Justiça. Combatemos o nepotismo e isso engrandece o povo de Roraima com algo positivo. Temos um dos tribunais mais informatizados apesar do pequeno orçamento. O tempo de julgamento dos processos é um dos mais rápidos e não há influência dos outros poderes sobre a Justiça", declarou o presidente do TJ-RR.

Conforme o desembargador há uma conjunção institucional de esforços para fortalecer o Poder. Tanto que projetos encaminhados à Assembléia são bem vistos e aprovados em caráter de urgência, contando com a sensibilidade do governador em sancioná-los. Tudo tem sido feito para a Justiça melhorar o atendimento da população, a partir das primeiras sementes lançadas em administrações anteriores.

"Por coincidência, nos quinze anos de funcionamento, a Justiça mais nova é reconhecida como uma das melhores do país. Para mim, é motivo de orgulho. Tenho dedicado o tempo pessoal ao trabalho profissional, fazendo metas e procurando alcançá-las. Tarefa dividida com a equipe não só dos mais próximos, mas de todos, desde o que toma conta da portaria ao diretor-geral. Todos são merecedores desse prêmio. Somam-se também os colegas magistrados que têm me apoiado em todos esses projetos", declarou Mauro Campello. (C.P)

Malária na área Yanomami quadruplicou

REBECA LOPES

No livro intitulado "Povos Indígenas no Brasil, 2001-2005", lançado pelo ISA (Instituto Socioambiental), uma organização não governamental que atua nesta área desde 1994, questões relacionadas à área de saúde entre os povos de todo o País constituem um dos pontos de destaque.

Ao fazer um balanço de 2001-2005, os organizadores do livro, os antropólogos Beto Ricardo e Fany Ricardo, observam que o atendimento sanitário piorou no governo Lula em decorrência da excessiva burocratização do setor e influência política ao qual foi exposto.

Em relação a Roraima, o livro aponta o ressurgimento da malária entre os yanomami e a maior incidência de casos de tuberculose - endemia presente em várias tribos. O site da ONG teve acesso aos dados do "Relatório Técnico da Malária - Distrito Sanitário Yanomami (DSY) 2006", onde aponta que os casos quadruplicaram. No primeiro semestre deste ano foram notificados 2.591 casos, representando um aumento mais de quatro vezes maior em relação ao total de casos do mesmo período do ano anterior.

Além dos fatores que sempre contribuíram para a entrada da doença, como a presença constante de garimpeiros e frentes de colonização, consta que a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) teria identificado problemas no gerenciamento do DSY e os conseqüentes efeitos na qualidade e intensidade das ações de controle da doença.

Tudo isso gerado pela instabilidade dos convênios com as ONGs parceiras que atuam em área, como Fubra (em Roraima) e Secoya (no Amazonas) principalmente, falta de repasses dos recursos e paralisação dos trabalhos de campo pelos funcionários. Sem ação mais enérgica, cogita-se que uma grave epidemia de malária poderia surgir.

Conforme o tesoureiro da Hutukara Associação Yanomami, Dário Vitório, o problema realmente é preocupante e as lideranças indígenas reclamaram por diversas vezes, inclusive com denúncias no Ministério Público Federal e encaminhamento de documentação do que está acontecendo para Brasília (DF), mas até agora o quadro nada mudou.

Desde que o Governo Federal resolveu retomar a assistência à Saúde dos povos indígenas, o tesoureiro garante que os problemas começaram a surgir. "Antes a gente tinha assistência, mas depois que a Funasa assumiu, piorou. Estamos tristes porque a coisa é gravíssima e nosso povo está sofrendo com as doenças", lamentou.

Reconheceu que o problema está em Brasília. "Ela [Funasa] nunca libera recursos, só faz prometer", disse. Cogitou inclusive a possibilidade dos líderes indígenas irem à Capital Federal conversar diretamente com as autoridades a fim de pedirem providências urgentes. (RL)

Funasa reconhece aumento mas descarta epidemia

Da Redação

Por meio de material repassado pela Assessoria de Comunicação, a Funasa reconhece que houve crescimento significativo dos casos de malária neste ano, comparado com 2005, quando se intensificaram as ações de combate à doença e praticamente foi eliminada da região. No entanto desconhece a gravidade da epidemia, como vem sendo divulgado.

O aumento significativo nas comunidades indígenas Yanomami localizadas nos municípios de Barcelos e Santa Isabel, ambos no Amazonas, conforme o material repassado, vem sendo motivo de preocupação dos técnicos e coordenação da Funasa de Roraima.

Em relação ao número de casos terem sido quase quintuplicados no primeiro semestre, foi confirmado o registro de 2.591 casos pela equipe de agentes e técnicos da Funasa/RR, responsável por atendimento de Saúde indígena na área.

“Num primeiro momento [os números], podem ser considerados altos devido justamente ao trabalho feito até 2005 que praticamente eliminou a doença”, disse o médico sanitarista e gerente técnico de endemias da Fundação, Oneron de Abreu Pithan, descartando a possibilidade de epidemia, como no início da década de 90. “O aumento de casos é uma realidade, mas nada comparado aos anos 90”, afirmou.

Conforme a Ascom, existe relatório apontando que 80% dos casos registrados neste ano encontram-se na parte amazonense da reserva, localizada no Norte do Estado, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. A proximidade com as duas cidades tem sido o principal fator do aumento da doença entre os indígenas.

Dados do relatório indicam alguns fatores que contribuíram para que a doença reaparecesse, entre eles a dificuldade de acesso aos locais para a execução de um trabalho contínuo, além do fato de que culturalmente os yanomami são nômades, o que dificulta a frequência do tratamento, quando diagnosticado.

Outros fatores são predominantes para o surgimento da doença, tais como o avanço das atividades exploratórias praticadas ilegalmente dentro da reserva Yanomami, sem um controle de vigilância.

“A reserva tem sido alvo constante de garimpeiros, pescadores clandestinos de peixes ornamentais e extratores de piaçava. Essas atividades têm diminuído a distância entre os índios e o homem branco e acaba expondo ainda mais os índios à doença”, explica o sanitarista.

Em relação à instabilidade das conveniadas Fubra e Secoya, que pela falta de sequência no repasses dos recursos paralisaram trabalhos de campo, foi repassado que em nenhum momento a Funasa deixou de dar assistência na área. “Quando foi preciso o quadro efetivo de técnicos da Fundação esteve em campo e demos continuidade ao trabalho”, disse Pithan.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Tomo a liberdade, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo Cavalcanti, de tornar esta sessão uma homenagem ao nosso querido Ramez Tebet. Torcemos para que S. Ex^a volte para o nosso convívio rapidamente.

Comoveu-me muito a oração do Senador Pedro Simon. Com a autoridade que tem, o Senador Pedro Simon esteve na tribuna com um rosário na mão. S. Ex^a falava, de forma emocionada, e ia manuseando o rosário. Por isso, a minha expressão de que foi uma verdadeira oração.

Senador Ramez Tebet, que talvez esteja nos assistindo neste momento, saiba que não é só o Senado: o Brasil todo o está abraçando; o Brasil todo está com V. Ex^a. Um beijo no coração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito se fala sobre a Amazônia, com previsões nada otimistas quanto ao futuro da Grande Floresta. Em vez de apenas falar, procuro trazer ao Senado a palavra de especialistas. É uma tentativa de, neste que é o foro adequado para defesa da nossa estratégica Região, encontrar também as soluções para o problema.

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou proposta de minha iniciativa para que os Senadores, em Audiência Pública, fiquem mais inteirados sobre a advertência do pesquisador Philip Martin Fearnside, para quem a continuidade da devastação de florestas, no ritmo atual, *a Amazônia deixará de existir*. Ele chegou a fixar a data: 2080.

Na manhã de hoje, li no **O Estado de S.Paulo** o artigo do jornalista Washington Novaes, um dos mais sérios e competentes estudiosos de assuntos do meio ambiente.

Novaes analisa o relatório do ex-economista-chefe do Banco Mundial, Sir Nicholas Stern. É um relatório aterrador. Stern prevê uma mega-recessão econômica, com a perda de até 20% do PIB anual do mundo, ou seja, algo em torno de US\$6 trilhões por ano. Isso

ocorrerá sem dúvida, garante, se não forem adotadas de pronto medidas para deter a devastação florestal.

Devastação, lamentavelmente, lembra Amazônia. E o mundo inteiro comenta o que ocorre na Região.

Novaes, no seu artigo, salienta bem a questão:

Não surpreende, assim, que quase 75% das emissões brasileiras de gases que contribuem para mudanças climáticas sejam por mudanças no uso do solo, queimadas e desmatamentos, principalmente na Amazônia – cerca de 750 milhões de toneladas anuais já em 1994 (no mundo, o desmatamento responde por 18% das emissões totais).

E mais:

As interrogações são muitas e começam pela crônica dificuldade do poder público de impedir o desmatamento ilegal na Amazônia e em outras áreas.

O articulista refere-se ainda a recente artigo do prof. José Goldemberg, apontando as dificuldades do poder público para conter a devastação da Amazônia:

(...) nas áreas de conservação temos um fiscal para cada 100 mil hectares, ou 27 vezes menos que a média mundial – que dirá fora dessas áreas. Estudo recente do pesquisador Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, mostrou que as áreas de proteção ambiental da Amazônia têm uma taxa de desmatamento (20%) muito mais alta que a das áreas indígenas (1,2%) ou das Unidades de Proteção Integral (1%).

Peço a anexação do artigo do jornalista Washington Novaes a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

E, a propósito, formulo convite a todos os Senadores para que compareçam à Reunião de Audiência Pública, que a CRE deverá marcar para os próximos dias. O Professor Fearnside é um dos mais competentes pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, órgão que, por sua vez, é um dos centros de pesquisas mais avançados do mundo.

Como segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que de Manaus ao Município de Presidente Figueiredo são 107 quilômetros da rodovia BR-174, na maneira de dizer, asfaltada. É uma estrada importante que dá acesso a uma região de belas paisagens e cachoeiras exuberantes. Por ali também se tem acesso a Roraima e à Venezuela, sendo, portanto, o meio de integração (e

teoricamente de ligação rodoviária) com aquele Estado brasileiro e com o Caribe.

Essa é, por último, a rota em que viaja, duas vezes por semana, o amazonense Benivaldo Vaz, que, como vários outros agricultores, cultiva banana nas proximidades de Presidente Figueiredo. Ontem, enviou-me ele um *e-mail*, revoltado.

Para Benedito, tudo estaria no melhor dos mundos e até a estrada poderia receber o carinhoso apelido de *Transbananeira*. Poderia. Mas não pode. Há um outro apelido, muito mais evidente: a BR-174, hoje, é muito menos *Transbananeira* e muito mais *Transburaqueira*.

Segundo o relato do Benivaldo, no começo deste ano, a população dali ficou exultante de alegria ao saber que chegara à região a famosa *Operação Tapaburacos*. Estaria salva a Pátria. Ou, ao menos, a ligação Manaus-Presidente Figueiredo.

– *Que nada!* – escreve o Benivaldo – *Apenas colocaram terra nas crateras do asfalto. E logo a terra saiu. E novos buracos se formaram! Estava consagrado o apelido da estrada.*

De tanto viajar pela *Transburaqueira*, o Benivaldo Vaz sabe de cor e salteado os pontos críticos da estrada: os trechos próximos aos Km 16, 50, 73 e 94. Ele diz que passar por ali sem cair numa das crateras dá direito a um diploma de craque rodoviário.

Benivaldo está desiludido. A *Operação Tapaburacos*, do Governo Lula, só piorou a rodovia. Agora, por tudo isso, ele acha, que o Guia Quatro Rodas deveria indicar a estrada como rodovia de terra. Asfalto, só na lembrança!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O CLIMA, A ECONOMIA,
O FUTURO DA AMAZÔNIA

Washington Novaes

É sob o impacto da divulgação do relatório do ex-economista-chefe do Banco Mundial sir Nicholas Stern sobre os impactos econômicos das mudanças climáticas que se realizam, em Nairóbi, reuniões dos países que participam da respectiva convenção e do Protocolo de Kyoto. O relatório de Stern, apoiado pelo governo britânico, prevê uma mega-recessão

econômica que poderá significar perda de até 20% do produto bruto anual do mundo (mais de US\$ 6 trilhões anuais) se não forem adotadas providências severas e urgentes para enfrentar as mudanças já em curso. E isso pode exigir, segundo ele, até 1% do PIB mundial.

Uma das áreas que o relatório considera decisivas para o enfrentamento é a floresta amazônica, onde, só do ano 2000 para cá, foram desmatados mais de 120 mil quilômetros quadrados. Nos quatro anos do atual mandato presidencial – incluída a última estimativa de 13,1 mil quilômetros quadrados para 2005/2006 – foram mais de 80 mil quilômetros quadrados (mais que em qualquer outro quadriênio). Ao longo de décadas, já são mais de 600 mil quilômetros quadrados desmatados. Não surpreende, assim, que quase 75% das emissões brasileiras de gases que contribuem para mudanças climáticas sejam por mudanças no uso do solo, queimadas e desmatamentos, principalmente na Amazônia – cerca de 750 milhões de toneladas anuais já em 1994 (no mundo, o desmatamento responde por 18% das emissões totais).

Por essas e outras, a proposta levada pela delegação brasileira a Nairóbi é de criar um fundo para o qual contribuam países industrializados e que beneficie nações que, num ‘sistema voluntário, sem compromisso’, consigam reduzir o desmatamento. Pelo sistema proposto, se o país conseguir baixar o índice de desmatamento, recebe do fundo proporcionalmente à sua participação; se aumentar o desmatamento, nada recebe e terá de descontar nos anos seguintes a elevação. Fica a pergunta: se não houver compromisso de redução por parte dos países receptores de fundos, como se fará para garantir aos países doadores alguma vantagem direta ao longo do tempo?

A fórmula brasileira, ao que parece, pretende contornar o veto militar e diplomático às propostas de receber pagamento por conservação de floresta, sob o argumento de que a restrição ao uso de recursos e serviços naturais aí implícito significaria ‘restrição à soberania nacional’. Não havendo compromisso de reduzir o desmatamento, não haveria restrição.

O tempo dirá se pode dar certo. As interações são muitas e começam pela crônica dificuldade do poder público de impedir o desmatamento ilegal na Amazônia e em outras áreas. Em artigo recente nesta página (17/10), o secretário paulista de Meio Ambiente, professor José Goldemberg, lembrou que nas áreas de conservação temos um fiscal para cada 100 mil hectares, ou 27 vezes menos que a média mundial – que dirá fora dessas áreas. Estudo recente do pesquisador Leandro Ferreira, do Museu Goeldi, mostrou que as áreas de proteção ambiental da Amazônia têm uma taxa de desmatamento (20%) muito mais alta que a das áreas indígenas (1,2%) ou das Unidades de Proteção Integral (1%). É provável que a taxa aumente, dadas a dificuldade do poder público até para identificar as terras da União (47% do total) e a recente decisão de transferir para os Estados a responsabilidade por autorizações para desmatamento e fiscalização – mesmo sabendo que em praticamente todos eles os instrumentos são ainda mais frágeis que os do Ibama e que nos Estados as ingerências políticas são ainda mais fortes.

Continua o governo federal apostando forte em sua Lei de Gestão de Florestas Públicas, que lhe permitirá conceder numa primeira etapa até 13 mil quilômetros quadrados a empresas privadas para retirar madeira em projetos de ‘manejo sustentável’, mesmo conhecendo os relatórios internacionais que dizem serem fraquíssimos – quando há – os resultados dessa fórmula (já comentados aqui em artigos anteriores e também pelo professor Goldemberg). Enquanto isso, continuam à espera de discussão questões levantadas por vários cientistas, como a impossibilidade prática de ‘manejo sustentável’ numa floresta onde coexistem em cada hectare espécimes que atingem a maturidade aos 50 anos, ao lado de outros que precisam de 1.200 anos – como garantir a sustentabilidade sem conhecer precisamente cada hectare? Ou o problema de implantar na área um processo de evolução às avessas, já que de cada lote se retiram os melhores espécimes. Ou não se saber o que acontecerá com o restante da biodiversidade na área, já que todas as espécies estão relacionadas entre elas. Ou, ainda, o argumento de

que o desmatamento ilegal prosseguirá, porque custa três vezes menos derrubar ilegalmente um hectare de terra pública (sem que a fiscalização chegue) do que trabalhar dentro da lei. Ou a evidência de que não há nenhum país que tenha entrado pelo caminho de conceder florestas públicas para ‘manejo sustentável’ que não tenha ficado sem as florestas.

Enquanto isso, continuam esquecidas propostas como a da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – desmatamento zero e forte investimento em ciência para conhecimento e utilização da biodiversidade –, na mesma linha da tese da Professora Bertha Becker, de uma ‘revolução científica’ capaz de implantar formatos que beneficiem a imensa maioria dos 20 milhões de habitantes da Amazônia – como as ‘cadeias tecnoprodutivas fundadas na biodiversidade’ –, e não apenas uma minoria, como até aqui. Ou a proposta do professor Aziz Ab’Saber, de zoneamento ecológico-econômico prévio a qualquer política.

Preferimos seguir no velho caminho de megaprojetos que acentuam o velho modelo exportador de produtos primários ou subsidiados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A exemplo de Genoino, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que depois de ter o indiciamento pedido pela CPI dos Bingos e até hoje sem conseguir provar saques de dinheiro usados para pagar dívidas do presidente Lula, Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae, esteve no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete do Presidente.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A exemplo de Genoino, Okamoto faz visita ao terceiro andar do Planalto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com o indiciamento pedido pela CPI dos Bingos e até hoje sem conseguir provar saques de dinheiro usados para pagar dívida de Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto esteve ontem de manhã no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete do presidente.

Pesidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Okamoto deixou o palácio quando Lula iniciou encontro com os presidentes da CBF, Ricardo Teixeira, e da Fifa, Joseph Blatter.

No ano passado, Okamoto veio a público para dizer que usou dinheiro próprio para pagar uma dívida de R\$

29,4 mil registrada na contabilidade do PT em nome de Lula. A suspeita da oposição é que o dinheiro possa ter vindo do caixa dois petista.

De acordo com a assessoria de imprensa do Sebrae, ontem Okamoto não se encontrou com Lula. Esteve apenas com o chefe-de-gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, para convidar o presidente a participar de um evento do Sebrae, no próximo dia 25 de outubro. A assessoria da Presidência não comentou a visita de Okamoto ao Planalto.

No mês passado, o ex-presidente do PT José Genoino, que caiu durante o escândalo do mensalão, também fez uma visita não-agendada ao Palácio do Planalto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Uma ceia nada santa”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 04 de outubro do corrente.

A matéria destaca que na arrancada final da campanha, o Presidente Lula, candidato a reeleição, se mostra obcecado por comparações com figuras heróicas ou divinas e dominado por fantasias macabras.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na arrancada final, Lula se mostra obcecado por comparações com figuras heróicas ou divinas e dominado por fantasias macabras

Mantido sob estrito controle pelo propagandista Duda Mendonça durante a sua primeira campanha presidencial vitoriosa, quando precisava conquistar credibilidade e eleitores desconfiados em face de seu linguajar rude, Luiz Inácio Lula da Silva sentiu-se inebriantemente liberado uma vez eleito. Ao longo de quase quatro anos, os brasileiros viram — e ouviram — os efeitos dessa euforia. Em ocasiões variadas, Lula torturou a história, a geografia, a língua portuguesa, os bons modos, a lógica e a ética. Discorreu sobre Napoleão na China; admirou-se ao ver como Windhoek, a capital da Namíbia, era uma cidade limpinha, embora africana; condeceu-se ao recordar que a senhora sua mãe nasceu analfabeta. Confrontado com as falcatruas de seus comandados, recorreu ao discurso da traição. Sob a pressão das delinquências das últimas semanas, Lula comparou-se insistentemente a Jesus Cristo e Tiradentes.

num crescendo em que as imagens de morte e desmembramento foram ficando cada vez mais obsessivas. A humanidade cultiva o mito do herói esquartejado desde o antigo Egito, onde o deus Osíris foi morto e picado em catorze pedaços, todos recuperados pela mulher, Isis, o que propiciou sua ressurreição. O cristianismo primitivo assimilou algo do culto iniciático dedicado a Osíris, inclusive no ritual da comunhão do divino corpo. Do ponto de vista psicanalítico, as fantasias de esquartejamento costumam estar ligadas ao medo da castração. Um levantamento dos discursos de Lula, em especial na arrancada final da campanha, mostra quão recorrentes são evocações em torno das figuras do pai, do sangue, do herói sacrificado. É ilustrativo reuni-las no mesmo espaço, tanto para quem receia que o presidente esteja sofrendo de uma crescente tentação populista quanto para quem simplesmente chega a ter saudade das metáforas futebolísticas.

“Não interessa se foi A, B ou C. Todo o episódio foi como uma facada nas minhas costas.”

29/12/2005

“Quero dizer a vocês com toda a franqueza: me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia e que chocam o país.”

12/8/2005

“Sinto-me traído porque o PT foi criado para fazer uma política diferente. E de repente se viu que alguns enveredam pelo mesmo círculo vicioso da política brasileira, achando que o PT podia ser igual aos outros sem pagar nenhum preço.”

14/9/2006

“A gente poderia pegar a história e iríamos perceber que, numa mesa de doze, um traiu Jesus Cristo. Ai poderia pegar a reunião dos inconfidentes, um traiu Tiradentes. E nem por isso Cristo seria menos importante, nem por isso Tiradentes deixou de ver acontecer a independência pela qual ele foi esquartejado, sua carne salgada, pendurada nos postes.”

25/9/2006

“Qual o orgulho que eu tenho? É que hoje vocês têm consciência de que qualquer um está preparado para governar este país. Cada um de vocês é uma célula do meu corpo, cada um de vocês é uma gota do meu sangue.”

11/9/2006

“Assim que é a vida humana. Você escolhe um companheiro para determinada função. No caso do pessoal que cuidava da pseudo-inteligência da minha campanha, nem fui eu que escolhi. Quem escolheu foi o presidente do partido, que era o coordenador da campanha eleitoral.”

25/9/2006

“Eles perceberam que um torneiro mecânico de formação pode cuidar melhor do Brasil do que eles, pode cuidar melhor do povo, pode cuidar da educação melhor. É isso que incomoda, a maldita inveja.”

23/9/2006

“Podem fazer denúncia, façam o que quiser, podem até mandar fazer exame para saber o que eu fazia de mau quando eu era feto. Não tem problema. Vamos ganhar com a cara limpa que nós temos.”

25/9/2006

“Enquanto eles fizeram a operação sanguessuga com a ambulância, eu fiz a operação transfusão de sangue, e o povo brasileiro me deu uma gota do seu sangue para que eu pudesse resistir e enfrentá-los até o dia 1º de outubro.”

26/9/2006

“Eles deveriam ter aprendido com Tiradentes. Não basta matar, não basta esquartejar, não basta salgar a carne e pendurar no poste. Porque a carne você mata e ela apodrece, mas as idéias estão perambulando pelas brisas deste país.”

26/9/2006

“A hora que eles tirarem as minhas pernas eu vou andar pelas pernas de vocês, a hora que eles tirarem meus braços, eu vou gesticular pelos braços de vocês, a hora que eles tirarem meu coração, eu vou amar pelo coração de vocês. E a hora que eles tirarem a minha cabeça, eu vou pensar pela cabeça de vocês.”

26/9/2006

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Decolaram com milhões”, publicada pela revista **Veja** em sua publicação de 25 de outubro de 2006.

Segundo a matéria, o TCU, Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público, apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

O TCU e o Ministério Público apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo

Júlia Dualibi

Ao inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela “dedicação” e pela “contribuição extraordinária que fez ao Brasil”. Dez meses depois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de

DECOLARAM COM MILHÕES

reais. Com base em ampla pesquisa de mercado realizada pelo TCU, o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou *fingers*, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião. A Infraero pagou ao consórcio vencedor a bagatela de 2,2 milhões de reais por unidade. Com base em outras compras idênticas feitas pelo poder público, o TCU constatou que cada *finger* não custaria mais do que 630 000 reais. Também houve superfaturamento de 226% nos serviços de fundação da obra. Cobraram-se, por exemplo, 354,15 reais por estacas que não deveriam custar mais de 108,60 reais.

O Ministério Público Federal também acusa a Infraero de ter direcionado a licitação para o consórcio forma-

do pelas empreiteiras OAS/Camargo Corrêa/Galvão. Na avaliação dos procuradores, a licitação de Congonhas deveria ter sido fracionada em várias concorrências menores, garantindo, assim, maior disputa e melhor preço. Ao exigir que um mesmo participante executasse desde as obras de pavimentação até as reformas do terminal de passageiros, a Infraero colocou todo o projeto nas mãos das grandes empreiteiras — que, por sua vez, acabaram subcontratando, em alguns casos irregularmente, empresas menores. A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato entre a Infraero e as vencedoras da licitação, foi realizado um aditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, custarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Pú-

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cabe destacarmos, exemplificativamente, o absurdo preço pago pela INFRAERO ao consórcio vencedor pela “ponte de embarque tipo *nose-loader*”: R\$ 2.218.665,62 (dois milhões duzentos e dezoito mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), quando exatamente o mesmo item foi orçado pelo TCU com o custo de R\$ 630.209,11 (seiscentos e trinta mil duzentos e nove reais e onze centavos). Ou seja, o pagamento do produto ocorreu com um valor 252,05% acima daquele praticado no mercado.

f) o descumprimento dos mesmos deveres legais e estatutários acima referidos por parte de CARLOS WILSON faz com que sobre si recaia a responsabilidade pelo **sobrepreço** e **superfaturamento** apurados pela comissão de auditoria do TCU (irregularidades 9 e 10). Da análise de tais irregularidades, explanadas em seus pormenores no relatório da referida comissão, verifica-se que o mesmo ocorreu

blico, no entanto, elas poderiam chegar a 75 milhões de reais.

“São de extrema gravidade os dados ora levantados, que demonstram cabalmente um total desprezo pelo patrimônio público”, afirma o Ministério Público numa ação cautelar ajuizada na semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal. Ex-senador pelo PTB de Pernambuco, Wilson ocupou a presidência da Infraero do começo do governo Lula até março deste ano. Deixou o cargo para disputar uma cadeira de deputado federal pelo PT. Antes, coordenou um dos principais programas de investimento em infra-estrutura do governo Lula, com a criação, ampliação e reforma dos mais importantes aeroportos brasileiros. Questionado sobre as acusações, Wilson disse desconhecer-las e afirmou que sua gestão na Infraero foi amplamente “fiscalizada e transparente”. Os procuradores investigam irregularidades nas obras de Congonhas desde 2004. O aeroporto tem o maior movimento do país, com 45 000 passageiros diários. As obras de remodelação devem ficar prontas no começo de 2007. Ao todo, Wilson comandou a reforma de 66 aeroportos. Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, Recife e Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo. ■

Agradecimento:
Lula e Wilson
em cerimônia
de entrega de
parte das obras

ra de deputado federal pelo PT. Antes, coordenou um dos principais programas de investimento em infra-estrutura

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Um Tiro No Pé Às Portas Da Eleição”, publicada pela Revista **Veja** de 27 de setembro do corrente.

A matéria destaca que cercado de pessoas sem escrúpulos no Palácio, nos churrascos de domingo, no seu Partido, o PT, o Presidente colhe os frutos amargos da complacência com malfetores.

Sr. Presidente para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LULA E A CORRUPÇÃO
Cercado de pessoas sem
escrúpulos no Palácio, nos
churrascos de domingo,
no seu partido, o PT, o
presidente colhe os frutos
amargos da complacência
com malfetores

UM TIRO NO PÉ ÀS PORTAS DA ELEIÇÃO

Com seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República, as consequências legais podem ser severas. Entre os trágicos resultados potenciais do crime está até a impugnação da candidatura de Lula. Se isso vier a acontecer, o PT terá feito algo inédito em sua rica trajetória de delinquências. O próprio partido de Lula terá conseguido impedir a manifestação da vontade popular dos brasileiros que, nas pesquisas, brindam o presidente-candidato com 50% das preferências de voto. Na terminologia do próprio Lula, o PT terá conseguido “melar” as eleições. Que melancólica ironia!

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder — e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. Sobre essa delituosa sopa primordial paira a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele se jacta de ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca.

Lula os afastou, mas não perdeu uma única chance de passar a mão na cabeça dos caídos, de dizer que continuam seus “amigos”, seus “meninos”, que democracia “não é só coisa limpa” e que não cometeram delitos, mas “simplesmente erraram”. Por ter criado e mantido um ambiente propício à propagação da corrupção em seu governo — e sem prejuízo de todas as sanções legais a que se expôs como candidato e presidente —, Lula é o patrono da desastrosa compra com dinheiro sujo do falso dossiê.

60

O sistema pessoal, partidário e administrativo de Lula é uma sopa primordial com todos os ingredientes para produzir corrupção

70

O segurança lotado no Palácio do Planalto, Freud Godoy, é citado pelos criminosos como o homem da mala da compra do falso dossiê

72

Enfermeiro, churrasqueiro, banqueiro e babá da filha do presidente. Lorenzetti significa soluções e problemas

74

O chefe da campanha de Aloizio Mercadante é demitido pela compra do falso dossiê. Mas, claro, o chefe não sabia de nada

76

Depois de prender os petistas, a PF passou a tratar a prisão como um erro e desde então vem só fingindo que investiga

80

O famoso escândalo dos EUA levou um presidente a renunciar. O TSE vê contornos ainda mais feios na negociata atual do PT

84

Ministros do Supremo Tribunal Federal e um do TSE são espionados com grampos nos telefones: coisa de república bananeira

86

“Em relação ao partido do governo, minha opinião é que não existe limite aos meios desde que os fins que se propõem sejam alcançados”

Alexandre Oltramari, de Cuiabá

Brasil

O escândalo do falso
dossiê revela que os
petistas envolvidos
fazem parte do círculo
íntimo de Lula — e
abre uma crise cujo
desfecho é imprevisível

O escândalo do dossiê, no qual uma dupla de petistas foi flagrada comprando por quase 2 milhões de reais um conjunto de denúncias contra tucanos que não valia um centavo, abriu uma crise gravíssima e imprevisível. Gravíssima porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República. Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos, está Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial, que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem sala no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto. Também está Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula. Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo, está o deputado Ricardo Berzoi-

O VÔO CEGO

ni, presidente do PT e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo. Está Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo — e casado com Mônica Zerbinato, secretária particular de Lula.

A crise é também imprevisível nos seus desdobramentos porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro. O caso está sendo investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, teoricamente, pode resultar na im-

pugnação da diplomação de Lula, caso seja reeleito, ou estimular a instalação de um processo de impeachment pelo Congresso Nacional — na hipótese de se comprovar que a campanha do presidente cometeu abuso de poder econômico ou político na compra ou montagem do dossiê contra os tucanos (veja reportagem na pág. 80). “É algo muito, muito pior que o Watergate”, chegou a dizer o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referindo-se ao escândalo de espionagem de adversários que, nos Estados Unidos, em 1974, levou o presidente Richard Nixon à renúncia. Mello já se mos-

trara perplexo com a impressionante multiplicidade de ações irregulares patrocinadas pelo governo e seu partido.

A situação é tão complexa que, desta vez, até os petistas de couro grosso acusaram o golpe. Acusaram talvez de uma maneira mais aguda do que no auge do escândalo do mensalão. Numa das reuniões ocorridas no Palácio da Alvorada, chegou-se a cogitar até a alternativa extrema. Para mostrar que nada tem a temer e que defende a mais ampla investigação do caso, mas evitar que sua campanha desande, Lula pediria licença do cargo, entregando o comando do país ao senador Renan Calheiros, e

COMPANHEIROS DE VIAGEM

Lula (4), com os companheiros em 2002: Mercadante (1), que perdeu um assessor no caso do dossiê; o homônimo de Bob Marques (2), sombra de Dirceu (3); Freud Godoy (5), segurança caído; Palocci (6), o da violação do sigilo do caseiro; e Gilberto Carvalho (7)

dedores. “Temos de levar em conta a quem interessa, a essa altura do campeonato, melar o processo eleitoral no Brasil”, disse Lula, durante viagem a Nova York.

Respondendo:

1) Um dossiê devastador contra José Serra interessaria ao PT em São Paulo. Seria ótimo para Lula ter um governador petista em São Paulo em um segundo mandato.

2) Disparar um tiro de morte contra Serra significaria exterminar praticamente o PSDB em nível nacional.

3) “Melar” o processo eleitoral não interessa a nenhum democrata, mas sobre essa questão seria mais útil perguntar aos seus colaboradores íntimos que entraram na fria de comprar um dossiê com dinheiro sujo.

O problema do discurso oficial é a afronta aos fatos. O castelo — de Lula, do PT, da reeleição — começou a tremer num episódio cujos autores são todos petistas. Tudo começou na sexta-feira, 15 de setembro, quando agentes da Polícia Federal prenderam dois petistas que negociavam o tal dossiê no hotel Ibis, em São Paulo. O

DO PETISMO

passaria a dedicar-se exclusivamente à reeleição. A idéia, apresentada pelo ministro Tarso Genro, chegou a ser debatida, mas foi descartada pelo presidente.

Com receio de que os estilhaços da crise possam comprometer a reeleição de Lula, o Palácio do Planalto deflagrou uma operação de guerra. A idéia é empenhar-se ao máximo para que Lula vença o pleito já no primeiro turno. Os petistas, com o próprio presidente à frente, consideram desastrosa a possibilidade de que haja segundo turno. “Se houver, serão três semanas de bombardeio, no auge da investigação sobre o dossiê e todos os candidatos der-

rotados apoiando o Alckmin”, prevê um petista de alto coturno, que participou de todas as reuniões sobre a crise com o presidente. Por isso, os partidos aliados foram acionados para dar apoio público ao presidente e os movimentos sociais, nunca antes tão claramente atuando como linha auxiliar do governo e do petismo, fizeram um manifesto em defesa de Lula. A tática — de novo, de novo — é dizer que Lula não sabia de nada e que, estando com folgada vantagem nas pesquisas, também não teria interesse algum em atacar adversários. Na lógica petista, portanto, tudo aconteceu por obra de maus per-

empreiteiro Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso há dois anos, representava a família Vedoin, comandante da máfia dos sanguessugas e fornecedora do dossiê. O outro petista preso, encarregado de analisar a relevância das informações do dossiê e fazer o pagamento, era Gedimar Passos, contratado pela cúpula do PT. Os dois carregavam 1,7 milhão de reais, cuja origem está sob investigação (veja reportagem na pág. 76). O pacote apreendido pela PF incluía uma agenda, seis fotografias, uma fita de vídeo e um DVD de 23 minutos, em que os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin aparecem entregando

OS BURACOS NEGROS DO SISTEMA LULA

Nunca um presidente se viu cercado de tanta gente suspeita

José Genoíno

Ex-presidente do PT

Do que é acusado — De avalizar empréstimos que o PT fez junto a Marcos Valério

Gilberto Carvalho

Chefe-de-gabinete pessoal do presidente Lula

Do que é acusado — Na CPI dos Bingos, foi acusado pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido

Antonio Palocci

Ex-ministro da Fazenda

Do que é acusado — De violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito

Delúbio Soares

Ex-secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial de 2002

Do que é acusado — De ser o operador do mensalão

Silvio Pereira

Ex-secretário-geral do PT

Do que é acusado — De intermediar negócios de empresas junto ao governo em troca de benefícios, como um jipe Land Rover

José Dirceu

Ex-ministro da Casa Civil no governo Lula

Do que é acusado — De ser o chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político

Freud Godoy

(veja reportagem na pág. 70)

Segurança de Lula desde 1989

Do que é acusado — De ter providenciado o dinheiro para a compra do dossiê contra os tucanos

Jorge Lorenzetti

(veja reportagem na pág. 72)

Churrasqueiro preferido do presidente, coordenava o "setor de inteligência" de sua campanha

Do que é acusado — De ser um dos coordenadores da operação de montagem e compra do dossiê

Osvaldo Bargas

Amigo do presidente desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do comitê de campanha. Sua mulher é secretária particular de Lula

Do que é acusado — De ter coordenado a negociação do dossiê com Lorenzetti

■ Na quarta-feira, as demissões chegaram ao auge. Caíram Ricardo Berzoini, coordenador da campanha de Lula, e Osvaldo Bargas, que trabalhava na elaboração do programa de governo. Mencionada no caso, a revista *Época* divulgou no dia anterior uma nota informando que Jorge Lorenzetti e Osvaldo Bargas ofereceram um dossiê contra os tucanos a seus repórteres — e que Berzoini sabia da conversa, mas não do seu conteúdo. Caiu, também, Expedito Veloso, diretor do Banco do Brasil que estava licenciado e trabalhava pela reeleição de Lula. Ele é um dos suspeitos de ter levado o dinheiro do dossiê ao hotel Ibis em São Paulo. Por fim, caiu Hamilton Lacerda, secretário de Comunicação da campanha de Mercadante. A revista *IstoÉ* diz que Lacerda fora o primeiro a lhe oferecer o dossiê fajuto.

Uma parte dos bastidores da negociata está documentada pela PF, que monitorou os telefonemas de Luiz Antônio Vedoin, o vendedor do dossiê, entre 9 e 15 de setembro. Nos dois dias que precederam a negociata, a polícia captou 36 diálogos, aos quais VEJA teve acesso (veja a reprodução de alguns deles abaixo). As gravações mostram que tudo girava em torno do dinheiro, embora a palavra seja cuidadosamente evitada. É curioso que, dos seis petistas envol-

CLIMA DE DESCONFIANÇA

Darci, o pai, e Luiz Antônio, o filho: a família Vedoin queria vender o dossiê, mas estava desconfiada de que poderia levar um calote do PT

vidos no caso depois das duas prisões em São Paulo, todos, à exceção de Freud Godoy, tenham admitido algum tipo de envolvimento com o caso — mas nenhum deles, muito menos Freud Godoy, admite ter qualquer relação com o dinheiro, ainda que, no passado recente, ele tenha sido o guardião dos dinheiros clandestinos que circulavam nos desvãos do PT (veja reportagem na pág. 70). “Afirmo taxativamente que em momento algum autorizei o emprego de

qualquer tipo de negociação financeira”, diz Lorenzetti na nota em que anuncia sua demissão. “É importante informar que em nenhum momento houve qualquer oferta de dinheiro”, repete Hamilton Lacerda, o ex-auxiliar de Mercadante, na sua nota de afastamento. Antes de cair, Berzoini fez o mesmo discurso numa entrevista. “O PT não tem nenhuma atividade que envolva recursos financeiros para compra de informação”, disse. A falta de conexão com a

OS GRAVADOS DA NEGOCIATA

Entre os dias 9 e 15 de setembro, quando deflagrou a operação que implodiu a negociata da compra do dossiê, a Polícia Federal monitorou o celular número 9208-6507, de Luiz Antônio Vedoin, o capo da máfia dos sanguessugas. Só nos dois dias que precederam a operação a PF captou 36 telefonemas de Luiz Antônio Vedoin, aos quais VEJA teve acesso. Do outro lado da linha, entre os personagens já identificados, estavam seu pai, Darci Vedoin, Valdebran Padilha, petista que intermediou a venda do dossiê ao PT, e Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil que negociou a compra do material em Cuiabá e São Paulo. A seguir, seis trechos de diálogos que mostram o clima de desconfiança mútua em que os criminosos conversavam:

“VALDEBRAN PARA O DÍALOGO”

Quarta-feira, 13 de setembro. 11h53

Neste diálogo, Darci Vedoin conversa com seu filho Luiz Antônio, ambos envolvidos no esquema dos sanguessugas. Eles estão desconfiados dos petistas que querem comprar o dossiê contra os tucanos. Estranham que a entrevista à imprensa será dada em Cuiabá, os documentos serão entregues em Cuiabá, mas o pagamento dos 2 milhões de reais só será feito em São Paulo. Na

conversa, desconfiados, pai e filho discutem até desistir da negociata:

Luiz Antônio — Ligar agora e voltar atrás, também não. Vamos deixar do jeito que tá. Se não, voltar atrás, aquela conversalhada tudo de novo, voltar à estaca zero... Aí os caras vão abusar de nós daqui a pouco...

Darci Vedoin — Isso é verdade. Mas eu tô com um certo receio. Porque alguma coisa tá tramada em cima disso. Se tu pensar um pouquinho, não tem por que eles (refere-se aos petistas) vissem até

aqui... Por que não sair (com o dinheiro) de lá (referência a São Paulo)?

“O DÍALOGO DA NEGOCIATA”

Quinta-feira, 14 de setembro. 14h18

O diálogo aqui é entre o petista Valdebran Padilha, que está em São Paulo, e Luiz Antônio Vedoin, de Cuiabá. Valdebran está negociando a venda do dossiê ao PT em nome dos Vedoin. Na conversa, Valdebran insiste para que Luiz Antônio Vedoin entregue uma fita que deveria compor o dossiê. Luiz Antônio, com receio de levar um calote, resiste a entregar a fita:

Valdebran — Olha, o negócio já tá rodando, mas ficou um negócio de vocês entregar aí.

Luiz Antônio — O que é?

Valdebran — É uma fita. Uma fita bruta que aparece você e mais não sei quem. Entrega logo esse trem...

Luiz Antônio — Amigo, só vou entregar a hora que entregar o negócio aí (refere-se ao dinheiro). Chega. Não sou moleque.

O COMEÇO DE TUDO

O ex-agente Gedimar Passos (à esq.) e, atrás dele, o empreiteiro Valdebran Padilha: com a queda deles, começou o dominó de demissões de petistas

realidade dos petistas é preocupante: eles não conseguem mais enxergar nem mesmo um bolo de dinheiro vivo no valor de 1,7 milhão de reais.

O escândalo do dossiê comprova que a “organização criminosa”, para usar as palavras do procurador-geral da República, refinou um método para reagir aos flagrantes da bandidagem. Assim como no escândalo do mensalão, agora também a primeira reação foi de negar qualquer envolvi-

mento com o caso. “O PT não faria isso em hipótese alguma”, chegou a dizer Berzoini dois dias antes de ser ele próprio apanhado no esquema. A outra tática é montar um cordão sanitário em torno do presidente Lula, dizendo que, se houve algo, ele não sabia de nada. Foi assim no mensalão. É assim agora. “É uma crise normal, que não atinge em nada o presidente”, diz o ministro Tarso Genro. Até entre setores da oposição, admite-se a hipótese de que, des-

ta vez, Lula talvez não soubesse mesmo dos detalhes — da existência do dossiê ou do pagamento de 2 milhões de reais. Admite-se que talvez tenha sido apenas informado de que uma bomba contra Serra estava sendo armada e que sua explosão poderia catapultar Mercadante ao segundo turno no pleito paulista.

Isso não isenta Lula de responsabilidade legal. É altamente provável que Lula soubesse que, no seu comitê reeleitoral, havia um bunker clandestino — repetindo, aliás, a estrutura montada na campanha presidencial de 2002. Uma reportagem de VEJA, publicada em outubro de 2003, mostrou como funcionava esse núcleo, que operava na defesa de Lula e no ataque aos adversários. Lula sabia de sua existência e, durante a conversa que selou sua criação, ainda recomendou: “Seja inteligente. Não faça nada demanuel ou joaquim nessa história”. O coordenador do grupo era Ricardo Berzoini e um dos operadores era Osvaldo Bargas, o velho amigo do movimento sindical. O outro dado que complica a situação de Lula é a constatação de que nunca um presidente se cercou de tanta gente suspeita — seja como presidente, seja como candidato. No escândalo do mensalão, Lula perdeu seus principais auxiliares políticos. Agora, o caso atinge gen-

não, cara.

Valdebran — *Eu tô com o cara aqui. Ele tá com o negócio (nova referência ao dinheiro).*

Luiz Antônio — *Quê?*

Valdebran — *Tô com o cara aqui. Ele tá com o negócio. Tamo aqui junto.*

Luiz Antônio — *Hã?*

Valdebran — *Aquela outra parte já guardei onde tinha que guardar (refere-se à metade do dinheiro que já tinha recebido, no caso 798 000 reais e 109 800 dólares). A outra parte tá aqui com ele (refere-se ao restante do pagamento, que estava em mãos de Gedimar Passos, no caso 410 000 reais e 139 000 dólares). Entrega esses trem aí, o cara tá aqui comigo, rapaz.*

Luiz Antônio — *Não vou entregar. Eles iam entregar ontem, não entregaram, né?*

Transcrição de áudio

Quinta-feira, 14 de setembro. 14h50

Aqui, Valdebran, falando de São Paulo, informa Luiz Antônio, que estava em Cuiabá, de que metade do dinheiro já havia

sido paga e que vira a outra metade a ser paga. Fala em código, mas Luiz Antônio demora a entender:

Valdebran — *A outra metade já tá viabilizada (refere-se ao restante do pagamento). O que você vai fazer aí?*

Luiz Antônio — *Em qual sentido você tá falando?*

Valdebran — *Quem tá sendo mediador dessa p... sou eu. Nem é a turma que está aí (refere-se aos petistas que estavam em Cuiabá).*

Luiz Antônio Vedoin — *Sei...*

Valdebran — *É o seguinte: era um, né?*

Luiz Antônio Vedoin — *Hã...*

Valdebran — *Então 0,5 tá o.k. Aí, o outro 0,5, para cinco horas da tarde aqui (em código, diz que metade já foi paga e outra metade será paga às cinco da tarde em São Paulo). Vocês têm de fazer a parte toda de vocês aí.*

Luiz Antônio Vedoin — *Mas quanto que é?*

Valdebran — *É um, não é?*

Luiz Antônio Vedoin — *Não!*

Valdebran — *Ô, meu jovem...*

Luiz Antônio Vedoin — *Ah, entendi.*

Valdebran — *Entendeu? Já deram a metade. A outra metade tá aqui com eles. Já vi. Então, tem de entregar esse trem logo aí, cara...*

Luiz Antônio Vedoin — *Daqui a pouquinho. Pode ser?*

Valdebran — *Rápido, cara.*

Transcrição de áudio

Quinta-feira, 14 de setembro. 16h27

Neste diálogo, Luiz Antônio Vedoin conversa com Expedito Afonso Veloso, diretor de Gestão de Risco do Banco do Brasil. Ambos estão em Cuiabá. Expedito Veloso, que estava embarcando para São Paulo, pede que Luiz Antônio leve até o aeroporto o DVD prometido. Pede rapidez porque, antes de embarcar no avião, queria rodar o DVD em seu notebook. Luiz Antônio, que entregaria um DVD vazio, faz corpo mole, de modo que Expedito Veloso embarque sem checar o material:

Expedito — *Oi.*

Luiz Antônio — *Expedito?*

de sua intimidade. Com isso, fica cada vez mais difícil alegar que são nichos isolados, independentes, autônomos, que se instalam na máquina do Estado sem o conhecimento do presidente. É o contrário: tudo indica que, com a eleição de Lula, o aparelho estatal foi tomado de assalto por seus asseclados no banditismo e partidário-sindical.

Além de se cercar de tantos suspeitos, Lula parece afastar-se deles quando são pilhados em alguma malandragem apenas de forma protocolar. No caso do mensalão, justificou a existência de caixa dois no PT. Passado o auge do caso, chegou a receber os mensaleiros no Palácio do Planalto, aos quais recomendou que não se sentissem culpados porque não haviam feito nada de essencialmente errado. Despediu-se de seus principais ministros caídos com afagos, elogios e promessas de imortalidade eterna. Com esse comportamento, Lula acaba servindo como sinal verde, como autorização tácita para que atos clandestinos e irregulares sejam cometidos. Desde o primeiro rombo no casco ético de seu governo, quando se

SOB AS BARBAS DE LULA

- 1 Gabinete de Luiz Inácio Lula da Silva
- 2 Sala de Gilberto Carvalho
- 3 Sala de Mônica Zerbino
- 4 Sala ocupada por Freud Godoy

soube que o braço-direito do então ministro José Dirceu fora flagrado achacando um empresário de jogos, o presidente Lula teve todos os meios para limpar seu governo, higienizar seu palácio e promover uma

Freud Godoy, ex-assessor especial da Presidência da República, trabalhava a metros do presidente, assim como Mônica Zerbino, secretária pessoal de Lula. Freud encomendou a compra do dossiê falso contra Serra. Mônica é casada com Osvaldo Bargas, que divulgou o dossiê

PERTO DO TOPO*

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe-de-gabinete
Gilberto Carvalho

Assessor especial
Freud Godoy

* Hierarquia funcional
no Palácio do Planalto

Expedito — Oi

Luiz Antônio — Em dez minutos, eu tô chegando aí na frente do aeroporto. Me espera aí na frente, tá?

Expedito — Pois é... Eu queria checar...

Luiz Antônio — Checa, ué... Por quê? Tem algum problema?

Expedito — Não... Mas eu achei que (você) ia vir mais cedo para a gente colocar pelo menos no notebook aqui e ver...

Luiz Antônio — Você leva isso aqui. Não vai ter problema.

Expedito — É porque o tempo tá muito curto. Falta meia hora..., quer dizer..., o embarque já tá começando.

Luiz Antônio — Você leva isso aqui. Não vai ter problema.

Expedito — Tô te esperando aqui.

Luiz Antônio — Tá bom.

MINHA GABEÇA TÁ COM ESTOURADO

Quinta-feira, 14 de setembro, 19h07

Ao desembarcar em São Paulo, Expedito Veloso, diretor do BB, descobre que o DVD estava vazio. Luiz Antônio Vedoin não lhe entregou o material todo porque tinha

receio de não receber o dinheiro. Deu-se, então, o seguinte diálogo entre Valdebran e Luiz Antônio.

Valdebran — Rapaz, você não sabe o tamanho do problema que eu tô com ele aqui.

Luiz Antônio — Que que houve?

Valdebran — Os caras me ligaram aqui.

Falaram que o DVD não tem nada, que você não entregou as fotos, que não entregou nada pra eles. Aí eu tô com o caboclo aqui na minha porta.

Luiz Antônio — Como que não, cara? Eu vi. Eu entreguei pra eles.

Valdebran — Tá dizendo que não rodou nada. Vou falar procê, minha cabeça tá pra estourar já, cara.

Luiz Antônio — Faz o seguinte. Quer que eu pegue um vôo e entregue pra você hoje onze e meia da noite? Esses caras tão enrolando demais, pelo amor de Deus, cara.

Valdebran — Agora tô com dois cara aqui na porta aqui, pô!

Luiz Antônio — O que você quer que eu faça?

faxina no PT. É lamentável que nunca tenha feito nem uma coisa nem outra. Deixou, assim, que o PT, mais uma vez, mergulhasse seu governo e o país nos recônditos de uma crise sem solução fácil.

COM O MEU DEUS, EU JÁ
TRABALHO ASSI

Quinta-feira, 14 de setembro, 19h37

De São Paulo, Valdebran Padilha tem outra conversa com Luiz Antônio Vedoin. Nela, Luiz Antônio informa que vai mandar seu tio, Paulo Trevisan, para São Paulo com todo o material que faltava. É com base nessa conversa que a PF prende Paulo Trevisan no aeroporto de Cuiabá, quando tentava embarcar para São Paulo. É também neste diálogo que os agentes descobrem que Valdebran estava no apartamento 475 do hotel Ibis — e que estava com dinheiro no cofre:

Valdebran — Oi. Anota o apartamento aí, Ibis, 475. Olha, cara. Não deixa faltar nada, tá. As fotos... Sabe o que eu tive de fazer? Desmontar tudo os pacotes, colocar tudo naquele cofre do quarto e guardar lá (...). Pelo amor de Deus, cara, eu não agüento mais, não tô nem dormindo com esse trem lá. Hoje eu nem saí daqui, nem almocei, bicho.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Privatização – a verdade dos números”, de autoria da ex-Diretora do BNDES e Presidente da CSN, Maria Silvia Bastos Marques, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 25 de outubro do corrente.

A autora, em seu artigo, destaca a importância das privatizações e o seu papel positivo para o desenvolvimento do Brasil. Nas palavras de Maria Silvia Bastos Marques, “O processo de privatização, ocorrido nos anos 1990, foi um dos mais importantes impulso-

nadores do crescimento e da modernização do País, bem como da inclusão social”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Privatização – a verdade dos números

Maria Silvia Bastos Marques

O debate eleitoral trouxe novamente à tona a questão das privatizações. Um debate de frases emocionais e vazio de conteúdo.

O processo de privatização, ocorrido nos anos 1990, foi um dos mais importantes impulso- nadores do crescimento e da modernização do País, bem como da inclusão social. Para não mencionar outros aspectos, como respeito ao meio ambiente, inovação tecnológica e aumento da concorrência e da qualidade de produtos e serviços – fortalecendo o papel do consumidor e a redução de preços.

A privatização, sempre em leilão público, abrangeu de siderurgia e mineração a bancos estaduais, telecomunicações, energia e aviação. Uma história de sucesso. E, ao contrário do que se diz, inteiramente alinhada aos interesses dos brasileiros.

Em diversos casos, como nos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Embraer, o Estado, por meio do Tesouro Nacional, deixou de custear empresas deficitárias e até pre-

judiciais, além do mesmo número de empregos indiretos, ou seja, 56 mil novos empregos. Os postos de trabalho no setor de telecomunicações, inferiores a 200 mil antes de 2000, hoje ultrapassam os 300 mil.

Do ponto de vista da responsabilidade ambiental, a mudança é paradigmática. As empresas estatais eram grandes poluidoras do meio ambiente, negligenciando as proteções mínimas necessárias às suas atividades. A CSN, conhecida como “monstro do Paraíba” por despejar resíduos tóxicos no rio que abastece o Estado do Rio de Janeiro, tornou-se exemplo de respeito ao meio ambiente após investir centenas de milhões de dólares em equipamentos preventivos e em recuperação de áreas degradadas. A Cosipa fez igualmente investimentos significativos, tornando uma história do passado os graves problemas decorrentes do descaso ambiental da então empresa estatal.

Do ponto de vista da inclusão social, o caso das telecomunicações é único no mundo. Em menos de uma década se reverteu um quadro pré-histórico em que para ter um telefone era preciso pagar uma assinatura durante cerca de cinco anos, sem a garantia de ter a tão sonhada linha. A linha era um ativo tão caro que era declarada no Imposto de Renda! Claro que somente as classes A e B tinham acesso a esse serviço. Hoje os serviços de telecomunicações (fixo, móvel, TV por assinatura e banda larga) são prestados a 141 milhões de brasileiros. A base de clientes de telefones celulares cresceu mais de 1.300%, de 7 milhões em 1998, para cerca de 100 milhões atualmente. Ainda mais importante: desse total, 60 milhões são das classes C, D e E. Como essa população não tinha acesso a esses serviços, tem-se o maior instrumento de inclusão social já visto neste país. Em relação ao acesso fixo ou celular nas residências, em 1998 apenas 32% tinham acesso aos serviços. Em 2005, 72% dos domicílios já usufruíam desses serviços – um espetacular aumento de 124%.

A maior competição e concorrência, com a vinda de novas empresas para investir e operar no País, e a competição entre empresas privatizadas, como na siderurgia e nas telecomunicações, antes sob guarda-chuva de cartéis estatais (Siderbrás e Telebrás), fortalece-

ram o papel do consumidor e reduziram preços de produtos e serviços. Tudo isto aliado a um inequívoco aumento na qualidade de ambos.

O processo de privatização também teve forte impacto na profissionalização da gestão das empresas, movimento que se espalhou por toda a economia, com reflexos positivos na governança, no respeito à comunidade, ao meio ambiente, aos empregados, fornecedores, clientes e acionistas. Estas mudanças igualmente se refletiram no fortalecimento do mercado de capitais, com a forte elevação do valor de mercado das empresas agora privadas.

Muito mais pode ser dito sobre os aspectos positivos das privatizações. Como em relação aos bancos estaduais, antigos fomentadores de déficit público e inflação, e à contribuição das empresas privatizadas às exportações. Mas o que cabe perguntar é por que, no debate eleitoral, oportunidade ímpar para a discussão dos problemas nacionais, não se discute a fundo a – esta, sim – indesejada privatização dos serviços essenciais à população, como saúde, segurança e educação. Debate inadiável num país em que apenas a população de alta renda tem acesso a serviços de qualidade, ficando as classes menos favorecidas desguarnecidas e sem esperança.

Maria Silvia Bastos Marques foi diretora financeira do BNDES, secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro e presidente da CSN.

Ela impulsionou o crescimento, a modernização, a inclusão social...

salimentares, liberando recursos para funções realmente públicas, como segurança, saúde e educação. Ademais, as empresas, então inadimplentes com os Fiscos, fornecedores e empregados, passaram a gerar lucros expressivos e a recolher regularmente impostos e contribuições, reforçando os recursos para o setor público. Para ilustrar, o prejuízo consolidado das empresas siderúrgicas em 1992 foi de US\$ 260 milhões, enquanto seu lucro consolidado em 2005 foi de US\$ 4 bilhões.

Os investimentos fundamentais para o crescimento do País, aumentaram significativamente, livres das amarras do Estado. Na siderurgia foram investidos US\$ 16 bilhões, após a privatização, em proteção ambiental, qualidade e modernização, preparando o setor para um novo ciclo de expansão da capacidade. A Vale do Rio Doce investiu US\$ 4,6 bilhões em 2006, mais de dez vezes o valor investido em 1997. Sem mencionar a aquisição da mineradora carandense de níquel Inco, por US\$ 13 bilhões. O setor de telecomunicações investiu R\$ 165 bilhões no período 1996-2005.

A Vale do Rio Doce, que tinha 11 mil funcionários em 1997, em 2006 tem 44 mil empregados diretos e 99 mil indiretos. Além disso, seus investimentos poderão criar mais 33 mil empregos diretos entre

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 39 minutos.)

(OS:15923/2006)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330, DE 2006, PUBLICADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE “Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 106.726.769,00 (cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica.”

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
BETINHO ROSADO	1 e 2

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00001
MPV 330/2006
Mensagem 0147/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA DE
	MEDIDA PROVISÓRIA 330/2006	

TEXTO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 330/2006, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Fica reduzida a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Art. Os arts. 8º e 28º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8o

§ 12.

XIII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

Art. 28.

VII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A incapacidade de muitas famílias de prover alimentação adequada para seus integrantes, é um dos os graves problemas brasileiro. Perto de 22 milhões de brasileiros vivem em condições de indigência. Aproximadamente 34% da população vivem em condições de pobreza. Os números sobre a miséria do povo brasileiro podem variar, de acordo com o critério e metodologia utilizados, mas, em todos os casos, revelam uma realidade extremamente preocupante.

Nesse contexto, a criação de mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente os consumidos em larga escala pela população mais carente, são de fundamental importância.

A apresentação da presente emenda, tem por objetivo reduzir a carga tributária que incide sobre sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Essa medida contribuirá para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, estimulando a produção e a circulação dos referidos produtos, o que pode gerar mais empregos, renda e, indiretamente, impostos. Além disso, preços mais baixos de alimentos podem contribuir para a manutenção de níveis de inflação aceitáveis, ajudando a sustentar o equilíbrio macroeconômico do País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO BETINHO ROSADO	RN	PFL
DATA	ASSINATURA		
11			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00002**MPV 330/2006**

Mensagem 0147/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MEDIDA PROVISÓRIA 330/2006	DE

TEXTO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 330/2006, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, prevista no art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. O *caput* do art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O desequilíbrio entre as regiões é uma marca do desenvolvimento econômico do País. No decorrer da nossa história, o Sul, o Sudeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste brasileiros tornaram-se as regiões mais ricas, em detrimento do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse contexto, o constituinte original tratou de inserir, na atual Carta Magna, dispositivos que prevêm a criação de incentivos regionais, que compreendem, entre outros, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais.

Entre os vários incentivos em vigor, há a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, em relação a mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, prevista no art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

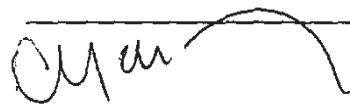
Embora os motivos econômicos e sociais que ensejaram a criação do sobredito incentivo fiscal não tenham deixado de existir, ele será extinto em 2007, se não for alterado o prazo de vigência do dispositivo legal em questão. O que poderá gerar uma crise sem precedentes em algumas áreas da economia do norte e nordeste do país.



Uma indústria, em especial, sofrerá de imediato as consequências do retorno da cobrança da AFRMM, a indústria de sal do Rio Grande do Norte. Enquanto perdura a mencionada dispensa, o sal marinho, produzido no Rio Grande do Norte, disputa o mercado do centro sul do país em igualdade de condições com o sal importado do Chile. Isto porque o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, por força do 5º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n.º 35, celebrado entre os Estados partes do Mercosul e República do Chile, não incide sobre o frete do sal originário daquele país.

Portanto, na hipótese da não renovação da citada dispensa, a indústria salineira do Rio Grande do Norte passará a ter um encargo que o sal chileno não tem, desaparecendo assim o tratamento isonômico, significando uma flagrante perda de competitividade do sal potiguar, atingindo toda a economia do Estado, mais fortemente o setor portuário.

Por isso, apresento a presente emenda, que sugere a prorrogação, por mais dez anos, da isenção de que trata o art. 17 da Lei n.º 9.432/1997.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO BETINHO ROSADO	RN	PFL
DATA	ASSINATURA		
11			

74 Sexta-feira-17

ORDEM DO DIA

Novembro de 2006

Número	Ementa / Composição	Calendário de tramitação
MP nº 330, de 9-11-2006 DO de 10-11-2006	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 106.726.769,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 147/2006-CN - nº 948/2006, na origem)	Publicação no DO: 10-11-2006 Comissão Mista: -Emendas: até 16-11-2006 (7º dia da publicação) -Prazo final na Comissão: de 10-11-2006 a 23-11-2006 (14º dia) -Remessa do processo à CD: 23-11-2006 Câmara dos Deputados: Prazo na CD: de 24-11-2006 a 7-12-2006 (15º dia ao 28º dia) Recebimento previsto no SF: 7-12-2006 Senado Federal: Prazo no SF: de 8-12-2006 a 21-12-2006 (42º dia) Se emendado: Se modificado, devolução à CD 21-12-2006 Câmara dos Deputados - emendas Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 22-12-2006 a 3-2-2007 (43º ao 45º dia) Regime de urgência: Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 4-2-2007 (46º dia) Prazo final do Congresso: 18-2-2007 (60 dias) Prorrogação:

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA: PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

Informações: 33113325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
(vago)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



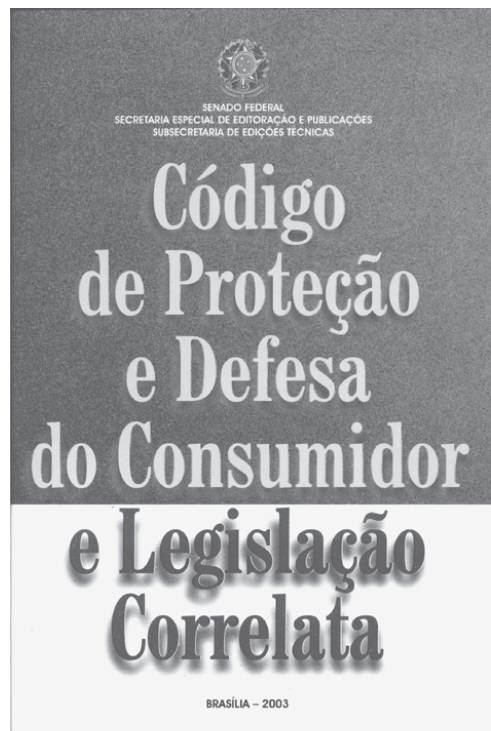
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 154 PÁGINAS